



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ELIVANETE DA SILVA MACÊDO

**(RE) EXISTÊNCIAS AQUILOMBADAS EM PERSPECTIVAS: ENSINAR E (RE)
APRENDER A HISTÓRIA LOCAL COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO DE HISTÓRIA
EM SIMÕES FILHO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Setembro / 2025



ELIVANETE DA SILVA MACÊDO

**(RE) EXISTÊNCIAS AQUILOMBADAS EM PERSPECTIVAS: ENSINAR E (RE)
APRENDER A HISTÓRIA LOCAL COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO DE HISTÓRIA
EM SIMÕES FILHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História pela Universidade do Estado da Bahia e à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Dr^a. Luciana Conceição de Almeida Martins

SALVADOR
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

M177(

Macêdo, Elivanete da Silva

(RE)existências aquilombadas em perspectivas: ensinar e r(e)aprender História Local como possibilidade de ensino de história em Simões Filho. / Elivanete da Silva Macêdo, Elivanete Macêdo, Elivanete Macêdo. Orientador(a): Luciana Conceição de Almeida Martins. Martins. Salvador, 2025.

149 p : il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTORIA, Salvador. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1. Ensino de História. 2. História do Brasil. 3. História Regional e Local . 4. História de Simões Filho/Bahia. 5. Comunidades Remanescentes de Quilombos. I. Macêdo, Elivanete. II. Macêdo, Elivanete. III. Martins, Luciana Conceição de Almeida. IV. Universidade do Estado da Bahia. Salvador. V. Título.

CDD: 981

ELIVANETE DA SILVA MACÊDO

**(RE) EXISTÊNCIAS AQUILOMBADAS EM PERSPECTIVAS: ENSINAR E (RE)
APRENDER A HISTÓRIA LOCAL COMO POSSIBILIDADE DE ENSINO DE HISTÓRIA
EM SIMÕES FILHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História pela Universidade do Estado da Bahia e à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Luciana Conceição de Almeida Martins (UNEB) – Orientadora

Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta – (UNEB) - Membro interno

Prof^a. Dr^a. Martha Rosa Figueira Queiroz – (UFRB) - Membro externo

Dedico este trabalho à Memória de: Isaías Edivaldo Macêdo (papai); Maria José Bispo da Silva (vovó); Flávio Gabriel Pacífico dos Santos (Binho do Quilombo) e Maria Bernadete Pacífico (Mãe Bernadete do Quilombo Pitanga de Palmares e Caipora).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador e ao Sagrado Ancestral pela existência, resistência e permanência nos caminhos escolhidos.

Agradeço a toda(o)s que vieram antes, abrindo caminhos e chorando as dores que não mais choro, desde mamãe e papai, até o(a)s de África, nessas trilhas ancestrais.

Gratidão, sobretudo e infinitamente, a Eunice Bispo da Silva e Isaías Edivaldo Macêdo pelo presente da vida, pela presença, amor e afeto que sempre embalaram o ninho e o caminho que sigo em paz.

Agradeço ao meu companheiro, Antônio Sandro, pela parceria indispensável na jornada, pelos cuidados, paciência e amor dispensados.

Agradeço aos meus colegas de turma, os profhistóricos de 2023, em especial, a Sandra e Luana, pelas trocas, acolhida e apoio. À Silvania, Jackson, Simone, Thetys, Felipe, Josiane, Juliano Levi, André, Adriano Rafael, Bruno, Igor, José Carlos e meus conterrâneos Fabiane e Narciso. Nossa resistência compartilhada, trocas e resiliências nos fortaleceram nessa jornada.

Agradeço as professoras e professores do programa Profhistória, Cristiana Ximenes, Ana Cristina Lago, Carolina Carvalho, Marilécia Oliveira, Maria do Socorro da Costa, Célia Santana, Lina Maria Brandão, Antonieta Miguel, José Gledson Rocha, Claudia Pons, Sérgio Guerra Filho, Sara Farias pelas orientações, compartilhamentos e aprendizagens bem como todo(a)s o(a)s professore(a)s convidado(a)s que contribuíram para nossa trajetória no programa. Agradeço à Joilma Almeida, secretária acadêmica, pela eficiência e carinho.

Agradeço a minha orientadora Luciana Conceição Martins pela acolhida, encaminhamentos e aprendizagens proporcionadas e a Adriano Mascarenhas, pelas contribuições cartográficas. Ao Professor Alfredo Matta e a professora Juliana Teixeira, pela generosidade, atenção e orientações na banca de qualificação. Agradeço à professora Martha Rosa Queiroz pela participação na banca de defesa, sua leitura atenta e contribuições na conclusão da escrita.

Aos amigos Telma e Cristiano Assis, pelo apoio, afeto e incentivo. À presença afetuosa e incentivo do meu padrinho, Mario Antônio Lima Leal.

Agradeço ao professor Dr. Ivandilson Miranda, pela orientação, por acreditar e incentivar minha escrita e conclusão nos prazos demandados.

Agradeço as minhas irmãs, cunhados, sobrinhos e a minha sogra, pelo apoio e incentivo constante.

Agradeço aos colaboradores da pesquisa pelas entrevistas e respostas dadas aos questionários que compõem esse trabalho. E aos meus alunos e ex-alunos, por serem minha constante inspiração na busca de aprimorar meu fazer pedagógico.

“[...] Quando uma mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta
com ela”.

Angela Davis

RESUMO

MACÊDO, Elivanete da Silva. **(Re) existências aquilombadas em perspectiva: Ensinar e (Re) aprender a História local como possibilidade de Ensino de História em Simões Filho**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História-Profhistória) - Universidade Estadual da Bahia. Salvador, 2025.

O presente trabalho analisa a história de Simões Filho na perspectiva da história local e regional, tendo como objetivo evidenciar aspectos socioeconômicos, políticos e culturais no contexto geral e nas especificidades das comunidades remanescentes de quilombos do município. A história local e regional é investigada segundo os métodos da História Oral, na produção de subsídios para o ensino de história, com a divulgação da História Pública. A história local e regional, entendidas como parte da história do Brasil será ilustrada tendo em vista sua visibilidade, divulgação e identificação, facilitada pela construção e disponibilização do Memorial Digital no Instagram. A pesquisa, de cunho qualitativo, utiliza estudos bibliográficos, os resultados são apresentados a partir das análises de entrevistas e questionários com professores e alunos da unidade escolar e quilombolas. O Memorial Digital de História Local: Estação Simões Filho em Revista visa contribuir com a socialização da história local para um público mais amplo e, sobretudo, esse recurso didático poderá auxiliar na prática pedagógica dos docentes que lecionam esse componente curricular no município de Simões Filho, influenciando a aprendizagem dos estudantes do Colégio Estadual Manoel de Jesus, colaborando com a ampliação do seu conhecimento histórico.

Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Comunidades Remanescentes Quilombolas; Memória Digital.

RESUMEN

MACÊDO, Elivanete da Silva. **(RE)existencias de las comunidades quilombolas en perspectiva: enseñanza y reaprendizaje de la historia local como una posibilidad para la enseñanza de la historia en Simões Filho.** Tesis (Maestría en Enseñanza de la Historia - Profhistory) - Universidad Estatal de Bahía. Salvador, 2025.

Este trabajo analiza la historia de Simões Filho desde la perspectiva de la historia local y regional, con el objetivo de destacar aspectos socioeconómicos, políticos y culturales en el contexto general y en las especificidades de las comunidades quilombolas que aún perviven en el municipio. La historia local y regional se investiga mediante la metodología de la historia oral, en la elaboración de materiales didácticos para la enseñanza de la historia y en la difusión de la historia pública. La historia local y regional, entendida como parte de la historia nacional y general, se ilustrará considerando su visibilidad, difusión e identificación, facilitadas por la creación y disponibilidad del Memorial Digital de Historia Local en Instagram. Esta investigación cualitativa utiliza estudios bibliográficos y presenta historia oral basada en el análisis de entrevistas y cuestionarios con docentes y estudiantes de la unidad escolar y miembros de comunidades quilombolas. El Memorial Digital de Historia Local: Estação Simões Filho em Revista busca contribuir a la socialización de la historia local para un público más amplio y, sobre todo, este recurso didáctico puede contribuir a la práctica pedagógica de los docentes que imparten este componente curricular en el municipio de Simões Filho, influyendo en el aprendizaje de los estudiantes del Colégio Estadual Manoel de Jesus y colaborando en la ampliación de sus conocimientos históricos.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Historia Local; Comunidades Quilombolas Remanentes; Memoria Digital.

ABSTRACT

MACÊDO, Elivanete da Silva. Quilombado **R(e)existences in perspectives: teaching and r(e)learning local history as a possibility of teaching history in Simões Filho**. Dissertation (Master's in History Teaching-Profhistory) - State University of Bahia. Salvador, 2025.

This work analyzes the history of Simões Filho from the perspective of local and regional history, aiming to highlight socioeconomic, political, and cultural aspects in the general context and in the specificities of the remaining quilombo communities in the municipality. Local and regional history is investigated according to the methods of Oral History, in the production of subsidies for history teaching, with the dissemination of Public History. Local and regional history, understood as part of national and general history, will be illustrated considering its visibility, dissemination, and identification, facilitated by the construction and availability of the Digital Memorial on local history on Instagram. This qualitative research utilizes bibliographic studies, and Oral History is presented based on the analysis of interviews and questionnaires with teachers and students from the school unit and people from quilombola communities. The Digital Memorial of Local History: Estação Simões Filho em Revista aims to contribute to the socialization of local history for a wider audience and, above all, this didactic resource can contribute to the pedagogical practice of teachers who teach this curricular component in the municipality of Simões Filho, influencing the learning of students at the Colégio Estadual Manoel de Jesus, collaborating in the expansion of their historical knowledge.

Keywords: History Teaching; Local History; Remnant Quilombola Communities; Digital Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Simões Filho no contexto da Bahia e a da Região Metropolitana de Salvador	27
Figura 2 Distribuição espacial da população Quilombola no Brasil.....	39
Figura 3: Localização dos Quilombos em estudo no contexto do município de Simões Filho	44
Figura 4: Mapa da Baía de Todos os Santos.....	46
Figura 5: Mapa Território de identidade e Região Metropolitana de Salvador	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pessoas Quilombolas, segundo as Unidades da Federação.....	42
Gráfico 2: Compreensão do termo “Quilombo”	83
Gráfico 3: Identificação como Quilombola	83
Gráfico 4: Motivos de Identificação	84
Gráfico 5: Principais Dificuldades.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Contexto da História Local	94
Quadro 2: Oficinas Pedagógicas.....	94
Quadro 3: Elementos a serem modelados para o Memorial Digital	95

LISTA DE SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APA - Joanes - Ipitanga - Área de Proteção Ambiental

ASTRUSF - Associação de Trabalhadores Rurais de Simões Filho - BA - Bahia.

BTS - Baía de Todos os Santos

CEMJ - Colégio Estadual Manoel de Jesus

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação da Comunidades Negras Rurais e Quilombolas

DENIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento S. A.

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MPE/BA - Ministério Público do Estado da Bahia

OIT - Organização Internacional do Trabalho

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SECULT - Secretaria de Cultura

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia

SJCDH - Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos

SSP/BA - Secretária de Segurança Pública da Bahia

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2. A HISTÓRIA LOCAL DE RESISTÊNCIA QUILOMBOLA EM SIMÕES FILHO: UMA ABORDAGEM SIGNIFICATIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.....	26
2.1 APRESENTAÇÃO.....	26
2.2 PERÍODO PRÉ-COLONIZAÇÃO: MORADA DOS POVOS ORIGINÁRIOS	29
2.3 FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE COTEGIPE: MUNICIPALIDADES E DESENVOLVIMENTO	31
2.4 ÁGUA COMPRIDA: TANTAS HISTÓRIAS	34
2.5 SIMÕES FILHO: A EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR	34
3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: REMANESCÊNCIAS DA DIÁSPORA	37
3.1 QUILOMBOS E MOCAMBO NO BRASIL: PRESENÇA INCONTESTÉVEL DA RESISTÊNCIA.....	37
3.2 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO.....	43
3.3 QUILOMBO PITANGA DE PALMARES E CAIPORA	50
3.3.1 Origens e Desenvolvimento	50
3.3.2 Aspectos Culturais	52
3.3.3 Contexto Socioeconômico das Disputas Territoriais	53
3.4 QUILOMBO DANDÁ: VALE DO RIO ITAMBOATÁ.....	58
3.4.1 Origens e Desenvolvimento	58
3.4.2 Aspectos Culturais	59
3.4.3 Contexto Socioeconômico das Disputas Territotiais.....	61
3.5 QUILOMBO RIO DOS MACACOS.....	63
3.5.1 Origens e Desenvolvimento	63
3.5.2 Aspectos Culturais	64
3.5.3 Contexto Socioeconômico das Disputas Territoriais.....	64

3.6 ELEMENTOS EM COMUM ENTRE AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	66
4 ALICERCES TEÓRICOS DA INVESTIGAÇÃO	69
4.1 MEMÓRIA E ORALIDADE NA SIGNIFICAÇÃO DE PRODUÇÕES SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	69
4.2 HISTÓRIA PÚBLICA PARA DAR VISIBILIDADE A COMUNIDADES TRADICIONAIS	71
4.3 SOCIOCONSTRUTIVISMO E PENSAR HISTÓRICO	74
4.4 HISTÓRIA ORAL EM VOZES LOCAL	78
4.4.1 (Re)existências em voz viva: memória, território e educação em Simões Filho sob a lente da História Oral	78
4.4.2 Apontamentos Metodológicos	78
4.4.3 Histórias (Re) existentes: entre os povos originários e os quilombos ...	79
4.4.4 Espiritualidade, cultura e ancestralidade como práticas de resistência	80
4.4.5 Educação como território de luta e afeto	81
4.4.6 Presença da memória coletiva na oralidade.....	81
4.4.7 Comunidades quilombolas no CEMJ: um olhar juvenil	82
5. SOLUÇÃO MEDIADORA DA APRENDIZAGEM: EXPERIÊNCIA E MODELAGEM	87
5.1 UM EXPERIMENTO DE SMA: APLICAÇÃO DA REVISTA DIGITAL NO CEMJ	87
5.2 PROPOSTA PARA SOLUÇÃO MEDIADORA DA APRENDIZAGEM - ESTAÇÃO FIMÕES FILHO EM REVISTA: MEMORIAL DIGITAL DE HISTÓRIA LOCAL	88
5.3 ESTRATÉGIAS E CONTEÚDO	88
5.4 - OFICINAS PEDAGÓGICAS TEÓRICAS	90
5.5 ATIVIDADE COM CARDS EM EIXOS TEMÁTICOS	91
5.6 ELEMENTOS A SEREM MODELADOS /QUADRO SÍNTESE	93
6. MEMORIAL DIGITAL DE HISTÓRIA LOCAL - ESTAÇÃO SIMÕES FILHO EM REVISTA.....	96
6.1 CONCLUSÃO	96

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A: REVISTA C.E.M.J	105
APÊNDICE B: PLANOS DE AULA	148

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais da história de Simões Filho, destacando as comunidades remanescentes de quilombo do município, contribuindo, assim, com a valorização e divulgação da história local e as aprendizagens dos munícipes de forma geral e, especificamente, da comunidade escolar do Colégio Estadual Manoel de Jesus e ainda de todo(a)s os interessando(a)s nesse tema. A referida unidade escolar é de porte grande e oferta o ensino médio regular e EJA nos três turnos.

A pesquisa de história local apresenta como solução mediadora da aprendizagem (SMA) um Artefato Digital Educativo, Memorial de História local no formato de uma página no aplicativo Instagram, orientado pelas novas formas de comunicação digital e na lógica das novas práticas de leitura e divulgação de conteúdo educacional. Como solução mediadora da aprendizagem, exhibe, também, uma experiência pedagógica: a Revista do CEMJ sobre as comunidades quilombolas do município de Simões Filho que pode ser utilizada como material didático.

O ensino de História desempenha um papel importante na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu passado, presente e futuro. Segundo Bittencourt (2018), em sua obra "Reflexões sobre o Ensino de História", é essencial que essa disciplina vá além da simples transmissão de fatos e datas, promovendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos acontecimentos históricos. Ela destaca que "o ensino de História deve despertar no estudante a capacidade de refletir sobre as ações humanas ao longo do tempo, compreendendo as múltiplas interpretações que podem existir sobre um mesmo evento" (Bittencourt, 2004, p.4).

O ensino de História constitui-se em uma ferramenta para propiciar a inclusão e o entendimento de diferentes perspectivas culturais e sociais. A pesquisa historiográfica, durante muito tempo, esteve centrada no estudo do ocidente. A história pretendia dar conta de todos os acontecimentos que eram protagonizados, em todas as temporalidades convencionadas- Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea -, sobre uma ótica eurocêntrica, chamada de história das civilizações.

Dada a correlação de dominação política-ideológica e econômica da Europa diante dos demais continentes, No Brasil pós-independência, a narrativa da história construída como área de conhecimento e disciplina escolar teve como referência a lógica ocidental na escrita e no ensino da história geral, julgada capaz de sintetizar todas as geografias em uma única explicação. Nessa visão de história universal, os protagonistas eram os grandes líderes, homens brancos, os dirigentes da nação. O advento de uma nova configuração de sociedade colaborou para uma mudança de direção da produção historiográfica, alimentadas pelas

Transformações socioculturais do século XX (a urbanização, escolarização, emancipação feminina, os movimentos civis organizados..., a descentralização geográfica, o crescimento de regiões periféricas, entre vários outros fatores) e os avanços na produção historiográfica tem contribuído para dar um pouco mais de cor a uma história até então centrada na política, nos homens (literalmente), e nas “instâncias decisórias do poder” (Dias, 2021, p.133).

A Escola dos Annales, com seus novos objetos e perspectivas para o estudo da história, estimulava os historiadores a focarem suas pesquisas em recortes regionais, a exemplo das obras de Fernando Braudel - O Mediterrâneo, e Frédéric Mauro - O Atlântico. Logo, os princípios e finalidades da história foram redefinidos na pesquisa e no ensino, ensejando possibilidades de análise de conjunturas e estruturas mais próximas as suas realidades locais e regionais, entretanto não desconectadas das ligações infraestruturais da história geral e nacional. Não houve, portanto, antagonismos entre as duas investigações, uma vez que eram complementares e orientadas pelo pensamento crítico - analítico, por meio do qual os sujeitos são protagonistas e construtores de consciência histórica.

Este trabalho pretende cumprir a função social da história à medida que busca, na análise da história local, as identidades perdidas nas descrições generalizantes da história geral. As vozes das comunidades são mais audíveis nas proximidades das análises regionais as quais não deixam passar os detalhes que o nacional não dá conta; sem oposições, mas com complementações e inclusões.

Ao integrar a história local e regional no ensino de história, podemos tornar o aprendizado mais relevante e significativo para os alunos, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica e engajada, entendendo

como eventos e processos históricos se manifestam em seu entorno e como eles moldam a sua identidade. A história local revela a diversidade cultural e social de um lugar, permitindo que os estudantes reconheçam a importância de diferentes grupos e perspectivas na construção da história. Esse estudo pode levar a valorização do patrimônio cultural e natural, incentivando os discentes a se tornarem mais conscientes e responsáveis pela preservação desse patrimônio.

Em épocas de globalização, de diluição de fronteiras, de dissolução de valores identitários, o estudo da história local e regional ganha novas dimensões nas aulas de história, podendo constituir-se em sólido referencial para a valorização das memórias locais e a adequada articulação com a história nacional e mundial... A apropriação do passado de sua localidade e região permite que os estudantes compreendam melhor as situações cotidianas e o contexto geral da sociedade em que estão inseridos, desenvolvendo determinadas competências para nela fazer qualificadas intervenções (Caimi,2010, p.80-81).

A história oral, ao focar nas experiências e memórias individuais, pode enriquecer e diversificar a narrativa da história local. Nos diálogos entre ambas, a história local ganha novas perspectivas, vozes e detalhes, permitindo uma compreensão mais profunda do passado e suas relações com o presente.

O ponto de contato entre elas ocorre à proporção que a história local, ao se debruçar sobre a realidade de um determinado lugar, pode fazê-lo não somente através de documentos, registros oficiais e fontes tradicionais, mas também através da história oral, com suas narrativas e memórias individuais, complementando e expandindo a análise, além de revelar aspectos subjetivos e experiências que não são contempladas em documentos formais.

Conectadas, as abordagens de história oral, história local e regional podem: viabilizar que a história local seja contada a partir de diferentes pontos de vista, incluindo aqueles que foram marginalizados e silenciados; facilitar a identificação de padrões de memória coletiva no exame dos relatos orais; contextualizar eventos históricos, vivenciados e percebidos pelas pessoas; preservar e valorizar o patrimônio imaterial -saberes tradições e costumes.

Nesse ponto, a análise ganha o acréscimo da História Pública, cujo foco se dedica a levar a história para fora do ambiente acadêmico, utilizando diferentes formatos para alcançar um público diversificado com objetivo de estimular o

interesse público pela história, promover o debate e a reflexão crítica sobre o passado e seu impacto no presente, fortalecer o patrimônio cultural e a memória coletiva.

A história local fornece conteúdo e conhecimento contextualizado para a história pública. Por sua vez, a segunda ajuda a divulgar e popularizar o conhecimento produzido pela história local, tornando-o relevante para um público mais amplo. Esse engajamento incentiva a participação em projetos de patrimônio, a preservação da memória e a construção de identidades.

Articulando o Ensino de História Local e Regional com a História Oral e a História Pública na construção dialética significativa de conteúdo engajado e comprometido pelos ideais de inclusão, igualdade e equidade, definem-se como objetivos específicos: Identificar, nas experiências da história local, mecanismos de identidade e pertencimento que colaborem na afirmação da auto estima do(a)s aluno(a)s da Escola Estadual Manoel de Jesus; Compreender as formas de resistência utilizadas pelas comunidades remanescentes de quilombos do municípios como estratégias de superação dos mecanismos de poder e dominação operadores de silêncios e exclusões; Construir colaborativamente com os alunos e representantes das comunidades remanescentes de quilombos conteúdo para o Memorial Digital de História Local no Instagram que irá colaborar na divulgação da escrita da dissertação no formato adequado ao conteúdo digital.

As novas abordagens historiográficas tomaram para si a tarefa de fazerem a necessária distinção entre história e memória. Nessa concepção, a memória opera os caminhos das lembranças, sentimentos, afetos e emoções; ao passo que a história implica o âmbito analítico da razão. Assim, Prost nos recomenda, nas suas 'doze lições sobre a história',

O desafio que, daqui em diante os historiadores devem enfrentar, é o de transformar a demanda de memória de seus contemporâneos em história...É preferível que a humanidade se oriente em função de razões, e não de sentimentos. Eis por que a história não deve estar a serviço da memória; ela deve aceitar, certamente, a demanda da memória com a condição de transformá-la em história. Se quisermos ser os atores

responsáveis de nosso próprio futuro, teremos de acatar, antes de mais nada um dever de história (Prost, 2024, p.272).

Concebemos a escrita da história como uma operação de lugar (social) para o qual existe um olhar intencional direcionado à fala, à lida, à investigação. Escrever história é tomar posição sim. É escolher, deliberadamente, para que grupo social nas relações de poder seu estudo colabora, evidencia, dá voz e vez de fala. Aqui jaz, pois, uma crítica ao discurso de neutralidade, o qual o historiador, muitas vezes, foi orientado a seguir. Vejamos, então, a contribuição de Certeau como endosso dessa crítica:

A neutralidade” remete a metamorfose das convicções em ideologias, numa sociedade tecnocrática e produtivista, anônima, que não sabe mais designar suas escolhas nem indicar seus poderes...O discurso assume uma cor de parede: 'neutra'. Transforma-se mesmo numa maneira de defender lugares ao invés de ser o enunciado de causas capazes de articular um desejo - Ele, pode falar daquilo que o determina: um labirinto. Um labirinto de posições a respeitar e de influencias a solicitar (Certeau,1982, p.68).

Tendo em vista as demandas sociais de inclusão e reparação históricas que atravessam o ensino de história, podemos invocar a Educação para as relações étnico-raciais, compreendida como um conjunto de práticas pedagógicas e políticas públicas necessárias que visam combater o racismo e oportunizar a igualdade racial no contexto educacional. O foco principal da educação para as relações étnico-raciais é construir, na escola, práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, promovam a reflexão sobre o racismo, estimulando ações coletivas de combate à discriminação. São, também, objetivos da Educação das Relações Étnico-Racial: garantir que a história e cultura desses grupos sejam reconhecidas e reconhecidas como parte fundamental da identidade nacional brasileira; desconstruir preconceitos e estereótipos raciais, combatendo o racismo estrutural e suas manifestações na escola e na sociedade; exaltar a diversidade e a inclusão, criando um ambiente escolar mais justo e equitativo para todos; buscando garantir que todos

os alunos, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham seus direitos respeitados e protegidos.

A implementação, de fato, das práticas pedagógica e das políticas públicas que viabilizem a efetivação da educação das relações étnico-raciais necessitam de ações, tais como: O ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica (aplicação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08); Formação adequada para os professores lidarem com as questões étnico-raciais em sala de aula, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso; Elaboração e socialização de material didático que aborde, de forma adequada e diversificada, a história e a cultura afro-brasileira e indígena, lutando contra estereótipos e preconceitos; Práticas pedagógicas, através de atividades como rodas de conversa, projetos interdisciplinares, músicas, jogos, entre outras que abordem as questões étnico-raciais de forma significativa e criativa. Assim exposto, essa pesquisa pretende colaborar na direção da construção da educação para as relações étnico-raciais.

As tecnologias da informação e comunicação - TICs vêm sendo, cada vez mais, empregadas na educação como ferramentas digitais para facilitar o ensino e a aprendizagem, tornando os processos educativos mais interativos, inclusivos, personalizados e acessíveis. As TICs podem ser compostas de computadores, *smartphones*, tablets, *softwares*, recursos multimídia, plataformas *online* e afins. O ciberespaço trata-se de um ambiente que apresenta um caldo de cultura que se instalou, nas últimas décadas do século XX, na rede mundial de computadores, onde as novas gerações habitam e transitam com desenvoltura e devoção o suficiente para não serem ignoradas. A possibilidade de uso desse recurso, unindo metodologia e técnica, pode dar conta do ensino da história.

A autoria visual e a comunicação são características fortes da rede social Instagram que vem se tornando, cada dia, mais popular desde seu surgimento em 2010, especialmente entre o público jovem. Trata-se de conteúdo instantâneo, disponível através de aplicativo gratuito, a um *click* no *smartphone*. Difusor de encontros colaborativos na *internet*, pode ser um instrumento de compartilhamento de conteúdo educativo para o público em geral e, em particular, para os discentes da escola básica; portanto, atuando como um agente multiplicador do ensino da história.

Ministrando aulas de história em turmas do ensino fundamental no município de Simões Filho, em 2006, percebemos, durante o planejamento das aulas, a ausência de material didático sobre história local.

Após algumas buscas na internet, foram encontrados dois blogs sobre a história de Simões Filho (<https://viagemcomprida.blogspot.com> e <https://historiadesimoeshoba.blogspot.com>); um livro do senhor Antônio Apolinário da Hora intitulado "História Comprida". Embora não se trate de um trabalho historiográfico, a obra é uma referência de história local.

Em 2018, construímos coletivamente um trabalho pedagógico interdisciplinar que examinou a história, a cultura e a economia das comunidades remanescentes de quilombos do município. Em 2020, atuando como tutora de EAD no curso de Licenciatura em História na UNEB/UNEAD, no Polo de Simões Filho, escrevemos O Contexto Histórico do Município para compor o material didático do Componente curricular "História e Região", ministrado pelo professor Alfredo Matta. Dessa forma, quando iniciamos nossos estudos como mestranda no Profhistória, a análise do local logo surgiu como objeto de pesquisa. Em 2009, passamos a ensinar no Colégio Estadual Manoel de Jesus, com turmas de ensino médio. Essa unidade escolar atende a um público egresso, em sua maioria, das escolas da rede municipal, sendo uma parte oriunda de escolas particulares.

Localizada no centro da cidade, portanto, de fácil acesso, recebe alunos dos mais diversos bairros: os centrais, aqueles que margeiam a BR-324, e a BA-093, os subúrbios rurais e as comunidades remanescentes de quilombos.

O trabalho pedagógico com um público tão eclético e com uma territorialidade tão dispersa nos ajudou a constatar que o desconhecimento da história local, perpassada pelo desconhecimento da existência e pela complexidade social das comunidades quilombolas, eram uma realidade, até mesmo, de alguns indivíduos residentes nas próprias comunidades, fatores esses que contribuíram para a falta de identificação étnico, cultural e histórico dessas territorialidades.

Alguns estigmas historicamente construídos sobre as comunidades remanescentes de quilombos reforçam a negação de pertencer a essas comunidades e o desinteresse por conhecer sua trajetória. O fato de haver muitos silêncios sobre a história local em geral e, particularmente, sobre as comunidades,

instigou nossa curiosidade investigativa para buscar elementos capazes de responder questões que clamam esclarecimentos: a ausência do Estado representado nas políticas públicas para inclusão dessas comunidades na condição de cidadãos brasileiros, baianos e munícipes de Simões Filho; quais os traços da cultura das comunidades? Em que medida a territorialidade dessas comunidades e sua identificação quilombola são contestadas? Qual a real situação da titulação da posse dos territórios quilombolas à luz da legislação vigente?

As pesquisas para as aulas de história local apontam para uma lacuna sobre a história das comunidades, como as comunidades estão inseridas no contexto da história local e como se relacionam com as estratégias de sobrevivência frente a uma sociedade com um passado escravista, com um presente de exclusões, de demandas sociais de inclusão e de múltiplas formas de racismo.

A leitura e a escrita serão instrumentos para produção de uma fonte de divulgação das formas de existências, vivências, caminhadas e lutas que marcam a trajetória dessas comunidades frente aos desafios de resistências e (re)existências, alcançado através da construção da Solução Mediadora da Aprendizagem.

O trabalho de pesquisa pretende contribuir para a visibilidade e divulgação da história local em geral e, em particular, das comunidades remanescentes quilombolas do município de Simões Filho, buscando conhecer a história, as possibilidades do ensino de história local a partir do exame do cotidiano das vivências culturais, sociais e políticas, os conflitos e negociações que possibilitaram existirem e resistirem, a passagem do tempo e sua permanência em um território, por vezes, disputado pelas questões agrárias e, em contra partida, invisibilizado enquanto morada de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Após uma década de atuação na docência da escola básica no município de Simões Filho, surgiram algumas questões e reflexões acerca da história local que povoam o interesse da investigação, alimentados pelas idas e vindas cotidianas, nas paisagens geográficas, nas garimpagens por material didático e na construção destes para subsídio pedagógico. A história local atual quase que, como uma personagem a requisitar visibilidade e protagonismo, sussurra segredos entre as histórias contadas pelas oralidades, pelas palavras escritas e pelos documentos a serem desvendados.

Percorrer esses territórios, em labor diário, é também um convite para compreender os muitos caminhos percorridos pelas pessoas de tantas épocas que nos fizeram ser quem somos no agora. As comunidades estudadas são o foco para o qual o olhar do trabalho se volta, tendo em vista a numerosa composição étnico racial da comunidade escolar, da escola básica na Bahia e, em especial, da composição afro-brasileira dos alunos da escola Estadual Manoel de Jesus.

As comunidades remanescentes de quilombos são núcleos de populações presentes no Brasil desde os primeiros séculos da colonização. Como parte das contradições de uma sociedade escravista, surgiram às margens dos núcleos urbanos e rurais, como forma de resistência e contestação à lógica escravista. A região nordeste abrigou e rememora a grande maioria desses núcleos. Escrever a história do Brasil, nas suas diversas nuances, é investigar as existências dessas comunidades frente à tarefa civilizatória e humanista de reconhecimento e inclusão dos seus atores como participantes da história: personagens significados na História Local, apresentada pela História Oral, no protagonismo da História Pública, na insurgência da construção da Educação para a Igualdade Étnico Racial.

2. A HISTÓRIA LOCAL DE RESISTÊNCIA QUILOMBOLA EM SIMÕES FILHO: UMA ABORDAGEM SIGNIFICATIVA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.

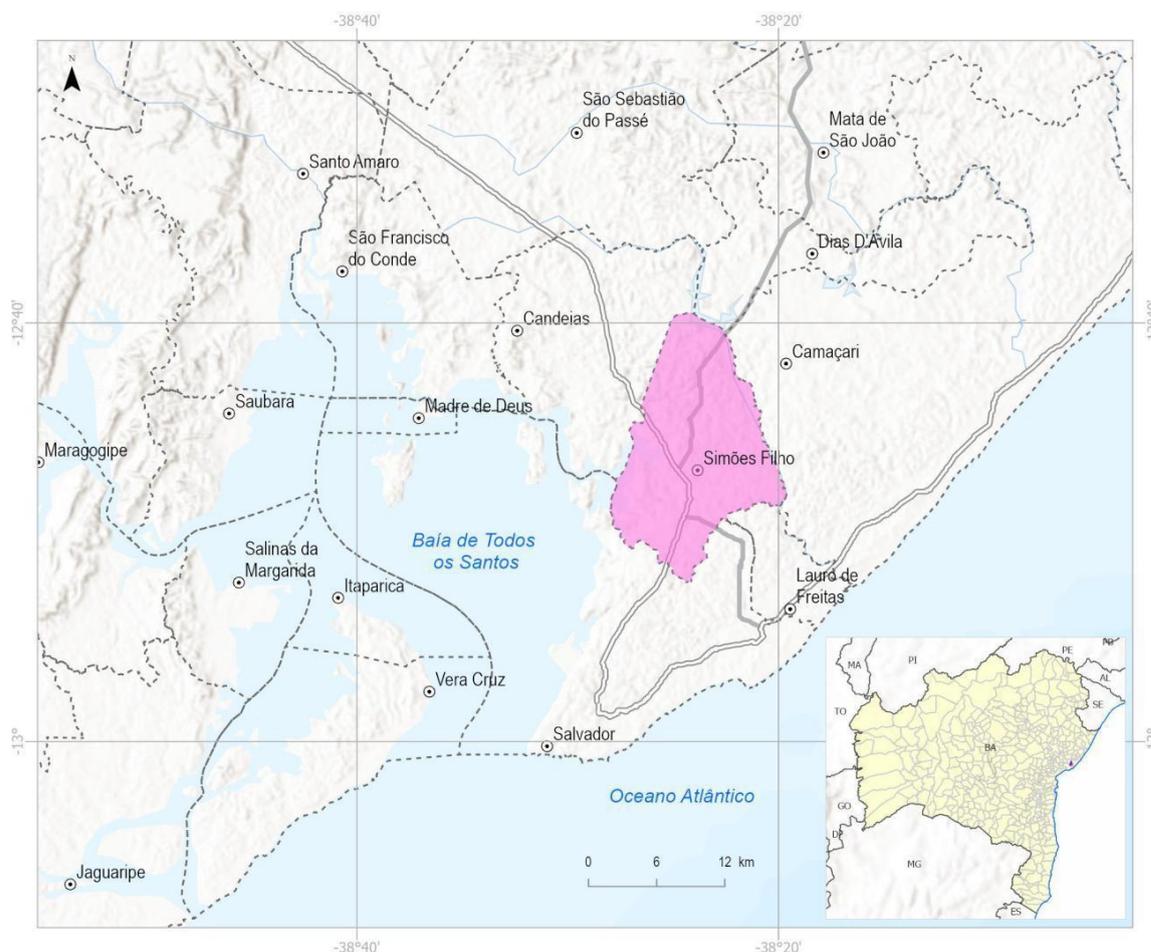
2.1 APRESENTAÇÃO

Acaso dormita a história esperando que os homens possam contá-la? Aguarda mansa, sua chance de se fazer saber pela palavra do historiador? É de domínio de tantos que a história reina, pulsante, entre lugares e tempos, a cargo dos homens e mulheres que a vivem, em dias de guerra e paz, labor e descanso, lutas e marasmos, tecendo tramas para as teias da vida. Assim, há sempre um universo de possibilidades quando nos debruçamos sob a história e quando tomamos por nossa a tarefa de descortinar segredos guardados nas dobras dos tempos, nas bifurcações dos caminhos e lugares, nas memórias recônditas dos viventes e partidos de outros tempos.

Seja de onde for, ela se torna imediatamente nossa, legando-nos identidade e pertencimento. O caminho é das cotias e as águas são compridas. Simões Filho não morou em Dambe. Alguém tem notícias se ao menos banhou-se ele, na praia da Capadócia, na popular Mapele? Será que foi visto em compras no mercado municipal? Ou louvando São Gonçalo em Pitanga de Palmares?

Assim como muitos municípios brasileiros, esse citado recebe o nome de uma “importante” personagem da época, que não era nascido da terra, nem ao menos seu assíduo frequentador, ou mesmo, visitante esporádico. Simões Filho foi o nome escolhido por alguns moradores do distrito de Água Comprida, integrantes da comissão que, a partir de 1960, passou a reivindicar a emancipação do distrito junto a Câmara Estadual de Salvador. Logo, a lei 1.538 de 7 de novembro 1961 criou, por decreto, o Município de Simões Filho. Ernesto Simões Filho, o homenageado, fundador do jornal A Tarde, nessa data, já se encontrava falecido. A Figura 1, a seguir, ilustra a localização do município de Simões Filho no contexto da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador atualmente.

Figura 1: Localização do município de Simões Filho no contexto da Bahia e a da Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Elaborado por Mascarenhas (2024) utilizando a base de limites municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2024), limites interestaduais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) e o basemap da ESRI (2024).

Água Comprida, que se torna Simões Filho (1961) com a emancipação política, será território do Recôncavo Baiano até 1973 quando a Região Metropolitana de Salvador (RMS) será criada pela Lei complementar federal número 14, de 08 de junho de 1973, sendo seus municípios no total de 13: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

Simões Filho localiza-se a 27,5Km de Salvador, via BR324, que, no passado, foi a estrada das boiadas, principal via de ligação terrestre entre o sertão e o litoral baiano. Os dois municípios baianos da RMS estão ligados ainda pela Baía de Todos

os Santos e pela Baía de Aratu, tornando intensas suas trocas comerciais e seus intercâmbios socioculturais desde o início do período colonial. Cotegipe, do tupi, significa passagens das Cutias. Esse seria o primeiro nome dado à região pelos povos originários, primeiros habitantes dessas terras.

Após a chegada dos portugueses, passa a ser chamada de São Miguel de Cotegipe. Os holandeses a rebatizam de Água Comprida e os emancipadores deram-lhe o nome de Simões Filho. Esses tantos nomes com os quais se batizam essa terra é o reflexo das complexas matizes que a história local pode pintar as vicissitudes das municipalidades, trazendo-nos para perto do que é nosso, no aconchego do acontecer a enredar existências de idas e vindas que contam a história na sua versão mais intimista do local para o regional e nacional.

A história local aqui apresenta-se como parte do que vislumbramos em escala mais ampliada no tempo e no espaço geográfico, dessa forma “A história local não se opõe à história nacional, muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala propriedade observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos, e as normas que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. É exatamente esse um dos seus grandes méritos: descrever os diferentes mecanismos de apropriação- adaptação, resposta e criação às normas que ultrapassam as comunidades locais” (Reznik, 2010; p.92). O ensino da história é visto a partir do local para o entendimento do passado e ressignificação das questões que resistem a passagem do tempo devido às permanências estruturais seculares.

Na geografia de passagem entre o litoral e o sertão, encontramos a cidade, a cidadania gritando por sua elaboração secular entre as idas e vindas dos modos de produção (escravista e capitalista em suas fases), a engendrar artifícios que, por sua vez, engendram vivências, acordos, negociações e conflitos. Buscamos os registros das vivências aqui nessa temporalidade dilatada para compreendermos as rupturas e permanências que, na história local, atravessam as comunidades remanescentes de quilombos do município, abrigadas entre lutas, salvaguardas e resistências, na busca por (re)existência, agraciando-nos com sua: história, memória, cultura, identidades e identificações. Quem são elas e eles, os remanescentes? Qual as

dores e as delícias de existir nesses lugares em que seus ancestrais se refugiaram? Quantos temos deles e o quanto eles podem nos legar, ensinar e nutrir? As curvas desse caminhão não sabemos de cor, mas nos parece necessário percorrê-las.

2.2 PERÍODO PRÉ-COLONIZAÇÃO: MORADA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Os habitantes dessa região, os tupinambás, atribuíram-na o nome de Passagem de Cutias (Cotegipe), provavelmente devido à abundância desse mamífero roedor na região. “Cotegipe - palavra do tupi que significa rio torto ou sinuoso”¹. Os vestígios arqueológicos são os testemunhos da vida dos habitantes de Simões Filho em épocas mais remotas da nossa história. Nossos ancestrais pré-cabralianos não se organizaram em sociedades ágrafas, não os deixando, portanto, registros escritos. Todavia, eles e elas legaram-nos as pegadas de sua caminhada nessas paragens baianas, através dos fragmentos da sua cultura material, sedimentados nas camadas da terra nossa. Seguimos, então, as pistas dessas presenças pregressas.

Chamaremos os nossos ancestrais de originais, por tratar-se da terminologia há muito preferida em substituição da nomenclatura povos indígenas, derivando este de um equívoco histórico, secularmente repetido. Na década de 1960, as pesquisas do arqueólogo da Universidade Federal da Bahia, Valentin Calderón, no perímetro de instalação do Parque Industrial de Aratu-proximidades da baía de Aratu- nos sítios arqueológicos Guipe e no Sítio da Viúva, revelaram a presença de comunidades originais da tradição Aratu, do século IX. Essas comunidades originais dos sambaquis,² eram sedentárias, habitavam aldeias circulares (de 30 a 300 metros) pertenciam ao tronco linguístico Gê. Caçavam animais de porte pequenos e cultivavam grãos.

¹ BAHIA. **Viagem por uma História Cumprida**: um roteiro pela história e cultura de Simões Filho. Simões Filho: Secretaria de Cultura e Secretaria da Fazenda, 2022.

² Sambaquis ou concheiros são depósitos construídos pelo homem com matérias orgânicos e calcários que, empilhados ao longo do tempo, vêm sofrendo a ação das intempéries. Acabaram por sofrer uma fossilização química, já que a chuva deforma as estruturas dos moluscos e dos ossos enterrados, difundindo o cálcio em toda a estrutura, petrificando os detritos e ossadas porventura ali existentes. Alguns grupos indígenas os utilizavam como santuário, enterrando neles os seus mortos. Outros os escolhiam como locais especiais para construir suas malocas.

Testemunhos materiais destes grupos são encontrados em todo território baiano, quase todo Nordeste e Centro brasileiro, Tocantins, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A faixa cronológica destes grupos, na Bahia, está reconhecida entre 650 e 1200 AP (Fernandes,2003, p.82).

Outros grupos pré-crabalinos, compostos por ceramistas horticultores, chegaram à faixa do recôncavo baiano, a partir do século XIII, conquistando ou empurrando os Aratus para outros espaços.

Em Simões Filho, na fazenda Rancho Alegre, um sítio da tradição Tupi se estende sobre duas suaves elevações colimares, típicas do recôncavo, separadas por uma baixada alagadiça,200 metros de um curso de água. Em ambas as colinas se espalham os fragmentos de cerâmica, denunciando o tamanho da ocupação. (Cardoso,2011, p.37).

Evidências arqueológicas também identificaram comunidades originais Tupi-guarani habitantes nos entornos de Simões Filho, Tupinambás pertencentes ao troco linguístico Tupi. Efetivamente como possibilitam as informações concedidas por cronistas, os grupos tupis foram aqueles contatados pelos portugueses no episódio da conquista do território. As informações advindas dos relatos desses informantes testemunham a presença de povoados indígenas tupi-guarani em todo o litoral do Brasil.

Estas comunidades eram sedentarizadas, agricultavam a mandioca e outras raízes, caçavam pequenos animais e fabricavam utensílios de cerâmica. Não tivemos notícias de achados arqueológicos de outros povos originários na região, fato que não inviabiliza a presença de outros grupos étnicos-nômades, seminômades, ou mesmo, sedentarizados de comunidades de origem mais interioranas, possivelmente aqueles denominados de maneira pejorativa de Tapuias (os bárbaros das terras distantes, os inimigos) pelos Tupinambás.

O contato entre as populações originais nas terras mais próximas ao litoral foi devastador para os primeiros, uma vez que o intento de estabelecer a empresa açucareira pelo colonizador ia de encontro a dinâmica social dessas comunidades que foram, em pouco tempo, vendo sua população diminuir na proporção inversa do surgimento dos núcleos povoados por indivíduos não indígenas.

Aproximadamente metade dos engenhos ficavam na zona de Pirajá, Matoim, Paripe e Cotegipe, região situada em um raio de alguns quilômetros ao

norte de Salvador, e que, em meados do século XVII, passaria a ser considerada área pertencente aquela municipalidade. Os índios foram removidos dessas terras logo após a fundação da cidade, em fins do século XVI, essa era a parte do recôncavo mais densamente povoada. (Schwartz, 1988, p.82.)

Na condição de geografia que abrigou inúmeros agrupamentos humanos, pré conquistas coloniais e as épocas subseqüentes a esta, Simões Filho tem um potencial substancial para o desenvolvimento de pesquisa arqueológicas, como nos indica Costa (2015, p. 50).

Especificamente nos municípios de Simões Filho e Camaçari corrobora a afirmação apresentada os dados do CNSA/Iphan, que indicam a existência de pelo menos 16 sítios arqueológicos, registrados até o momento, dentre os quais 11 pré-coloniais, 3 históricos e 2 multicomponenciais.

O legado da presença e a influência dos povos originais no cotidiano dos Simõesfilhenses é facilmente perceptível nos hábitos alimentares: o uso da farinha de mandioca e seus derivados (goma, carimã, beiju, tapioca), no consumo de carne de caça em algumas comunidades; no uso dos artefatos de palha e cerâmica: no dormir em redes, entre outras. Heranças também observadas para grande parte da população brasileira. Com o desenvolvimento da empresa açucareira e ocupação dos colonizadores das áreas do litoral da Capitania da Bahia, paulatinamente, os povos originários da região foram sendo expulsos ou submetidos ao trabalho compulsório e outros povos foram se integrando e desenvolvendo outras dinâmicas sociais e relações de poder na localidade, tal como será abordada na sequência.

2.3 FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE COTEGIPE: MUNICIPALIDADES E DESENVOLVIMENTO

As terras de Cotegipe são parte da Sesmaria doada ao fidalgo Sebastião Alvares entre 1553 e 1560. Por três décadas, Sebastião Alvares e Sebastião de Farias, seu filho, enfrentaram os povos originais que resistiram contra a presença e ação dos colonizadores. Cessados os ataques tupinambás, as terras foram consideradas seguras para o empreendimento colonizador, erguendo-se no Matoim, o engenho de Freguesia, em 1584.

Herdeiro destas terras, Sebastião Farias, após a morte de seu pai, tornou-se senhor dos engenhos de Freguesia e de Aratu. As capitânicas da Bahia e Pernambuco foram as escolhidas pelos cristãos novos portugueses que, driblando o tribunal do santo ofício, buscaram lucros com a empresa açucareira. Desta forma, o engenho de Freguesia/Matoim foi, no século XVI, investigado pela Inquisição do Tribunal do Santo Ofício, sendo a sogra de Sebastião de Farias a principal investigada. Posteriormente, a família Rocha Pita compra o engenho do bisneto de Sebastião de Farias no século XVII.

O Barão de Cotegipe e Wanderley Pinho são dois membros da família Rocha Pita de destaque na sociedade baiana, a época. O Matoim pertenceu a Água Comprida até o século XX, quando um decreto lei o torna pertencente a Candeias (12/08/1954). A denominação de freguesia, traço da municipalidade portuguesa transportada para a colônia, atendia as expectativas mercantis e de dominação religiosa da metrópole como bem nos explica o termo “Freguesia (de *freguês* adicionado do sufixo *-ia*, por sua vez derivado da expressão latina *filium ecclesiae*, "filho da igreja"; sendo assim, a freguesia se constituía na menor divisão administrativa em Portugal e no antigo Império Português, semelhante à paróquia civil dos outros países.”

A freguesia era, pois, a menor porção dos tentáculos metropolitanos em seus domínios coloniais e tinha sua administração voltada para o serviço do capital metropolitano e da ideologia católica cristã. A Paróquia de São Miguel de Cotegipe foi fundada, em 1608, pelo Bispo Dom Constantino Barradas (4º Bispo do Brasil), a autoridade eclesiástica da Companhia dos Jesuítas, de passagem pelas terras da fazenda Dambe, na enseada da baía de Aratu. Nessas cercanias, estabeleceu-se a Freguesia de São Miguel de Cotegipe, um ponto estratégico de escoamento da produção açucareira vinda do Recôncavo, pela baía de Aratu e pela baía de Todos os Santos, confirmando, assim, a parceria de exploração, dominação comercial e religiosa portuguesa. Sobre esse aspecto, esclarece Schwartz em seus segredos internos:

Um observador moderno poderia considerar Salvador a base comercial e administrativa a partir da qual se realizou a ocupação do recôncavo. E assim foi de fato. Porém em vez de medir essa ocupação em termos do crescimento populacional, os cartógrafos e eclesiásticos da era colonial

utilizavam outros critérios; os mapas e descrições do período inicial davam a ideia de que os engenhos e os santos ocupavam toda a capitania, pois eram a localização dos engenhos e a criação de paróquias a sua preocupação (Schwartz, 1988, p.80-81).

No Recôncavo Baiano, nos três primeiros séculos da colonização, a localização e o desenvolvimento da população estavam associados à atividade agrícola, vinculada à produção ou ao transporte. Assim,

Identificam-se três gerações de capitais sub-regionais no Recôncavo. A primeira compõe-se de cidades implantadas sobre elevações, em posição estratégica de defesa, à margem de rios ou do mar, como São Francisco do Conde e Jaguaribe. A segunda reúne cidades instaladas à beira-rio, nos limites da navegação fluvial, como Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro. A terceira geração, resultante da evolução dos transportes, agrupa os centros urbanos situados em áreas planas mais ao interior, como Feira de Santana e Alagoinhas, entre outros (Azevedo, 2009, p.25).

Durante esses três primeiros séculos, os transportes se davam quase exclusivamente através de embarcações, pela Baía de Todos- os- Santos, baía de Aratu e no lagamar de Iguape. Por terra, havia a estrada ou caminho das boiadas, que levava a Sergipe d'El Rey e ao baixo São Francisco. Em 1820, às margens dessa via, na Fazenda Santana dos Olhos D'Água, nasceria o núcleo urbano da maior cidade do norte nordeste baiano, Feira de Santana. A estrada das boiadas se converteria na BR -324, no século XX. A chegada das embarcações a vapor à baía de Todos- os- Santos é o marco do início da modernização dos transportes na Bahia, com destaque para o transporte de mercadorias e a diminuição nos custos de mão de obra.

A verdadeira revolução dos transportes na Bahia se iniciaria na segunda metade do século XIX, com a implantação das ferrovias, alcançando seu ponto máximo no início do século XX. A partir de então, a importância do transporte ferroviário começaria a declinar, em decorrência da chegada do automóvel e do caminhão e da construção de estradas de rodagem (Azevedo, 2009, p.31).

A implementação das rodovias trouxe nova dinâmica ao escoamento agrícola, em especial o açúcar e mercadorias. Foi muito importante para a mobilidade de passageiros entre Salvador, o Recôncavo e as cidades do interior do estado.

2.4 ÁGUA COMPRIDA: TANTAS HISTÓRIAS

A denominação Água Comprida remonta ao primeiro século da colonização quando os holandeses disputaram com os portugueses os domínios do Recôncavo na primeira metade do século XVII. Em suas incursões por Salvador e os caminhos do Recôncavo, notaram a abundância de águas que se formavam no rasgar a terra a dentro pela baía de Aratu e os tantos leitos fluviais dessas paragens. Segundo a Lei Estadual nº628, Água Comprida torna-se distrito de Salvador em 30/12/1933. "Dentre os historiadores, "pongando" naturalmente em Gabriel Soares e em obras dos jesuítas, Wanderley Pinho é quem se notabilizou ao cingir fatos por fatos e deixando uma amostra futuróloga dos acontecimentos.

Quase no meio deste espaço, demora uma ilha de grandeza arazoada que chamam 'Maré ', apartada da terra firme de meia légua, com uma légua talvez de Água Comprida.". Diante de tais dados fica, portanto, claro que a Simões Filho, hoje com base em Água Comprida, que anteriormente foi Cotegipe tem sua essência assentada no braço de mar (também, denominada no século XVII por rio), pelo fato de adentrar a terra sendo assim batizada pelo holandês em 1627 (Hora, 2005, p.26.).

Foram nas terras do Matoim, Cotegipe e na baía de Aratu, que se travaram as lutas para expulsar os holandeses do Recôncavo baiano na primeira metade do século XVII. Ironicamente, os brasileiros que se somaram aos portugueses pela expulsão dos holandeses serão os descendentes daqueles que, na primeira metade do século XIX, combateram a resistência portuguesa contra a consolidação da Independência do Brasil.

O Engenho Freguesia foi palco dessa querela. Na mesma região, as lutas pela independência da Bahia são, até hoje, um marco das comemorações cívicas da festa. Por isso, o município de Simões Filho é local de passagem da Chama Simbólica que; partida de Cachoeira, refaz o percurso das tropas sob liderança do coronel Labatut até sua triunfal entrada em Salvador, em 02 de julho de 1823.

2.5 SIMÕES FILHO: A EMANCIPAÇÃO DE SALVADOR

A década de 1960 do século XX inicia-se em Água Comprida imersa pelas agitações de alguns munícipes em torno dos esforços emancipatórios. Eram eles, em sua maioria, membros da Sociedade Cultural e Beneficente de Água Comprida, fundada em 1953. A agremiação, na gestão de Irênio Chaves (1959-60), criou o primeiro projeto de emancipação de Água Comprida. Essa tentativa inicial não logrou êxito devido à falta de representação por parte do distrito junto ao legislativo baiano. O apoio, junto ao legislativo, veio através da figura do Deputado Padre Luís Palmeira que assumiu o compromisso em defesa da emancipação.

Embora o projeto da emancipação já estivesse vitorioso na Assembleia Legislativa, existia um impasse entre os favoráveis e os contra aos intentos emancipatórios. Decidiu-se, então, pela realização de um plebiscito, consultando a população sobre a ideia da emancipação política para Água Comprida. Somaram-se aos esforços do Grupo Pró-Emancipação: Antônio Apolinário da Hora, Walter Tolentino Alves, Padre Luís Palmeira, Noêmia Meireles Ramos, entre outros, a força da lei 1538 de 7 de novembro 1961, que criou, por decreto, o Município de Simões Filho, batizado em homenagem ao jornalista Ernesto Simões Filho.

O início da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno da desconcentração da industrialização, com a implantação de polos industriais junto aos centros e regiões metropolitanas de alguns estados nordestinos. O Brasil amarga a ditadura militar e o milagre econômico é a estratégia para consolidar a presença do capital norte-americano especulativo e industrial. O Centro Industrial de Aratu, assim como outros polos industriais do norte nordeste, surgem no bojo do desenvolvimentismo do milagre econômico.

Criado em 1967, trata-se de um complexo industrial multisetorial que opera empreendimento dos segmentos químico, metalmeccânico, calçadista, alimentício, metalúrgico, moveleiro, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviço, comércio, entre outros. O CIA está localizado estrategicamente, tendo em vista os insumos e o escoamento da produção- Polo Petroquímico de Camaçari e CIA-S. Filho e Candeias; BR-324; BA-096; Aeroporto Internacional; Porto de Aratu e Porto de Salvador.

O êxodo de população de outros municípios e estados para a cidade em decorrência da criação do polo industrial ocasionou uma densidade demográfica

crescente para a década de 1970. Observa-se o crescimento dos bairros existentes e o surgimento de novos bairros para acolher a população atraída pelas possibilidades de ingresso na nascente indústria.

Em contrapartida, não houve políticas públicas de criação de infraestrutura para essas comunidades nascentes- saneamento básico, transporte, educação, lazer e segurança. Décadas após o surto de industrialização, o legado para a população local não parece tão lucrativo como no princípio se apresentava. A desindustrialização observada, a partir da década de 1980, viu um considerável número de indústrias encerrarem suas atividades na região, ou ainda, outras aportarem no CIA com uma dinâmica de produção que não demandava uma quantidade de mão de obra a se considerar.

Os reflexos de uma política industrial sem responsabilidade socioambiental também são visíveis no município a exemplo dos muitos mananciais e nascentes de água da região que, outrora foram compridas, hoje já estão escassas. Poluição, contaminação dos solos e ar, assoreamento de solo, surgimento de doenças, são alguns dos vários problemas enfrentados pelas comunidades.

Nos demais setores da economia local, podemos citar: a agricultura familiar, produtora de frutas, legumes e hortaliças; artesanato (piaçava, madeira e cerâmica); produção do dendê; produção da farinha e subprodutos (goma, carimã, tapioca); extrativismo de folhas e ervas; comércio atacadista e varejista de todos os segmentos.

3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: REMANESCÊNCIAS DA DIÁSPORA

3.1 QUILOMBOS E MOCAMBO NO BRASIL: PRESENÇA INCONTESTÉVEL DA RESISTÊNCIA

Durante mais de três séculos, no Brasil, pessoas que fugiam da condição de escravização construíram comunidades que receberam o nome de Quilombos. Após 1888, essas comunidades permaneceram em seus locais de origem mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas por essas populações. Foram construídos a partir de uma grande diversidade de situações que direcionava as fugas para regiões livres e longínquas. Não obstante, houve algumas liberdades oriundas de heranças, doações e devido à permanência em terras que cultivavam para seus senhores/patrões, ou ainda, como pagamento de serviços prestados ao Estado.

Há, também, registros de compras de terra ainda no período da escravidão e após a abolição. Existem ainda casos de compras de terras, tanto durante a vigência do sistema escravista, como no pós- abolição. A marca mais forte do quilombo além da resistência era a conquista da autonomia, representando a transição entre a condição de escravizado para o de trabalhador camponês livre.

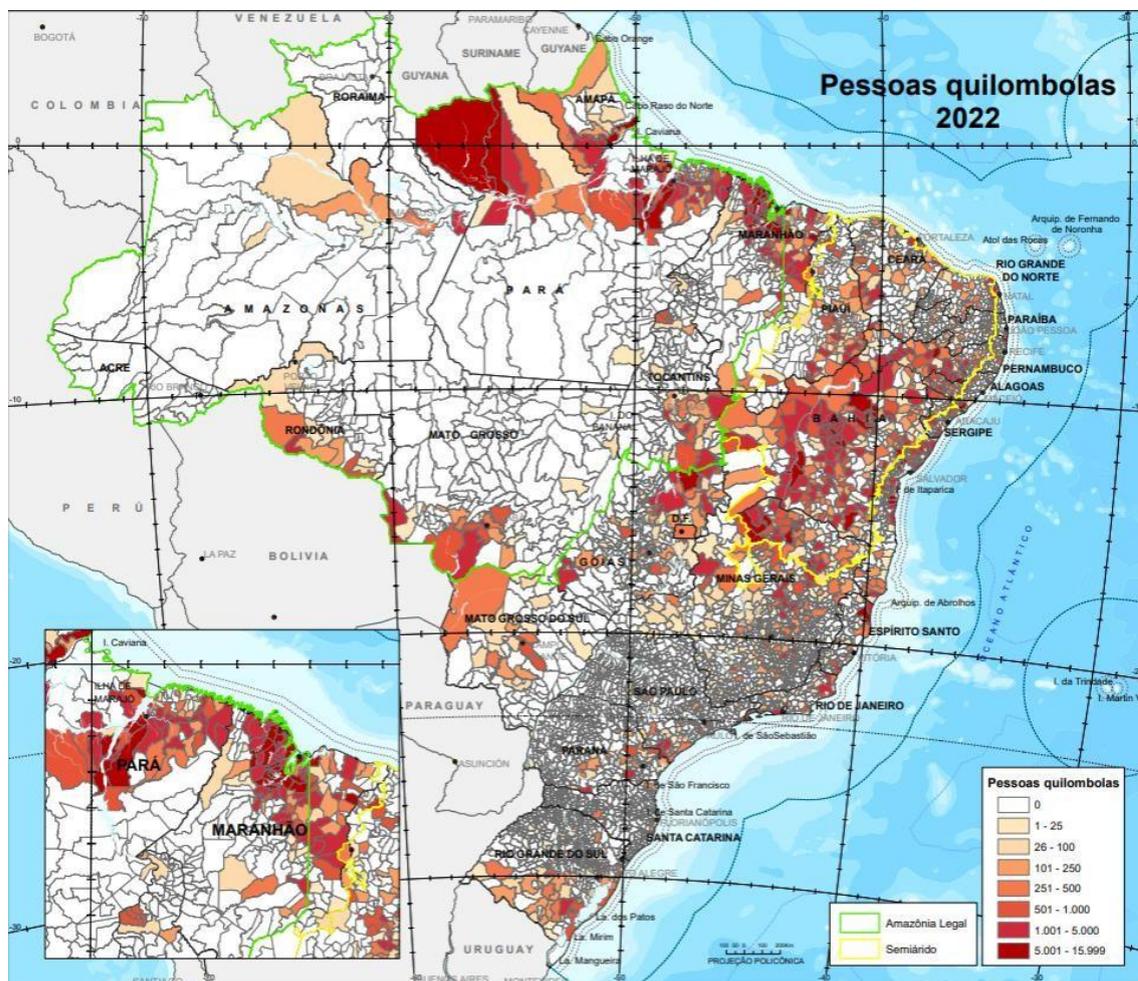
A Abolição da escravidão não significou mudanças na estrutura da situação do povo negro no Brasil, uma vez que a assinatura da Lei Áurea libertou uma pequena parcela da população negra que, ao longo dos séculos de escravização, conquistaram a liberdade jurídica de diversas formas. Essa população egressa da escravidão também fundou núcleos de povoação, buscando moradia e atividades agropastoris de subsistência as quais, transmitidas hereditariamente, formaram o que, na contemporaneidade, também podem ser entendidos como territórios quilombolas.

As cidadelas de liberdade continuaram existindo e sendo formadas mesmo após o fim formal da escravidão, como forma de resistir a ausências de políticas públicas que incluíssem a população negra nas estruturas fundiárias e nos demais setores da sociedade brasileira. Quilombos contemporâneos, as comunidades remanescentes de quilombos, estão presentes em outros países da Latino América: Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. Em alguns desses países, assim como no Brasil, o direito às terras tradicionais é assegurado pela Carta Magna. Os direitos dessas comunidades são assegurados na Convenção 169

sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil e por diversos países da América Latina.

As comunidades de quilombos possuem identidade étnica própria, distinta do restante da sociedade. A identidade étnica desses grupos sociais é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A forma pela qual os grupos sociais definem sua identidade resulta de escolhas oriundas de uma confluência de fatores: formas de organização política e social, elementos linguísticos e religiosos e da ancestralidade que os ligam. De acordo com o censo de 2022, são 1,3 milhões de pessoas vivendo em 7.666 comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas por 25 estados do Brasil. Essas comunidades estão distribuídas em 1.696 municípios do Brasil. Os estados da Bahia e do Maranhão concentram 50,12% da população quilombola. Na Bahia, são 397.502 (29,88% da população recenseada). O Maranhão representa 20,24%, o Pará vem em terceiro lugar e depois Minas Gerais, representando 20,37% da população quilombola recenseada pelo IBGE consoante podemos observar na Figura 2 abaixo.

Figura 2 Distribuição espacial da população Quilombola no Brasil:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

Além de pertencerem a fatia da população em que estão os mais pobres do país - os negros e pardos - vivenciam dificuldades comuns à população pobre rural: acesso precário à saúde, à educação, ao saneamento, ao financiamento para gerar renda, além dos desafios que enfrentam na manutenção das terras que ocupam. O contexto em que essas comunidades vivem ameaça não apenas a existência delas, mas também o patrimônio cultural e histórico que elas representam.

Quanto aos direitos das comunidades remanescentes de quilombo à ocupação e à permanência em seus territórios ancestrais, existe a seguinte legislação em vigor: O Artigo 68, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, diz "Aos remanescentes das

comunidades remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.”; O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo. Vejamos os principais pontos do projeto:

- 1) Estabelece que a caracterização das comunidades quilombolas se dá pela autodefinição da própria comunidade;
- 2) Define como terras quilombolas aquelas utilizadas para a reprodução física, social, econômica e cultural da comunidade;
- 3) Considera os critérios de territorialidade indicados pelos próprios remanescentes das comunidades quilombolas para a medição e demarcação das terras;
- 4) Atribui ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a regulamentação dos procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras;
- 5) Permite ao INCRA estabelecer convênios e parcerias com outros órgãos públicos e entidades privadas para a execução dos procedimentos;
- 6) A Fundação Cultural Palmares (FCP) tem o dever de certificar as comunidades quilombolas e manter um cadastro geral.

O Decreto 4.887/2003 é considerado um marco na luta pelos direitos das comunidades quilombolas, pois regulamenta o processo de titulação de suas terras, garantindo o direito à propriedade e ao reconhecimento de sua identidade e cultura. O decreto foi alvo de questionamentos judiciais (ADI-nº3239 de 18/04/2012, pedido ao STF pelo partido Democratas), sendo considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O STF reconheceu a constitucionalidade do decreto, rejeitando a tese de inconstitucionalidade e confirmando a eficácia plena do Art. 68 do ADCT. A conclusão dessa jornada por direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos é bem concluída por Amorim (2005, p. 798):

Ao concluir os estudos do RTID, a versão resumida é publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, por sua vez é fixado na prefeitura do município onde a comunidade está localizada. Quando há conflitos de interesses com outros órgãos na utilização dos territórios, procura-se a conciliação, no entanto, essa conciliação nem sempre atende às necessidades da comunidade, como por exemplo, a situação vivenciada pela Comunidade Quilombola Rio dos Macacos em Simões Filho - BA, região metropolitana de Salvador - BA. A comunidade reivindicava mais de 600 ha nos quais tradicionalmente desenvolveram suas práticas sociais, culturais, religiosas e de produção, foram reconhecidos oficialmente apenas 301 ha e a portaria foi publicada em 104 ha para titulação e posse da comunidade.

As comunidades tradicionais, oriundas de quilombos, apesar de inúmeras e diversas no tocante às geografias em que estão situadas - zonas da mata, semiárido, faixas litorâneas, etc, enfrentam problemas semelhantes quanto ao seu reconhecimento, titulação territorial, sobrevivência e manutenção da sua existência orgânica e cultural.

Essas comunidades estão, em sua maioria, na zona rural, embora existam quilombos urbanos e, ainda, na interseção entre a zona rural e urbana, principalmente devido ao acelerado crescimento demográfico e à expansão urbana de muitas cidades do Brasil na segunda metade do século XX. São territórios marcados pelos conflitos agrários entre suas populações e os vários poderes constituídos que historicamente negam-lhes a existência; pelo racismo institucional e ambiental; pela ausência dos poderes públicos no tocante às políticas que garantem seus direitos fundamentais; pela violência que, nas suas várias facetas, transforma seu cotidiano de existência em resistência.

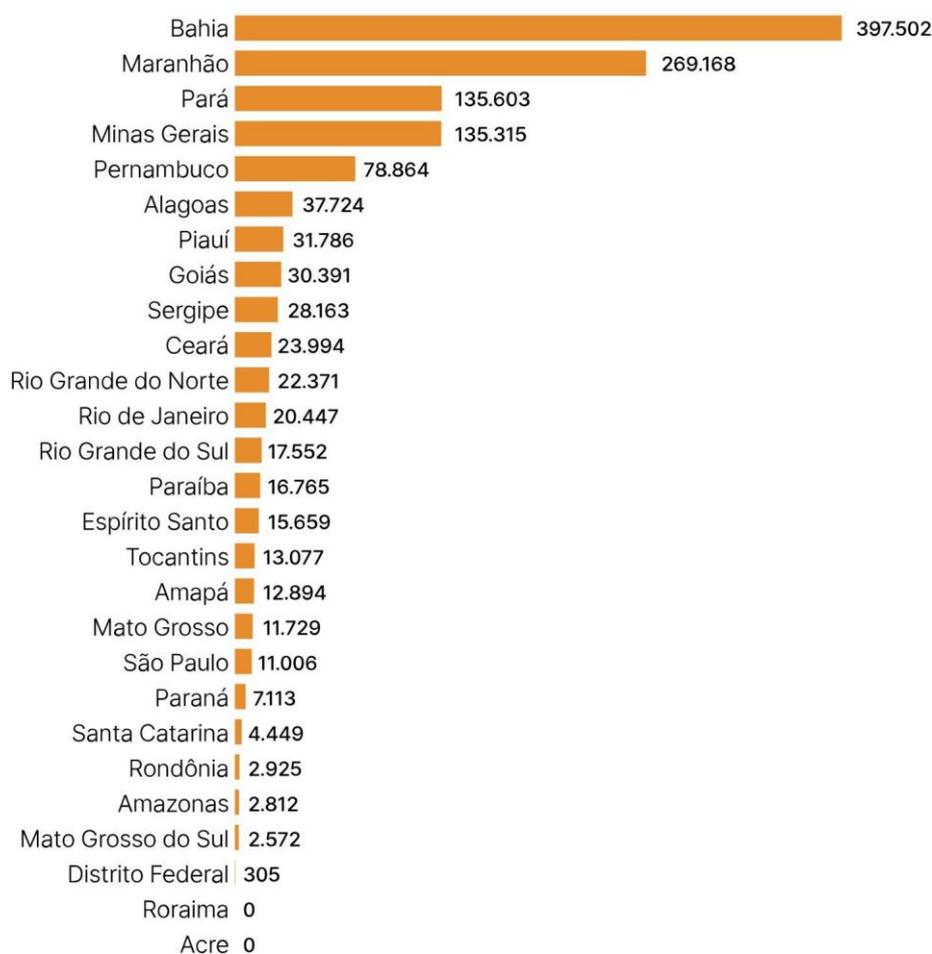
As comunidades tradicionais de quilombos estão presentes no Brasil desde o período colonial, mas só com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que surge a possibilidade da propriedade das terras para esses grupos. Para tanto, é necessário pleitearem, junto ao Governo Federal, o reconhecimento desses territórios, mediante processo de certificação, obtido por intermédio da Fundação Cultural Palmares (reconhecimento das comunidades como remanescentes dos quilombos), bem como a obtenção do processo de Titulação, procedimento conduzido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Vencidas essas etapas, as comunidades poderão buscar as políticas de governo e direitos étnicos quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais. Isso

perfaz um caminho árduo entre burocracias que emperram esses processos, atravessados pelos interesses do capital que financiamos grandes projetos de investimentos e geram problemas ambientais, problemas de acesso a infraestruturas básicas e problemas socioeconômicos.

A Bahia é o estado do Brasil com maior número de comunidades remanescentes quilombolas. Possui também a maior população desse segmento da federação. Segundo censo do IBGE de 2022, são 397.502 pessoas quilombols baianas conforme mostra o Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Pessoas Quilombolas, segundo as Unidades da Federação



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

A população baiana sempre apresentou um número predominante de negros, pardos e mestiços quando comparados à população branca, seguindo uma tendência histórica, desde o período colonial, de acordo com os censos demográficos analisados pelas pesquisas historiográficas desses períodos. Tomemos, como exemplo, o artigo de Stuart Schwartz, “Contos e quilombos numa conspiração de escravos haussás na Bahia de 1814”. Ao analisar a capitania da Bahia, no contexto do tráfico transatlântico de escravizados, assim mostram os dados demográficos:

Na primeira década do século XIX, a capitania como um todo tinha uma população de mais de 400 mil pessoas, das quais um terço era de escravos. Salvador tinha uma população de mais de 50 mil, cerca de metade formada por negros, 22% por pardos e apenas cerca de 25% por brancos. Os escravos representavam talvez 40% da população da cidade (Reis, 1996, p.375).

O período da formação das comunidades quilombolas do município de Simões Filho apresenta uma temporalidade que alcança a fase da expansão das lavouras açucareiras tradicionais até a eliminação do Haiti como produtor de açúcar, em decorrência da rebelião de 1792, que estimulou o crescimento dos canaviais no Brasil. Essa expansão foi acompanhada por um aumento da importação de escravos para os engenhos, o que também resultou no inchamento da população escrava da cidade-porto de Salvador (Reis, 1996).

Ora, havendo uma população escrava numerosa, a possibilidade de fugas e estabelecimentos em locais afastados dos grandes centros tornava-se igualmente crescente nesse período.

3.2 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO

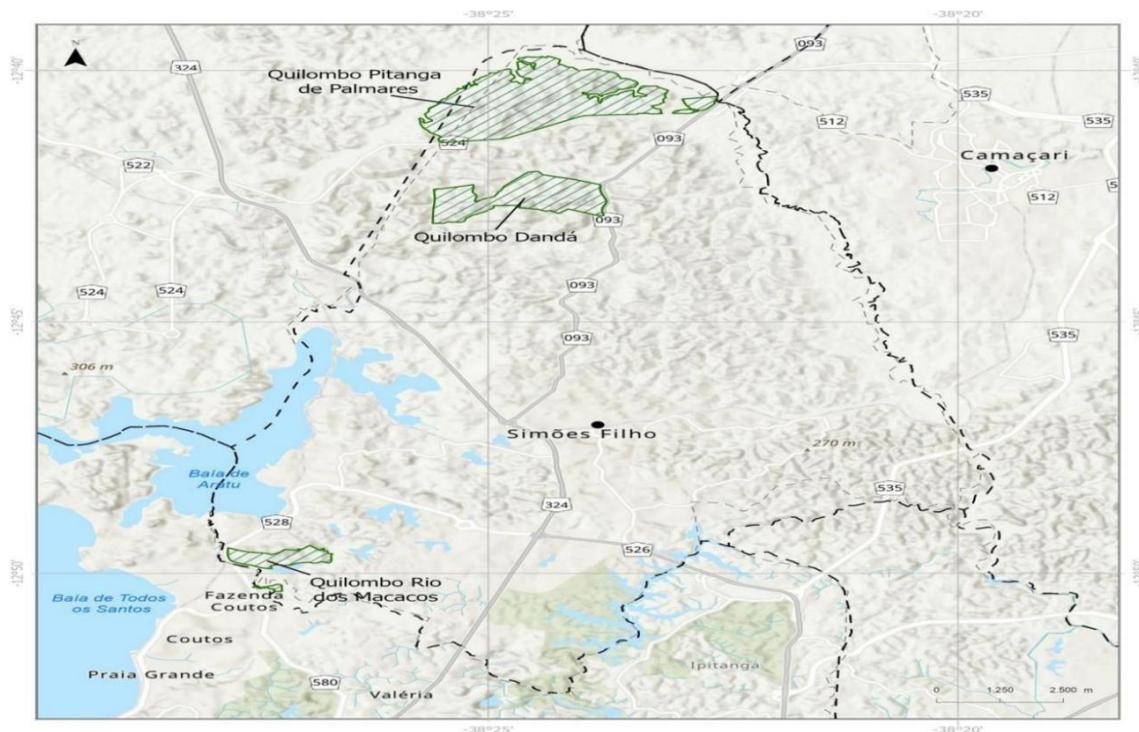
A porção geográfica correspondente ao município de Simões Filho era parte da empresa agro açucareira que operava desde o núcleo central de Salvador, estendendo-se ao Recôncavo baiano, tornando-se, posteriormente (1973), região Metropolitana de Salvador. Sua atividade econômica primeira era voltada para a produção do açúcar e sua exportação abrigava fazendas de cultivo de cana, engenhos e usinas de fabrico do açúcar.

Na orla das lavouras de cana e nos grandes domínios dos engenhos, plantava-se frutas e vegetais de origem europeia e autóctones. Nos rios Pirajá e CotePIPE (anteriormente conhecido como rio Matoim), praticava-se a pesca e o abrigo das embarcações. Na orla do estuário da Baía de Aratu, seu ecossistema marinho oferecia mariscos e frutos de mar, sendo um importante incremento alimentar, principalmente para a população escravizada.

A sociedade colonial patriarcal fundamentada na escravidão étnica e na diáspora africana forjou um abismo social entre as classes. Entre os extremos dos senhores e escravos, havia um estrato médio com pouquíssima chance de mobilidade social. As tensões de uma sociedade com tamanho grau de hierarquia e estratificação geraram conflitos de classes e inúmeras tentativas de revezes das classes subalternizadas. Entre muitos desses conflitos, ressaltam-se as rebeliões escravas e a resistência à escravidão dos quilombos. Cidadelas de refúgio, as edificações das Comunidades quilombolas espalharam-se pelas terras de toda a Bahia, nesse período e nos séculos subsequentes.

São comunidades remanescentes de quilombos do município de Simões Filho, que conhecemos e tivemos notícias: Pitanga de Palmares e Caipora, Dandá e O Quilombo do Rio dos Macacos, como podemos verificar na Figura 3.

Figura 3: Localização dos Quilombos em estudo no contexto do município de Simões Filho



Fonte: Elaborado por Mascarenhas (2024) utilizando a base de limites municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2024), limites dos quilombos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (2021) e o basemap da ESRI (2024).

As origens dessas comunidades nos apresentam um horizonte desafiador para investigação científica. Pesquisas arqueológicas realizadas, em sítios situados na região de duas dessas comunidades, entre os anos de 2013 e 2014, podem rever a datação do povoamento apresentada pela história oficial a partir das análises das datações dos vestígios dos materiais encontrados.

Os dados levantados nas escavações nos permitem assegurar referir-se a uma antiga área doméstica, muito provavelmente de uma residência. Fato que chama a atenção é que se trata de uma residência que aponta para uma alta profundidade cronológica, isolada e fora dos eixos decisórios de poder. Não podemos afirmar quem eram os indivíduos que estavam nesta casa; mas, por outro lado, a arqueologia nos possibilita dados únicos a cerca de um setor do território de Simões Filho, cuja ocupação histórica nos séculos XVII e XVIII eram desconhecidas” (Costa, 2015, p.54).

A análise de Costa (2015) revela a importância da arqueologia como ferramenta de reconstrução da história local e de ampliação da compreensão sobre o passado. Ao destacar uma antiga área doméstica, possivelmente uma residência

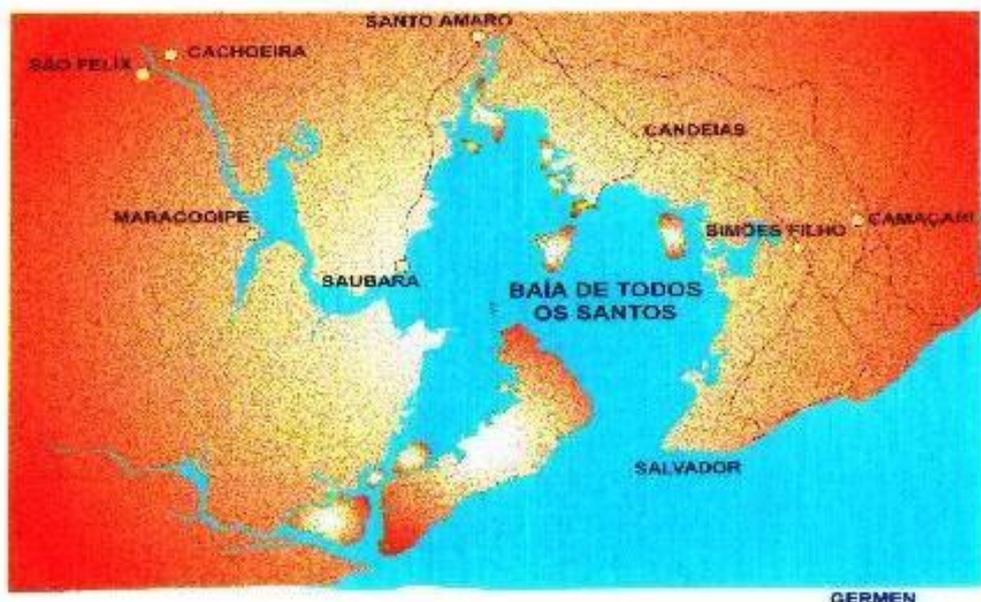
isolada e distante dos centros de poder, o autor chama atenção para a relevância das experiências cotidianas e das populações comuns — muitas vezes silenciadas nos registros oficiais. Essa descoberta, situada em Simões Filho e datada dos séculos XVII e XVIII, contribui para preencher lacunas históricas, oferecendo indícios materiais que permitem repensar a ocupação e as dinâmicas sociais daquele território. Assim, a citação reforça o papel da arqueologia em dar visibilidade a grupos e espaços marginalizados na narrativa histórica tradicional.

O município de Simões Filho tem seu território situado em duas regiões: Baía de Todos os Santos - BTS e Região Metropolitana de Salvador - RMS. A BTS é composta pelos municípios de Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz (Ver Figura 4). Criada em 1973, no bojo do desenvolvimento industrial, a RMS inicialmente era composta de oito municípios: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Vera Cruz e Itaparica.

Em 1990, incorpora Madre de Deus e Dias D'Ávila. Em 2008 (Lei complementar estadual nº30), inclui na RMS os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João, e, em 2009 (Lei Complementar Estadual nº32), o município de Pojuca.

Figura 4: Mapa da Baía de Todos os Santos

BAÍA DE TODOS OS SANTOS

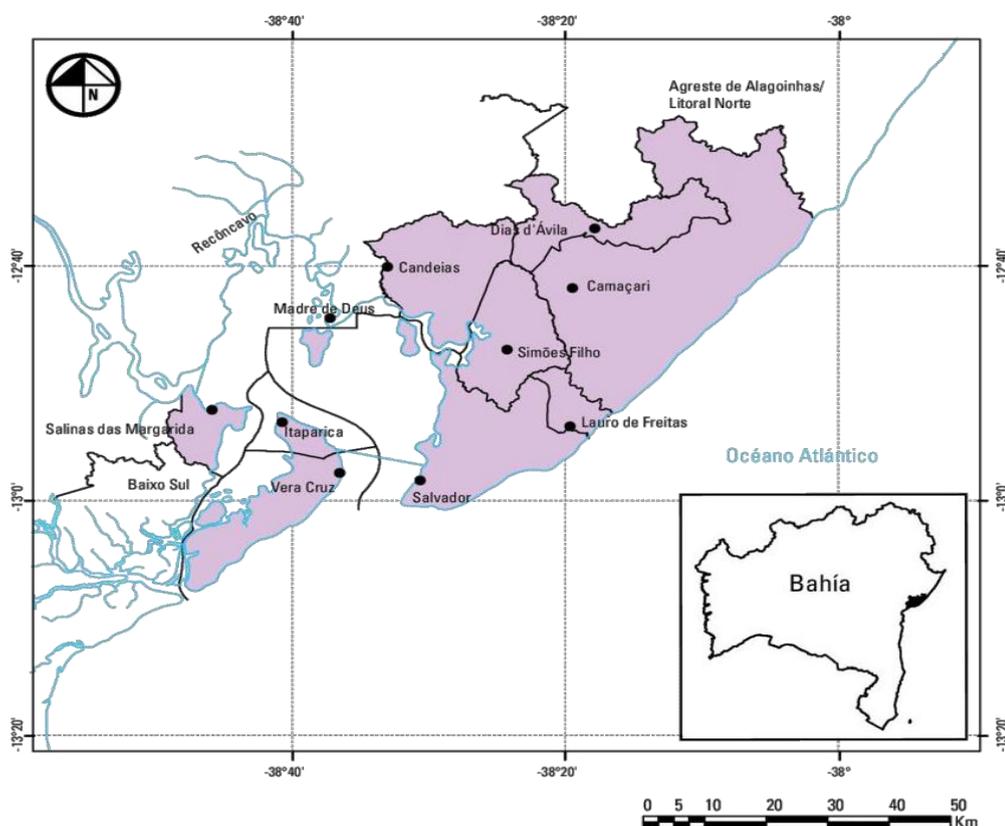


Fonte: Grupo de Recomposição Ambiental- Germen, [s.d]

Dados da Fundação Palmares apontam 19 comunidades remanescentes de quilombos na região Metropolitana de Salvador (Cf. Figura 5). Destas, três estão em Simões Filho (Quilombo Dandá, Quilombo Pitanga de Palmares e Quilombo Rio dos Macacos).

De acordo com o INCRA existe dentro da Baía de todos os Santos um total de 52 comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas entre os seus 14 municípios...no que diz respeito a essas comunidades remanescentes de quilombos, elas se auto definem em sua relação específica com a terra, o parentesco, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias. A política de regularização fundiária de territórios quilombolas é de grande importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos. Todavia, um dos conflitos mais presentes nas comunidades quilombolas é a demora para conseguir a regularização. Muitas dessas esperam por mais de 10 anos para conseguir a titulação, o que provoca consequências como a dificuldade de permanência nos lugares, falta de acesso a serviços públicos, insegurança jurídica decorrente de longas batalhas judiciais, violências e preconceitos (Müller,2021, p.242).

Figura 5: Mapa Território de identidade e Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Müller, 2021, p.239.

A presença das comunidades remanescentes de quilombos nos parece bastante coerente no contexto da resistência a escravidão, observada em todas as regiões onde a utilização de mão de obra escravizada, em larga escala, era uma realidade. Diante de mais de três séculos de existência dessa instituição, parece natural que refúgios e abrigos de resistência tenham se formado em uma região de povoação tão recuada no tempo da colonização do Recôncavo Baiano.

Os períodos de formação dessas comunidades são, entre outros aspectos, um importante dado das pesquisas vislumbradas para estudos futuros. As comunidades tradicionais quilombolas formam um legado precioso da presença e atuação dos nossos ancestrais africanos que, nos infortúnios da diáspora, reelaboraram suas formas de vida, adaptando-se aos reveses da pátria imposta pela escravidão e, no período pós-escravidão, enfrentando as sobrevivências e permanências socioeconômicas e de mentalidades que a instituição os legou.

Das vivências e estudos junto a essas comunidades, imediatamente identificamos uma permanência dolorosa na longa duração das atrocidades e violências praticadas contra os indivíduos escravizados pelos seus senhores, feitores e autoridades locais. De uma forma geral, as comunidades têm suas atividades econômicas, como a agricultura de subsistência e a agricultura familiar com produção de hortaliças, feijão, milho, amendoim, frutas diversas, mandioca e seu beneficiamento, tubérculos (aipim, batata-doce, inhame); criação de suínos, caprinos, bovinos e galinhas. A produção da agricultura familiar é comercializada nas comunidades, no mercado municipal, nas feiras-livre dos bairros, nos ambulantes no centro da cidade e na CEASA. O artesanato da piaçava e a confecção de produtos feitos deste cipó está presente nas comunidades.

Na atualidade, entre muitos eventos violentos, salta a nossa análise o assassinato de lideranças comunitárias locais pela atuação que exerciam frente ao combate das inúmeras perseguições e o desrespeito dos direitos fundamentais contra os integrantes dessas localidades que buscam melhores condições de vida. Os dados da violência contra as lideranças nas comunidades quilombolas do município engrossam as estatísticas que incluem o Brasil nos índices dos países que mais possuem lideranças de movimentos sociais assassinadas.

A pesquisa “Racismo e Violência contra Quilombolas no Brasil” de 2022 - realizada em parceria entre a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Terra de Direitos³, foi divulgada no primeiro semestre de 2023, mostrando o crescimento da violência em comunidades tradicionais. A média anual de assassinatos praticamente dobrou em comparação com o período de 2008 a 2017, período correspondente a primeira edição da pesquisa.

Segundo uma das pesquisadoras, a socióloga Givânia Maria da Silva, coordenadora do Coletivo Nacional de Educação da Conaq, o levantamento foi feito em campo nas próprias comunidades. Ela identifica que os números vão além do

³ Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca). A organização surgiu em Curitiba (PR), em 2002, para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano. Atualmente, a Terra de Direitos incide nacionalmente nas temáticas de direitos humano e conta com escritórios em Santarém (PA), em Curitiba (PR) e em Brasília (DF) (Terra de Direitos, 2022)

que é noticiado pelos meios de comunicação e espelham uma estrutura racista da sociedade brasileira.

A questão da terra no Brasil é fundamental na discussão, assinalam as entidades pesquisadoras. “Ao falar da política de terra, a gente vê o quanto essa questão é atravessada pelo racismo. No Brasil, a impressão que eu tenho é que falar de terra, tendo pessoas negras como proprietárias, parece que ainda é mais grave”, ressalta Givânia (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Terra de Direitos, 2023).

3.3 QUILOMBO PITANGA DE PALMARES E CAIPORA

3.3.1 Origens e Desenvolvimento

A comunidade quilombola Pitanga de Palmares se originou às margens da fazenda Mocambo, no vale do rio Itamboatá, na região do Recôncavo baiano. Povoamento que abrigava famílias de camponeses negros e mestiços para plantar e criar pequenos rebanhos, principalmente para subsistência, na orla da monocultura da cana de açúcar e da pecuária, atividades desenvolvidas, prioritariamente, naquela geografia. O sítio arqueológico Simões Filho 3, identificado durante o Licenciamento ambiental da rodovia BA-093, entre 2013 e 2017, mostra indícios da presença de população de origem africana, localizada na altura do KM 9, próximo a comunidade quilombola do Dandá e a 3 KM da comunidade quilombola de Pitanga de Palmares.

...inquestionavelmente trata-se de um sítio histórico com uma ocupação do período colonial (final do século XVII, início do XVIII) ...Sendo assim, os dados levantados nas escavações nos permitem assegurar que o sítio é uma antiga área doméstica, muito provavelmente de uma residência rural, considerando-se o afastamento geográfico de conglomerados urbanos da época, cujos moradores viviam sem muitos luxos (Costa,2020, p.44,51).

Trata-se, portanto, de uma ocupação muito mais recuada no tempo do que o suposto para essas comunidades. A denominação da comunidade está relacionada com a grande quantidade da árvore frutífera pitanga. Pitanga de Palmares certamente está ligado ao famoso quilombo da Serra da Barriga, entre os estados de

Alagoas e Pernambuco, cuja história de resistência, durante o período colonial, inspirou a denominação de algumas comunidades tradicionais pelo Brasil.

Por que o nome Caipora? Foi uma das primeiras indagações quando fomos visitar a comunidade como parte das atividades pedagógicas do Colégio Estadual Manoel de Jesus, em julho de 2018. Ainda no ônibus, após passarmos pela placa de identificação da comunidade, perguntamos para alguns alunos moradores de lá, os quais responderam tal como Mãe Bernadete em Documentário da TV Kirimurê no You Tube, em homenagem à comemoração do 70º aniversário da líder da comunidade e lalorixá.

A denominação Caipora foi um incremento que sua avó, Maria Faustino Pingo, que acrescentou o nome da comunidade em homenagem à entidade (espírito guardião das matas, segundo a tradição oral dos povos originários) para evitar que membros da comunidade que buscavam as matas para caçar se perdessem, desorientados pela insatisfação do espírito com a falta de respeito.

Segundo as tradições orais, a Caipora como criatura que habita as matas, não permite o trânsito de pessoas por elas sem o devido pedido de licença.

...eu quero agradecer a meu pai Oxum Maré, o dono do meu ori e a Oxum. Eu quero agradecer a minha avó, conhecida como Maria Faustina Pingo, a qual foi quem deu o nome aqui de Caipora. Eu me pergunto porque Caipora?

Eu quero dizer até o INCRA isso: O nome aqui, o quilombo é Pitanga dos Palmares. Aqui Caipora, porque é onde os caçadores só vivem se perdendo aqui nas matas, a caipora, botava eles para se perder, aqui nas matas. Então, a minha avó, passou a ensinar a eles, quando vocês entrarem no mato, o mato tem dono, vocês ofereçam alguma coisa, peçam licença. Vocês querem vim aqui, pegar sua caça e irem embora? Não! Então vocês vão ficar perdidos todo o tempo. O nome disso aqui é caipora, aqui é dela. Então aí passou a ter nome de caipora, é por isso⁴ (BERNADETE..., 2022).

A comunidade remanescente de quilombo Pitanga de Palmares foi reconhecida pela Fundação Palmares em 2004. O INCRA realizou, em 2024, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) desta comunidade, com

⁴ BERNADETE: 70 anos de luta – uma vida dedicada à resistência. Direção: Dina Lopes. Produção: Dragão Marinho. Salvador: TV Kirimurê, 2022. Documentário (18: 10 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PPeTeUnS4Ls>. Acesso em: 05 jul. 2025.

854,2 hectares e, segundo o censo de 2022, tem 2.638 habitantes e 598 famílias que vivem, em sua maioria, da agricultura familiar (Lavouras de: mandioca e seus beneficiamentos, feijão, aipim, hortaliças); da pesca artesanal e da venda dos artesanatos de piaçava.

3.3.2 Aspectos Culturais

A religião na comunidade é bastante marcada pela presença de Terreiros de Candomblé e da religiosidade de Matriz Africana, no culto aos Orixás e Voduns. Há a presença marcante das rezadeiras e rezadores, indivíduos cujas práticas estão associadas à religiosidade popular brasileira, mesclada dos traços das religiões de matrizes africanas e do catolicismo popular. Na fonte oral, identificamos: Maria Arlinda da Purificação Chaves (Dona Àlinda), Luíza Lopes dos Santos (Dona Luíza) e citados (a) s por estas, Sr. Valdir, Sr. Adriano, Dona Amélia e Dona Nicinha. Embora não haja uma paróquia estabelecida na comunidade, existe uma capela onde o padre de outra paróquia celebra missa com frequência.

A crescente construção de templos das igrejas evangélicas é observada na comunidade assim como em muitas periferias rurais e urbanas em todo o Brasil, indicando o aumento de fiéis dessa religião na comunidade. A presença do catolicismo popular é facilmente identificada nos festejos descritos a seguir. A cultura da comunidade quilombola de Pitanga de Palmares e Caipora é marcada pela herança africana, entrelaçada por aspectos ibéricos e indígenas, estas traduzem a beleza das festas comunitárias que se repetem em períodos regulares, ornamentando o cotidiano, amenizando os folguedos vivazes, as lutas do existir.

O samba de roda ocorre sempre que se reúnem para ritos de famílias (casamentos, aniversários, chás de bebê e de panela etc.) e também em reuniões comunitárias como assembleias de moradores, adjutórios ou mutirões na roça. Há sempre um membro a cantarolar para entoar e puxar o samba, que pode ser uma antiga canção a qual remete a outros tempos “quem entrou na roda foi uma boneca. Foi uma boneca, rapaz. Foi uma boneca.”. Temos registros de uma banda de samba, Grupo de Samba Raízes da Pitanga, cujo vocalista era Binho do Quilombo.

A Festa de São Gonçalo, em homenagem ao padroeiro da comunidade devido ao Santo ser o padroeiro dos agricultores. Ocorre entre 25 e 27 de janeiro,

em louvor ao Santo, com pedidos de gratidão e bênçãos. Aos visitantes e participantes da festa, são oferecidas as comidas típicas, e a apresentação da dança é o auge das comemorações. O folguedo apresenta-se como uma mistura de samba de roda, ternos de reis e ladainha de reza em forma de bailado. “...com um ramo de folhas de são-gonçalinho nas mãos, a rainha da dança toca na testa do próximo dançarino, convidando-o a entrar na roda, tudo de forma sincronizada, reproduzindo o formato do número oito (considerado símbolo de felicidade). De dois em dois, os dançarinos se encontram e finalizam os passos formando um laço⁵ (Bahia, 2008).

A Queima da Palhinha é uma manifestação cultural presente na comunidade caracterizada pelo baile de pastorinha, em homenagem ao Deus menina, que encerra as celebrações natalinas. Trata-se de uma manifestação cultural mestiça transmitida de geração a geração pela prática da oralidade.

Por volta de 1950 esse Baile Pastoril começou a perder a vitalidade de outrora. A chegada da modernidade no entorno da capital baiana trouxe mudanças: a urbanização das comunidades e a industrialização na região. Contudo, desde a primeira década dos anos 2000, a Queima da Palhinha, da comunidade de Palmares, localizada em Simões Filho - Bahia, começou a receber apoio de agentes culturais, de ONGs como a Fundação Terra Mirim, a participação de redes nacionais de cultura, a exemplo da Rede de Cultura Populares e Tradicionais, e de políticas culturais como a Ação Griô Nacional. Iniciou a realização de ações de transmissão dos saberes tradicionais para as novas gerações, de registro desses saberes, e de valorização dos Mestres e das Mestras. Com estas ações a festa de Palmares começou a se revigorar e vem se renovando a cada ano. Hoje conta com 30 participantes, entre tocadores e pastorinhas, de todas as idades (Silveira, 2015, p.09).

Para o esporte e o lazer da comunidade, é de gosto e costume local os jogos de futebol aos finais de semana e feriados. Há também os torneios que a comunidade organiza na quadra local, com times de futebol feminino e masculino. As margens da Barragem Santa Helena são utilizadas como praias para banhos, momentos de descanso e contato com a natureza.

3.3.3 Contexto Socioeconômico das Disputas Territoriais

⁵ BAHIA. **Festa de São Gonçalo mobiliza quilombo Pitanga dos Palmares**. Salvador: Secretaria de Comunicação Social, 2008. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/infraestrutura/noticia/2024-03/6206/festa-de-sao-goncalo-mobiliza-quilombo-pitanga-dos-palmares>. Acesso em: 02 jul. 2025.

Simões Filho recebeu, entre as décadas de 1960-70, a implantação de dois grandes empreendimentos: O Centro Industrial de Aratu (1967, nos territórios dos municípios de Candeias e Simões Filho), integrando mais de 150 empresas; o Polo Industrial e Petroquímico de Camaçari, inicialmente com mais 90 indústrias. Esses conglomerados não poderiam deixar de impactar nos territórios tradicionais. O Polo de Camaçari, por exemplo, fica a 6 quilômetros da comunidade de Pitanga de Palmares, tanto que dutos de transporte de produtos químicos atravessam a comunidade até o porto de Aratu. Inúmeros conflitos envolvendo disputas do território se desenrolaram nas décadas seguintes nesse local.

Esses conflitos se agravaram em decorrência do surgimento de indústrias e da construção de ferrovias e rodovias na região, gerando crescente especulação imobiliária industrial. Empreendimentos dos setores público e privado, nos últimos anos, têm causado impacto direto e indireto nos territórios quilombolas:

- A construção da Barragem Joanes II, responsável pela contenção das águas do rio Joanes (1971), construída pela EMBASA;
- A construção da Colônia Penas de Simões Filho, entre 2002 e 2007, pelo governo do estado;
- As obras da rodovia BA - 093 (KM 8 em Simões Filho) executadas pela concessionária Bahia Norte (50%) e Odebrecht Transporte (50%): manutenção, recuperação, duplicação e instalação de praças de pedágio. (2010);
- O Projeto de Construção da Variante Ferroviária de Camaçari, aprovada pelo DENIT em 2009;
- O Projeto de Construção do Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos (CTVR) da empresa Naturalle Tratamento de Resíduos.

Entre 2002 e 2007, a construção do conjunto penal nas terras da comunidade de Pitanga de Palmares gerou muita insatisfação entre a população, que representada pelo líder quilombola Flávio Gabriel Pacífico dos Santos (Binho do Quilombo), expôs os receios da comunidade quanto à presença da instalação que acreditava criar um ambiente de insegurança, medo e apreensão.

Em junho de 2007, às vésperas da inauguração do conjunto penal, houve uma reunião entre os representantes da Secretaria de Justiça da Bahia, da

SEPROMI (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, da SECULT (Secretaria de Cultura) e da SJCDH (Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos). Em resposta, a SSP/BA se comprometeu a cumprir as normas dos Termo de Ajuste de Conduta (TAC), solicitada pelo Ministério Público Estadual da Bahia (MPE/BA).

Desde a instalação da penitenciária, moradores do entorno desta, aguardam o cumprimento, pela Secretaria de Infraestrutura do Município, da melhoria dos acessos e, principalmente, do asfaltamento das ruas. Além disso, a região não tem saneamento básico e sofre com a contaminação dos rios e riachos de seu entorno pelo esgoto não tratado. A chuva e o conseqüente alagamento das ruas aumentam o risco de transmissão de doenças de veiculação hídrica (verminoses, desinteira, cólera, leptospirose, hepatite A, febre tifoide etc.).

Para os moradores, em geral, a implantação da unidade prisional na comunidade gerou a expectativa constante que rebeliões e fugas possam causar danos a integridade física destes e de seus familiares. Em novembro de 2010, moradores da comunidade Pitanga de Palmares realizaram protestos na BA-093 contra as transformações que impactaram o território (desmatamento da flora local e cerceamento do direito de ir e vir dos moradores) pelas obras da rodovia iniciadas sem divulgação ou consulta a comunidade.

O projeto de construção da Variante Ferroviária de Camaçari, com previsão de 18,68 KM, desde o Polo petroquímico de Camaçari até o porto de Aratu, cortava o território do quilombo de Pitanga de Palmares e acarretava-lhe danos socioambientais e políticos: extinção da única área de lazer do território, às margens da barragem Santa Helena; remoções forçadas com impactos negativos nas atividades de agricultura familiar. E ainda as indenizações avaliadas, segundo os moradores, não correspondiam ao valor da perda da identidade territorial e dos laços familiares estabelecidos. Todos esses fatores geraram fortes protestos da comunidade contra a realização da obra.

Foram iniciadas as obras da Variante Ferroviária de Camaçari em novembro de 2010, pelo Consórcio Construtora Cowan S.A./Construtora Trindade (Cotrin), com previsão de término em 2014, entretanto, no ano seguinte, as obras foram interrompidas, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após fiscalização. As

mesmas estavam paralisadas desde 2011 devido a atrasos nas contratações de supervisão e consultoria ambiental exigidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Além dos conflitos envolvendo as comunidades tradicionais no geral e, em particular, a comunidade quilombola de Pitanga dos Palmares, surge, em 2016, o Projeto de Construção do Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos-CTVR da empresa Naturalle Tratamento de Resíduos, no município de Simões Filho, na região do vale do Itamboátá, localizada na Área de Preservação Ambiental (APA) Joanes - Ipitanga. Área de localização das comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas e do aquífero São Sebastião - bacia do Recôncavo Baiano que abastece Salvador e cidades do entorno e tem suas águas usadas no manejo industrial.

No entendimento dessas comunidades, o empreendimento seria um aterro sanitário, um lixão, verdadeiramente e, na eminência da sua implantação, haveria impactos socioambientais e econômicos sérios e duradouros. Assim, os moradores que integram o Vale do Itamboátá -onde fica o Quilombo Pitanga dos Palmares, a Fundação Terra Mirim, a comunidade quilombola do Dandá, Oiteiro, Fazenda do Natal, entre outros, resolveram criar o movimento Nossas Águas, Nossa Terra, Nossa Gente, para impedir sua instalação. Representantes do citado movimento ingressaram com uma representação junto ao Ministério Público Estadual da Bahia e ao Ministério Público Federal da Bahia em março de 2017, estes, conjuntamente, abriram um inquérito civil público (ICP) para apurar o caso.

O Movimento Nossas Águas, Nossa Terra, Nossa gente lançou, em abril de 2017, um abaixo-assinado online como tentativa de mobilização pública contra o empreendimento da Naturalle. Entidades apoiaram as comunidades contra a implantação do CTVR: em Simões Filho: Conselho Estadual para Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais; O INEMA; A EMBASA; A Sepromi, bem como os veículos de empresa online que contribuíram com a divulgação dos fatos e entendimento das implicações deste: O Blog Combate ao Racismo Ambiental, O The Intercept Brasil, O Folha Uol e o Simões Filho Online.

Diante do parecer técnico, concluiu-se que a localização escolhida pelo empreendimento era inadequada em função da proximidade de comunidades

tradicionais, recursos hídricos, Unidade de Conservação (UC), entre outros aspectos. Assim, o MPBA suspendeu a instalação do empreendimento. Esse fato se tornou uma grande vitória para a organização da sociedade civil e das comunidades quilombolas na defesa dos seus territórios. A visibilidade do caso noticiado na mídia e o acalorado debate colocou interesses conflitantes na arena das disputas. Há sempre por trás da força do capital especulativo indivíduos dispostos a colaborar com esse em detrimento do bem coletivo.

Desta forma, em 19 de setembro de 2017, ocorreu o assassinato de Binho, uma importante liderança quilombola em Pitanga dos Palmares. Ele tinha 36 anos e era filho da liderança quilombola e religiosa de matriz africana, a lalorixá Mãe Bernadete Pacífico. Estava em seu carro, na porta da escola de sua filha, quando foi abordado por homens armados que dispararam 12 tiros contra ele e fugiram.

O assassinato de Flávio Gabriel Pacífico causou comoção e indignação na comunidade que fez inúmeros protestos para cobrar investigação e punição dos envolvidos no caso. Até o ano de 2023, o assassinato de Binho seguiu sem muitos esclarecimentos e sem um real culpado apontado pelas autoridades responsáveis. Em 18 de agosto - sua mãe, também líder quilombola, Maria Bernadete Pacífico (72 anos), foi assassinada dentro do terreiro, na comunidade. Mãe Bernadete era liderança da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e sempre atuou pela comunidade, lutando pelos direitos dos quilombolas. Ela exigia energicamente a elucidação do assassinato do seu filho e avisou, formal e através da imprensa, as constantes ameaças de morte recebidas contra ela.

Na matéria do The Intercept Brasil “As duas mortes de Mãe Bernadete”, em 18/08/23, o jornalista Flávio VM Costa desabafa: “a sensação ao escrever esse texto é que certos pretos morrem duas vezes no Brasil. Morrem a tiros e morrem outra vez quando seus assassinatos permanecem impunes”.

Partindo da lógica de VM Costa, compreendemos que Mãe Bernadete morreu quatro vezes: a primeira quando mataram seu filho; a não solução do crime de Binho seria uma segunda morte; a inoperância das forças da SSP/BA que não garantiram a segurança de uma pessoa que fazia parte do PPDDH (Programa de Proteção aos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas) causou sua

morte física em 17/08/2023. Sua quarta morte parece perdurar na apuração do seu assassinato pelos que insistem em não responder: QUEM MANDOU MATAR MÃE BERNADETE? O filho de Maria Bernadete, Jurandir Pacífico, em várias ocasiões, denunciou que o tráfico de drogas, ao qual estão ligados os acusados do crime contra a lalorixá, foi a verdadeira causa da execução.

Os mandantes dos assassinatos de filho e mãe estão intimamente relacionados aos poderes especulativos atuantes no território quilombola, aqueles para os quais a atuação de Binho e Bernadete significava prejuízo financeiro, indo na contra lógica do racismo ambiental, historicamente calçado nas inúmeras tentativas de varrer as comunidades tradicionais dos seus territórios ancestrais para delas fazerem uso irrestrito.

3.4 QUILOMBO DANDÁ: VALE DO RIO ITAMBOATÁ

3.4.1 Origens e Desenvolvimento

O início do povoamento da comunidade remanescente de quilombo do Dandá, do ponto de vista da arqueologia histórica, apresenta a mesma datação que a comunidade anteriormente examinada em virtude da proximidade entre elas. As raízes e as folhas do tubérculo dandá - também conhecido como dandá da costa ou dandá africano - são usadas no preparo de remédios e banhos nas práticas das religiões de matrizes africanas. A comunidade tem origem nas terras onde eram as fazendas Coqueiro e Mata Grossa- anteriormente chamada de fazenda Camboatá e se estendia desde Pitanga de Palmares até a antiga estrada das boiadas que deu origem a BR-324. Havia, nas imediações dessas fazendas, pequenos núcleos de povoamento de trabalhadores negros e mestiços, alguns dos quais descendentes dos quilombolas abrigados na região.

Os grupos familiares referidos como mais velhos, aqueles que deram origem à comunidade, são as famílias: do Sr. Pedro Fabrício e Zefinha; a de Dona M^a Odília; a de Eroltides e Pedro e a família de Crispim e Emília, dos quais descendem a maioria das pessoas que hoje compõem a comunidade de Dandá. No período pós-abolição da escravidão, a ausência de políticas de inclusão, acesso à terra e à educação levou a população ex-escrava e seus descentes, em particular e no geral,

a população negra e parda, a enfrentarem dificuldades na busca por trabalho e condições de vida dignas.

As condições de trabalho precárias, semelhantes à escravidão perduraram nas zonas rurais e localidades afastadas e ainda hoje são observadas. Os moradores das comunidades do Dandá, assim como os de Pitanga de Palmares, preservam a memória dos tempos de opressão e maus tratos sofridos por seus ancestrais.

O Sr. Cazuzo, fazendeiro, dono das terras das fazendas Mata Grossa I e II era visto como o patrão/senhor perverso e responsável por castigar e/ou mandar castigar aqueles que não agissem conforme suas ordens, especialmente os considerados 'preguiçosos'. "Na época era um cativo danado. O finado Cazuzo amarrava o pessoal com a corrente no pé e botava para trabalhar..." Dona Pina: "nessa fazenda antigamente, os preguiçosos tinham o açoite, eram amarrados na jaqueira e na mangueira". (BRASIL, 2006, p.12).

O regime de produção das roças era entregue aos fazendeiros como meia e os trabalhadores só podiam vender o carvão produzidos por eles e, a baixíssimo custo, ao proprietário das terras. Alguns apontam a proibição de construir casas de alvenaria. As moradias dos trabalhadores só poderiam ser de barro, taipa ou madeira, tática muito usada para facilitar a derrubada dos imóveis bem como caracterizar ocupação recente.

3.4.2 Aspectos Culturais

A religião, na comunidade, é marcada pelos traços da religiosidade popular, com elementos do catolicismo, dos cultos aos Orixás e Inquizes. A auto identificação mais forte da comunidade passa pela religiosidade ancestral de matriz africana como veremos nas festas quase sempre associadas aos preceitos dessa vertente religiosa. O samba de roda e o samba de viola, com o uso do timbau e do atabaque, são observados nas ocasiões de ritos e festas como casamentos, batizados, mutirões para plantio de roças, reuniões comunitárias e em algumas atividades religiosas de ancestralidade africana, especialmente durante o caruru de sete meninos e/ou caruru de Cosme e Damião. Nas letras do Samba de Roda cantado na comunidade, é possível notar memórias do período da monocultura da cana de

açúcar e do fabrico do açúcar e seus derivados: “... Bota o fogo da cana, Canavial. Quero ver laborar, Canavial. Olha a cana madura, pra fazer rapadura...” (BRASIL, 2006, p.37).

As festas das comunidades estão relacionadas aos ciclos agrícolas e com as devoções relacionadas à religiosidade de matrizes africanas e do catolicismo popular: São José; Semana Santa; Cosme e Damião -Caruru com Samba ofertados pelas Sra. Valéria e Sra. Pina; Festa de Santa Luzia e Festa de Santa Barbara na casa de Dona Francisca. A organização social quanto à territorialidade e gênero encontra, na mulher quilombola, uma referência fundamental de resistência e núcleo em torno do qual a comunidade se estrutura. Embora muitos dos trabalhos pesados nas roças sejam desenvolvidos pelos homens, as mulheres estão presentes em todas as atividades: plantio, cultivo, colheita, comercialização, extrativismo, confecção e nas atividades domésticas.

A associação do Dandá conta com um coletivo de mulheres que vem paulatinamente, através da união e mobilização, fortalecendo sua atuação política, buscando subsídios para fortalecer a geração de renda para a comunidade, especialmente para as mulheres e os jovens. Não há, na comunidade, Unidade da Saúde da Família funcionando. Quando precisam de atendimento médico e hospital, os quilombolas recorrem à sede do município, ou mesmo, ao município de Camaçari. Os conhecimentos ancestrais do uso de ervas medicinais auxiliam na prevenção de doenças e no tratamento de casos menos complicados, com a colaboração de Dona Maria Francisca curandeira, rezadeira e habilidosa no conhecimento das ervas e no preparo de remédios naturais.

A comunidade dispõe de uma escola municipal de ensino fundamental com oferta das séries iniciais (1º a 6º Anos), Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo. As crianças e adolescentes, estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio se deslocam da comunidade através de transporte escolar mantido pela prefeitura de Simões Filho.

3.4.3 Contexto Socioeconômico das Disputas Territotiais

As Atividades econômicas têm por base a agricultura familiar de subsistência e o comércio do pequeno excedente, com as lavouras da mandioca e produção dos seus derivados (farinha, beijus, goma, tapioca, carimã), aipim, batata doce, milho, feijão, banana, hortaliças e pequenos pomares nos arredores das residências. As roças são plantadas e cultivadas de forma individual e coletiva. Existem, ainda, as atividades extrativistas da Palha da piaçava para confecção de objetos de arte utilitária, vassouras, cobertura de quiosques e do côco do dendê para extração do azeite. "...a plantação de piaçava daqui não é nós quem faz, quem faz é a cotia. Ela pega o côco, tira do cacho, rói, come aquela canjiquinha de cima e, o caroço, ela enterra pra nascer. Quando vem nascendo, aí vem comer a maçãzinha que tem dentro do côco..."⁶ (QUILOMBO..., 2018).

Do núcleo inicial de formação da comunidade, a colaboradora Lorã aponta cinco gerações subsequentes entre a luta diária pela sobrevivência em um território hostil para aqueles cuja resistência é lema de vida, perfazendo mais de dois séculos da presença dos formadores do quilombo. Os quilombolas viram-se obrigados a restringir seu território a uma área estreita às margens da estrada que dava acesso às vias mais transitadas, a qual, depois, seria pavimentada como a BA-093, devido às inúmeras tentativas dos que se alegavam herdeiros, como posseiros, grileiros e especuladores que queriam tomar deles seu território tradicional.

A área onde o Dandá se localiza ficou entre as terras recebidas por Sr^a. Hilda na herança do Sr. Cazuzá. Os moradores do Dandá permaneceram lá, desenvolvendo suas atividades agropastoris e extrativistas, estabelecendo e fortalecendo sua presença no território. Em contrapartida, a terra tratava-se de um latifúndio improdutivo, pois os antigos donos não realizavam nenhuma atividade produtiva na fazenda. Começaram a surgir, então, os conflitos: de um lado, os herdeiros; do outro, os quilombolas reivindicando seus direitos à terra.

⁶ QUILOMBO do Dadá. Direção: Donminique Azevedo, Leo Rocha, Danilo Umbelino. Produção: Leo Rocha. Trilha sonora: Leo Rocha. Salvador: Coletivo Cacos, 2018. Microsérie Aiuê- Episódio 2 (4:13 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WOAgjYcXTSw>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Após a morte do marido da Sr^a. Hilda, houve pressão para os quilombolas deixarem as terras. Muitas famílias foram impedidas de fazer roças e viviam sob constante ameaças, tendo suas casas derrubadas. A citada herdeira, então, resolver vender as terras em que a comunidade Dandá vive. Diante do não repasse dos valores da venda pela imobiliária, a representante legal da proprietária (filha de Sr^a. Hilda, chamada Renilda) entra com ação de reintegração de posse contra a comunidade. A essa altura, algumas famílias haviam deixado o território devido aos conflitos e às instabilidades enfrentadas. Mas a maior parte dos quilombolas permaneceu na luta.

A Juíza da Vara Cível de Simões Filho julgou procedente a Ação e liminarmente expediu o mandado de Reintegração de Posse contra a comunidade negra rural, em total desrespeito aos artigos 927 e 928 do CPC, bem como ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, ignorando que a comunidade ocupa tradicionalmente o território de forma pacífica há várias gerações (BRASIL, 2006, p.23.)

Buscando comprovar a posse da terra, a comunidade se aliou a Associações de Trabalhadores Rurais de Simões Filhos (ATRUSF) e ao Movimento de Trabalhadores (as) Assentados (as) e Acampados - CETA Regional Recôncavo, que luta pela terra no âmbito processo de Reforma Agrária. A comunidade requereu à Fundação Cultural Palmares o seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, segundo a regulamentação do artigo 68, da Constituição de 1988, o qual reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, devendo o Estado emitir os títulos respectivos. A FCP reconheceu o Dandá como quilombo, em 2004, passando, então, a comunidade a lutar pela delimitação e titulação do seu território. O RTID foi emitido pelo INCRA em outubro de 2006, reivindicando a área historicamente ocupada pela comunidade do Dandá.

A comunidade do Dandá historicamente vem sofrendo os impactos socioambientais das atividades desenvolvidas no entorno do seu território: desmatamentos para as culturas da cana de açúcar, da produção do carvão e das atividades pecuárias bem como do surgimento das atividades industrial e de toda infraestrutura construída para essas atividades. Esses impactos caminham sempre na direção predatória, visto que os membros das comunidades não estão entre a

força de trabalho, livre e devidamente remunerado, alocadas para esses empreendimentos.

Os quilombolas que não estão inseridos no trabalho agrícola e artesanal sobrevivem de subempregos, bicos, prestações de serviço nas demais localidades do município. A implantação da praça do pedágio na altura da comunidade Dandá trouxe, além do açoreamento do terreno do principal núcleo de povoamento da comunidade, às margens da rodovia BA - 093, o alagamento de algumas residências mais próximas ao rio Itamboatá. O pedágio fere o direito de ir e vir dos quilombolas que, ao trafegarem pela rodovia, são obrigados a pagar as taxas.

3.5 QUILOMBO RIO DOS MACACOS

3.5.1 Origens e Desenvolvimento

A comunidade quilombola do Rio dos Macacos formou-se em decorrência dos povoamentos de pessoas fugidas do cativeiro do trabalho escravo que buscavam refúgio na orla dos latifúndios produtores de cana de açúcar do Recôncavo Baiano, nos limites da cidade de Salvador. A fazenda Macacos é seu território de origem, cujo proprietário, Coriolano Bahia havia prometido aos trabalhadores rurais a doação de terras que já ocupavam no final do século XIX em troca de dívidas advindas do não pagamento de salários a esses trabalhadores. Em virtude do não pagamento dos impostos, as terras da fazenda Macacos e o engenho do Sr. Bahia passaram para a prefeitura de Salvador em 1916.

Mesmo sem a doação efetivada das terras, os quilombolas permaneceram nas terras que já ocupavam há mais de dois séculos, desenvolvendo atividades agrícolas, extrativistas e pastoris. E, a partir de 1960, com a doação feita pela prefeitura de Salvador e pela Marinha do Brasil e com a construção da Base Naval de Aratu, no bairro de Paripe e nas terras da comunidade Rio dos Macacos, as tensões começaram a comprometer a sobrevivência e a permanência dos quilombolas em seu território tradicional.

3.5.2 Aspectos Culturais

A comunidade é fortemente marcada pelas tradições culturais de herança africana nas práticas religiosas do culto aos Orixás e Inquises e no catolicismo popular. O samba de roda está presente nas celebrações de um modo em geral, inclusive nas religiosas, como na oferta do Caruru de Iansã e Ibenjis.

3.5.3 Contexto Socioeconômico das Disputas Territoriais

A doação das terras da fazenda Macacos, feita pela prefeitura de Salvador, em 1960, à Marinha do Brasil, não levou em consideração a ocupação mais que centenária da comunidade quilombola, sua história e tradições. Em 1971, quando começou a construção da Base Naval de Aratu, teve início a uma luta política e judicial da marinha contra os quilombolas, marcada pelo racismo estrutural, institucional e ambiental; pelo abuso de poder por partes dos oficiais residentes na base e pelas ostensivas arbitrariedades e crimes contra as vidas, a integridade física e a existência material dos quilombolas.

Há dois acessos à comunidade: por Simões Filho, Gleba 1 - às margens da BR-324, na altura do KM 604 pela estrada de Mapele) e outro através da ponte, na ligação com Simões Filho/Salvador - Gleba 2: Este acesso ao quilombo passa pelas dependências da Base Naval de Aratu - única forma de chegar ao quilombo é pelo acesso Paripe/Salvador. O direito dos quilombolas de ir e vir foi, diversas vezes, violado, por causa da proibição feita pela marinha deles cruzarem as dependências da base, com ocorrências de agressões feitas por soldados contra moradores que tentaram passar pelos portões. Existe uma terceira entrada para a comunidade que seria pela estrada do areal, mas, como o acesso é difícil, precisaria de obras da prefeitura para torná-la trafegável.

São décadas de ostensivas perseguições e violência contra os membros da comunidade efetuadas pelos soldados, cabos e seus superiores hierárquicos, tais como: casas invadidas, derrubadas, impedimentos de construção, de reformas e de reerguimento das casas. Muitas famílias tiveram suas roças destruídas e/ou foram impedidos de iniciar plantações. Há denúncias de espancamentos, torturas, estupros e assassinatos de pessoas quilombolas, como é o caso do Sr José Esídio dos Santos (Seu Vermelho), e o jovem Pedro Henrique, ambos encontrados mortos. Existiu, também, algum caso de pessoas idosas que vieram a óbito em decorrência

de doenças agravadas pelas situações de violência presenciadas e sofridas. Os moradores não tinham permissão para pescar no rio e nem utilizar as águas da barragem dos macacos.

As moradias da comunidade permaneceram, em sua grande maioria, feitas de barro e chão batido, sem a presença de banheiros. Não tinham acesso à energia elétrica até 2017, saneamento básico, como esgotamento sanitário, pavimentação de ruas, serviços como coleta de lixo; oferta de equipamentos de saúde, educação, lazer e afins. Em suma, a marinha pretendia aniquilar a comunidade com a justificativa de que, em suas terras, seria construída a ampliação da vila militar da base naval.

Em 2010, essa instituição recorre as vias judiciais, pedindo reintegração de posse do território com o pedido de despejo de 34 famílias, o qual foi deferido pela 10ª Vara Federal da Bahia. Entretanto, a ação de reintegração foi protelada em decorrência da pressão de moradores e de entidades apoiadoras. Em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, em 2011, pediu-se à justiça federal a permanência das famílias no sítio de ocupação ancestral, para a preservação do seu modo de vida tradicional com seus direitos básicos.

O Judiciário não acatou a ação e o MPF recorreu ao Tribunal Regional Federal para julgamento. Segundo parecer do governo federal de fevereiro de 2012, a ordem de reintegração de posse da marinha (prevista para março) estaria suspensa por cinco meses, até a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado pelo INCRA para a comunidade. Em julho, a Defensoria Pública da União na Bahia, DPU/BA, entrou com um pedido de suspensão do processo que ordenava a retirada das famílias quilombolas. O pedido foi acatado pelo governo federal.

Algumas entidades e movimentos denunciaram as situações de violação dos direitos humanos enfrentados pelo quilombo Rio dos Macacos. A ACONAQ juntamente com o Conjunto dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, em nota pública, é uma delas: “o abuso de autoridade que o estado brasileiro vem cometendo contra as autoridades quilombolas neste país é absurdo...”

Ademais, há o Documento apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Organização dos

Estados Americanos (OEA) apontando e denunciando diversas violações dos direitos humanos cometidas pela Marinha do Brasil contra a comunidade quilombola do Rio dos Macacos. Assinaram o documento: a Associação Quilombola do Rio dos Macacos; a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados /as Federais; a Associação do(a) Advogado(a)s do(a)s Trabalhado(a)s Rurais (AATR); o Centro de Acessória Jurídica Popular Mariana Crioula; o Centro de Referência de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraíba (CRDH/UFPB); o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCNBA); a Dignitatis - Assessoria Tecnológica Popular Quilombo Xis - Ação Cultural Comunitária; o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); a articulação em Políticas Públicas do Estado da Bahia (APP); a Plataforma DHESCA Brasil; a Justiça Global e a Terra de Direitos.

O desenrolar das ações judiciais que garantiram a permanência dos quilombolas no seu território foi em 2014, quando ocorreu a publicação feita pelo Instituto Cultural Palmares que certificou, como remanescente de quilombo, a comunidade do Rio dos Macacos e, em 2025, a publicação do Relatório técnico de Identificação e Delimitação pelo INCRA. Embora tenham sido identificados 301 hectares de território, apenas 104 deles foram certificados.

Mesmo com a regularização fundiária estabelecida, a comunidade continuou tendo conflitos com a marinha, principalmente devido às terras do quilombo não terem acesso ao rio e seu território encontrar-se ainda sem uma estrada pavimentada e suas condições de vida não terem sofrido muitas alterações. A comunidade sofre também com a presença de algumas indústrias instaladas na área que causam poluição das águas subterrâneas, desmatamento e contaminação do solo.

3.6 ELEMENTOS EM COMUM ENTRE AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

As comunidades quilombolas habitam em territórios próprios. Suas histórias e trajetórias apresentam elementos singulares como suas formas de existir e resistir à passagem do tempo. Entretanto, elas possuem diversos pontos que as fazem pertencentes ao mesmo contexto de análise. Podemos assinalar alguns aspectos

socioeconômicos que, ao longo do tempo, impactam as comunidades e suas consequências para a existência, qualidade de vida e reprodução da sua cultura:

O primeiro deles é o desmatamento da mata nativa com substituição de outros tipos de vegetação para viabilizar a monocultura da cana e do fabrico do açúcar; das atividades pecuaristas; produção de carvão e lavoura de subsistência. CONSEQUÊNCIAS: Empobrecimento e erosão dos solos, alterações nos ciclos das chuvas, causando secas ou enchentes;

Além disso, modificações nas bacias dos Rios Joanes e Rio dos Macacos: Barragem dos cursos das águas; extração de areia, caulim, cascalho e pedra às margens das barragens. CONSEQUÊNCIAS: açoreamento dos rios; agravamento da crise hídrica da RMS que gera escassez no abastecimento de água para a população em geral e aos quilombolas. Também a situação de irregularidade fundiária das comunidades provoca insegurança constante com relação à posse legal do território. CONSEQUÊNCIAS: dificulta o tencionamento junto aos poderes públicos por políticas públicas de melhoria das condições desses espaços; pode levar a migração dos indivíduos da comunidade.

Ademais todas as formas de violência observadas nos territórios das comunidades (assassinatos, ameaças, perseguições, destruição e proibições de construir moradias, assédios de várias vertentes). CONSEQUÊNCIAS: migrações dos quilombolas. A resistência também ocorre por outras ações - retirar-se das condições adversas de vida para reconstruir suas existências. Esse comportamento pode ainda ser apontado como uma forma de resistir.

Além do mais a construção de empreendimentos industriais geradores de agentes poluentes e tóxicos. CONSEQUÊNCIAS: poluição das bacias hidrográficas; contaminação do lençol freático e aquífero; extinção das faunas e floras locais; aparecimento de doenças que afetem a comunidade. Sabemos que as trajetórias dessas comunidades tradicionais são pautadas por práticas sustentáveis de relação com o meio ambiente, as quais garantem suas existências em harmonia com os biomas em que estão inseridas.

Antagônicas às práticas predatórias do modo de produção dos agentes do poder hegemônico, as comunidades remanescentes de quilombo constituem não só um patrimônio cultural imaterial, mas colaboram para a manutenção da vida no

planeta. Tratam-se de um valioso patrimônio ambiental e natural de vida e permanência, conforme salienta Mbembe (2018, p.19-20):

...Humilhado e profundamente desonrado, o negro é na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja a carne foi transformado em coisa, e o espírito em mercadoria - a cripta viva do capital. Mas - e esta é a sua manifesta dualidade - numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo. A sua capacidade de enfeitiçar e, até de alucinar multiplicou-se. Algumas pessoas não hesitariam em reconhecer no negro o lado da terra, o nervo da vida através do qual o sonho de uma humanidade reconciliada com a natureza, ou mesmo com a totalidade do existente encontraria novo rosto, voz e movimento.

Essa afirmação de Mbembe (2018) oferece uma reflexão profunda e paradoxal sobre a condição do negro na modernidade, articulando opressão histórica e potência simbólica. O autor aponta que, na lógica da modernidade e do capitalismo, o negro foi objetificado — transformado em “coisa” e seu espírito em “mercadoria” — o que evidencia a violência estrutural do racismo e da escravidão. Ao mesmo tempo, ressalta uma dimensão de resistência e criatividade: o negro, mesmo despojado de direitos e submetido à humilhação, torna-se símbolo de vitalidade, força e imaginação, capaz de engajar-se plenamente no ato de criação, transitando entre diferentes tempos e histórias.

4 ALICERCES TEÓRICOS DA INVESTIGAÇÃO

4.1 MEMÓRIA E ORALIDADE NA SIGNIFICAÇÃO DE PRODUÇÕES SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Memória e oralidade são elementos intrinsecamente ligados, visto que a oralidade serve como principal veículo para a transmissão e preservação da memória coletiva e individual. A memória, por sua vez, é o fundamento sobre o qual as narrativas orais são construídas e compartilhadas, moldando identidades e conhecimentos ao longo do tempo. A Memória atua como processo cognitivo e social, não é apenas um registro passivo de eventos, porém um processo ativo de seleção, interpretação e reconstrução do passado, influenciado por fatores sociais, culturais e individuais.

A oralidade, entendida como a capacidade de se expressar por meio da fala e de outras formas de comunicação não escrita, é crucial para a transmissão de informações, histórias e tradições de geração em geração. A história oral, que utiliza a oralidade como principal fonte, permite acessar experiências e visões de mundo que podem não estar registradas em fontes escritas, enriquecendo a compreensão da história e da cultura.

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como, biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Não se pode dizer que ela pertença mais à história do que à antropologia, ou às ciências sociais, nem tão pouco que seja uma disciplina particular no conjunto das ciências humanas. Sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno multidisciplinar (Albert,2013, p.24).

Na relação entre memória e identidade, as narrativas orais, ao expressarem experiências individuais e coletivas, contribuem para a construção da identidade de grupos e comunidades, reforçando seus laços e valores. Embora a escrita tenha se tornado um importante meio de registro e disseminação da memória, a oralidade continua relevante, especialmente em contextos onde a escrita não é predominante ou acessível, ou quando se busca preservar a subjetividade e a expressividade das narrativas.

Exemplos de aplicações dessas narrativas:

a) Comunidades tradicionais - Em muitas culturas, a tradição oral é a principal forma de transmissão de conhecimentos sobre história, mitos, rituais e práticas ancestrais;

b) Grupos sociais marginalizados - A história oral tem sido uma ferramenta importante para dar voz a grupos sociais que foram historicamente excluídos da narrativa oficial, permitindo que suas experiências e perspectivas sejam reconhecidas e valorizadas;

c) Pesquisa histórica e antropológica - A história oral é amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas para investigar temas como migração, trabalho, gênero, relações sociais e culturais, entre outros;

d) Desenvolvimento pessoal e social - A oralidade e a capacidade de contar histórias são habilidades essenciais para o desenvolvimento da autoconfiança de acordo com Alberti (2013).

As entrevistas coletadas, transcritas, analisadas e convertidas em textos dão conta das subjetividades que, apesar de rememorem o passado, são parte intrínseca do tempo presente.

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida como história viva (Meihy; Holanda,2023, p.17).

As falas das entrevistas, mesmo analisadas na autenticidade do indivíduo, colaboram na identificação das identidades construídas coletivamente. Das análises das subjetividades individuais, submergem as repetições de certos fatores que formam a tônica da memória coletiva, tornado a história oral em história social, tendo em vista que o indivíduo só se explica na vida comunitária. “Garante-se, portanto, que uma das atenções fundamentais da história oral é mostrar o grau de cuidado com o específico explicado no coletivo” (Meihy; Holanda,2023, p.28).

Seguindo o objetivo geral da pesquisa que busca evidenciar a história local de Simões Filho em seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, bem como

das comunidades quilombolas do município, a história oral temática foi utilizada como gênero para análise das entrevistas como documento. Assim,

...O caráter documental decorrente das entrevistas é o cerne desse ramo. Também é o mais considerado por jornalistas e demais pessoas que se valem de entrevistas como forma dialógica de promover discussões em torno de um assunto específico...” (Meihy; Holanda,2023, p.38).

A história oral, na sua característica de fazer saber da vida dos que não se sabia por outras tantas fontes históricas do passado, no presente traz a voz dos excluídos, as vozes entre os tempos, existentes na memória que conta a história com ativismo, que evoca e exige reparação contra as injustiças da dominação e opressão. “Durante todas as fases de execução da história oral, temos um compromisso com a transformação sem o que a história oral não tem razão de ser...” (Meihy,2023, p.108).

Não se trata de apresentar a história oral como solução para tudo, porém como via de fazer saber o saber que, não sendo apenas acadêmico, é meio e fim da história oral - assumindo o compromisso com o social como princípio. Saber pelas vozes silenciadas nas exclusões, tornando público para a comunidade, para a escola, para quem interessar possa, apropriando-se, como ferramenta, dos combates pela história.

4.2 HISTÓRIA PÚBLICA PARA DAR VISIBILIDADE A COMUNIDADES TRADICIONAIS

A história pública é um campo da historiografia que busca levar o conhecimento histórico para além da academia, interagindo com públicos mais amplos e utilizando diferentes formatos e plataformas. Ela surgiu como uma maneira de ampliar o alcance da pesquisa histórica, buscando engajar a sociedade na discussão e compreensão do passado. A história pública surgiu nos Estados Unidos, com programas e instituições como a Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, e o periódico "The Public Historian". O movimento ganhou força com a profissionalização do historiador fora do ambiente acadêmico e a diversificação das formas de divulgação do conhecimento histórico.

No Brasil, a história pública tem se desenvolvido, mais recentemente, com a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) em 2012. A história pública também tem sido impulsionada por movimentos sociais, debates sobre patrimônio histórico e pela utilização de novas tecnologias digitais.

A história pública institucionalizada na América do Sul, especialmente no Brasil e na Argentina tem se expandido e debatido sobre várias demandas. Os passados traumáticos na América Latina continuam a influenciar o presente, manifestando-se nos usos políticos da história, no negacionismo, nas violações de direitos humanos pelos Estados, nos populismos de esquerda e de direita, e, sobretudo nas polarizações político partidárias e em iniciativas que cerceiam a liberdade de expressão. Esses desafios nos convocam a desenvolver uma história pública crítica e adaptada as diversas realidades... (Kobelinski,2024, p.36).

Assim como a história oral se apropria das tecnologias para colocar em prática seus projetos, a história pública busca atender a múltiplos públicos - academia, escola, comunidades e virtual.

...os usos das tecnologias digitais e visuais, as escutas sensíveis e a atuação mais dinâmica em espaços públicos em prol da visibilização de histórias, memórias, identidades e lutas sociais ampliam o direito à voz e à autoridade compartilhada, provocando o/a historiador/a docente a refletir sobre seu papel na mediação de processos dialógicos e no enfrentamento de negacionismos, conservadorismos e autoritarismos que evidenciam passados em aberto no presente (Rovai; Kobelinski,2024, p.14).

Em suas características e práticas, a história pública envolve o trabalho do historiador em diversos espaços, como arquivos, museus, centros de memória, editoras, mídias e organizações governamentais e não governamentais. Busca adaptar a pesquisa histórica às diferentes necessidades e contextos dos públicos, empregando uma variedade de formatos e linguagens.

A história pública valoriza a participação do público no processo de construção do conhecimento histórico, incentivando o diálogo e a colaboração. Ela pode envolver a história oral, a história digital e outras abordagens interdisciplinares, procurando ampliar o alcance e a relevância da pesquisa histórica.

A história pública enfrenta desafios como a garantia da qualidade da informação e a necessidade de combater narrativas distorcidas. Ela oferece

oportunidades para a divulgação do conhecimento histórico do modo mais acessível e engajador, promovendo a reflexão crítica e o debate público sobre o passado. A história pública pode contribuir para a preservação da memória coletiva e para a construção de identidades e sentidos de pertencimento. É um campo dinâmico e em constante evolução, que visa conectar o conhecimento histórico com a sociedade de forma mais ampla e significativa.

A história pública é uma ferramenta poderosa para dar visibilidade às comunidades tradicionais, promovendo o reconhecimento, a valorização e a preservação de suas culturas e modos de vida. Ao divulgar suas histórias, práticas e conhecimentos, a história pública contribui para combater estereótipos, fortalecer a identidade cultural e garantir seus direitos territoriais e sociais.

O que permeia estas linhas são entrelugares da divulgação histórica no ensino de história a partir da constatação de que ainda está para serem feitas pesquisas sobre públicos amplos e diversos de história. Compartilho da definição de Sonia Wanderley (2002, p. 125) de “entrelugar”, como o aprendizado histórico que se faz entre os rigores metodológicos da história acadêmica e os diálogos com narrativas históricas produzidas na cultura histórica, aqui compreendido como entrelugares, no plural, pelas múltiplas condições de revistas na mobilização de saberes docentes (Perli, 2022, p.73).

Na perspectiva da história pública, as comunidades tradicionais podem ser evidenciadas de muitas maneiras, entendemos como possibilidades as enumeradas abaixo:

- a) contar histórias - construir narrativas sobre as comunidades tradicionais, destacando suas trajetórias, costumes, saberes e desafios. Essas histórias podem ser relatadas através de diversas plataformas, como exposições, documentários, livros, websites e redes sociais, minorias digitais e afins;
- b) promover o reconhecimento- ao dar visibilidade às comunidades tradicionais, a história pública ajuda a sociedade a reconhecer sua importância e diversidade cultural. Isso contribui para a superação de preconceitos e estereótipos, propiciando o respeito e a valorização dessas comunidades;
- c) garantir direitos - a divulgação das histórias e lutas das comunidades tradicionais pode fortalecer suas demandas por direitos territoriais, sociais e culturais. A história pública pode ser um instrumento para pressionar por

políticas públicas que garantam a proteção de seus territórios e modos de vida;

- d) preservar a memória - a história pública pode documentar e preservar a memória das comunidades tradicionais, evitando que seus conhecimentos e práticas se percam com o tempo. Isso é fundamental para a transmissão de saberes de geração em geração e para a construção de um futuro mais justo e sustentável.
- e) incentivar a participação - A história pública pode suscitar a participação ativa das comunidades tradicionais na produção de conhecimento sobre si mesmas e sobre suas histórias. Isso pode ser feito por meio de projetos colaborativos, oficinas, grupos de pesquisa e outras iniciativas que valorizem o protagonismo dessas comunidades.

A história das comunidades remanescentes de quilombos apresentadas na perspectiva dos usos públicos da história e da história pública inscreve - se na abordagem decolonial, por meio da qual o pensar e o agir passam pela desconstrução e superação dos efeitos do colonialismo na sociedade.

Outrossim, procuramos problematizar a produção interdisciplinar e a ação política dos sujeitos engajados no movimento quilombola, enquanto exercício de história pública decolonial. Nossa hipótese é de que o fazer colaborativo para feitura dos documentos envolve, de forma *sine qua non*, os saberes comunitários adjacentes dos sujeitos quilombolas em “interface” à interpretação de especialistas, tais como antropólogos, geógrafos, agrônomos e biólogos. Tal natureza colaborativa, problematizada por Michel Frischv (2016), pode ser interpretada como uma escrita de história pública em potencial, enquanto as narrativas plurais, nem sempre convergentes, representam leituras de memórias comunitárias e reivindicações políticas do grupo quilombola, podendo reverberar tais reivindicações e lutas em políticas públicas de reparação histórica (Delfino; Almeida, 2024, p.4).

Ao adotar a história pública como ferramenta de valorização, as comunidades tradicionais podem se tornar mais visíveis, fortalecendo sua identidade, seus direitos e seu papel na sociedade.

4.3 SOCIOCONSTRUTIVISMO E PENSAR HISTÓRICO

O socioconstrutivismo, com raízes na teoria de Vygotsky, enfatiza a importância da interação social, da linguagem e da cultura no desenvolvimento humano e na construção do conhecimento. No contexto do pensamento histórico, essa perspectiva sugere que o conhecimento histórico não é apenas uma coleção

de fatos, mas uma construção social, influenciada pelas interações, experiências e contextos culturais dos indivíduos. Esta abordagem teórica ressalta que o conhecimento é construído socialmente através das interações humanas.

No contexto da história, isso significa que as narrativas históricas são moldadas por contextos sociais, culturais e políticos e que diferentes grupos podem ter interpretações diversas sobre os mesmos eventos históricos. Para Vygotsky (2001 *apud* ROSA; GOI, 2024, p. 2),

a interação com o meio está diretamente ligada ao desenvolvimento cognitivo. Sendo assim o desenvolvimento acontece de fora para dentro, a partir do momento em que o indivíduo internaliza suas interações com o ambiente e com outros indivíduos. Dessa forma, é o contato com o ambiente, o convívio com outras pessoas e suas influências culturais que farão com que o indivíduo se desenvolva psicológica e conceitualmente.

O socioconstrutivismo destaca o papel crucial da interação social no aprendizado. No ensino de história, isso significa que a discussão, o debate e a colaboração entre alunos são fundamentais para a construção de uma compreensão mais profunda dos eventos históricos e de suas interpretações.

A cultura, incluindo as narrativas históricas transmitidas e as práticas sociais, desempenha um papel significativo no desenvolvimento do pensamento histórico. A linguagem, como ferramenta cultural, molda a forma como os indivíduos interpretam e se relacionam com o passado. Os alunos não são meros receptores de informações históricas. Eles constroem ativamente seu conhecimento por meio da interação com o material histórico, da discussão com os colegas e da reflexão sobre suas próprias experiências e perspectivas.

Ao envolverem-se em atividades de aprendizagem colaborativas e ao analisarem diferentes perspectivas históricas, os alunos desenvolvem habilidades de pensamento crítico e reflexivo sobre o passado e sua relevância para o presente. O socioconstrutivismo sugere o uso de metodologias ativas, como estudos de caso, projetos de pesquisa, debates e simulações que incentivem a participação ativa dos alunos e a construção colaborativa do conhecimento histórico. A abordagem socioconstrutivista valoriza o uso de uma variedade de fontes históricas, incluindo

fontes primárias e secundárias, textos, imagens, objetos e narrativas orais para enriquecer a compreensão dos alunos sobre o passado.

Acreditamos que a abordagem socioconstrutivista favorece o processo de aprendizagem por meio do pensamento, da atuação crítica, da troca de experiências e diversos saberes entre os sujeitos envolvidos nesse processo (Boiko; Zamberland, 2001).

Portanto, esse processo de aprendizagem é colaborativo pelo fato de o professor ser o mediador de toda construção de conhecimento com seus alunos em sala de aula e das trocas culturais envolvidas nesse processo, tendo como principal canal de comunicação a linguagem, elemento importante para o desenvolvimento humano (Viana; Reis; Costa, 2023).

É necessário estabelecer conexões entre o passado e o presente, mostrando como as experiências e decisões históricas moldam o mundo em que vivemos hoje. Essa conexão ajuda os alunos a perceber a relevância do estudo da história e a desenvolver um pensamento histórico mais crítico e contextualizado. Dessa forma, o socioconstrutivismo oferece um quadro teórico valioso para o ensino de história, enfatizando o papel da interação social, da cultura e da construção ativa do conhecimento na formação do pensamento histórico dos alunos.

Pensar historicamente significa analisar o presente à luz do passado, compreendendo como as experiências e eventos anteriores moldaram a sociedade atual e como as ações presentes podem influenciar o futuro. É uma maneira de ampliar o senso crítico, a capacidade de análise e a compreensão da complexidade dos processos sociais e culturais. Pensar historicamente está ligado, assim, à construção da consciência histórica, bem apresentada por Barca, Schmidt e Martins (2021, p. 9):

pode considerar-se que a significância histórica se integra no processo de construção da consciência histórica na acepção de Rüsen, e que está subsumida na sua matriz da consciência histórica. Isto é, quando as necessidades de orientação temporal do sujeito se manifestam, ele ou ela está motivado/a para encontrar na história algumas respostas significativas para si próprio/a; na compreensão de vidas passadas procura-se algo significativo que permita a cada sujeito melhor se situar e agir no seu próprio tempo. A história, com o seu aparato conceitual teórico e metodológico, pode fornecer respostas significativas a essas carências, em

termos de abrangência, equilíbrio e realismo. Ao ganhar consciência de relações (por aproximação e divergência) entre passados e presentes, o sentido de orientação temporal do sujeito sai fortalecido, fornecendo-lhe até possibilidades de projetar cenários futuros com bases mais sólidas do que se assentarem em irrealismos (desde simples desejos até previsões rígidas).

O pensar historicamente implica na compreensão da mudança ao reconhecer que o tempo é dinâmico e que as coisas mudam, evoluem e se transformam. Na análise da relação causa e efeito, identificam-se as relações entre eventos passados e suas consequências no presente. Ao considerar diferentes perspectivas, entendemos que a história pode ser interpretada de diversas formas, dependendo do ponto de vista e dos referenciais teóricos.

Ao desenvolver empatia colocando-nos no lugar de pessoas que viveram em épocas diferentes, buscamos compreender suas motivações e desafios. Ao aprender com o passado, utilizamos o conhecimento histórico para tomar decisões mais conscientes no presente e evitar a repetição de erros. Ao questionar o presente, há reflexões sobre como o passado molda a nossa realidade e a busca de soluções para os problemas atuais.

O pensar historicamente contribui para: a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar informações de forma mais profunda, questionando o *status quo* e participando ativamente da sociedade; o desenvolvimento do senso de identidade, que permite a compreensão das raízes culturais e históricas de um povo ou de um grupo social; a promoção da tolerância e do respeito, estimulando a empatia e a compreensão das diferenças culturais e sociais; a tomada de decisões, possibilitando a análise do passado para tomar decisões mais informadas e conscientes no presente e no futuro.

Logo, pensar historicamente é uma ferramenta poderosa para compreender o mundo em que vivemos, desenvolver o senso crítico e contribuir para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Tanto a história oral quanto a história pública incorporam princípios do socioconstrutivismo ao reconhecerem que a construção do conhecimento histórico é um processo social. A história oral permite que diferentes vozes e experiências sejam ouvidas, enquanto a história pública busca envolver a sociedade na interpretação do passado.

Vygotsky (1984, *apud* ROSA; GOI, 2024, p. 1) apresenta o ser humano como ser histórico-social.

Sendo assim, a formação do indivíduo está diretamente relacionada às experiências e às interações sociais...O ensino pautado em aspectos culturais, compatível com a realidade dos estudantes e mediado por professor e aluno, pode proporcionar melhor aprendizagem dos conceitos.

O socioconstrutivismo colabora para a valorização das múltiplas perspectivas na história. A história oral é um meio eficaz de captar essa diversidade, permitindo que narrativas que não são frequentemente apresentadas na historiografia tradicional ganhem destaque. A história pública, por sua vez, encoraja a inclusão dessas vozes no discurso histórico mais amplo. A combinação desses três elementos pode levar a práticas educacionais que promovem a reflexão crítica sobre o passado.

O uso de abordagens socioconstrutivistas, em projetos de história pública e oral, pode ajudar as comunidades a entenderem melhor suas próprias histórias e a questionarem narrativas hegemônicas. Desse modo, a história oral e a história pública são práticas que se alinham com os princípios do socioconstrutivismo, estabelecendo uma visão mais inclusiva e diversificada da história, cujas narrativas pessoais e coletivas têm um papel central na construção do conhecimento histórico.

4.4 HISTÓRIA ORAL EM VOZES LOCAL

4.4.1 (Re)existências em voz viva: memória, território e educação em Simões Filho sob a lente da História Oral

4.4.2 Apontamentos Metodológicos

Este trabalho fundamenta-se nos pressupostos da História Oral, compreendida como prática historiográfica que valoriza o testemunho de sujeitos sociais em sua experiência vivida. O gênero escolhido foi História oral temática, que confronta vozes de maneira a promover o esclarecimento das versões.

A coleta das entrevistas foi realizada entre maio de 2024 e junho de 2025, com moradores, educadores, lideranças quilombolas e indígenas de Simões Filho

(BA), mediante autorização verbal e consentimento livre e esclarecido dos participantes.

As conversas foram conduzidas de maneira semiestruturada, permitindo que as narrativas fluíssem livremente, respeitando os ritmos e afetos de cada depoente, conforme orientam autores como Meihy (2005) e Portelli (1997). A sistematização e análise dos dados levou em consideração a dimensão subjetiva da memória, a intersubjetividade da entrevista e a valorização da oralidade como forma legítima de produção de conhecimento histórico.

A História Oral constitui-se como metodologia histórica que desloca o foco da narrativa tradicional centrada em documentos oficiais para a escuta ativa de sujeitos sociais, muitas vezes, marginalizados. A partir de pressupostos como a subjetividade da memória, a intersubjetividade entre entrevistador e entrevistado e a importância da experiência vivida, a História Oral torna-se ferramenta potente para acessar formas plurais de conhecimento e reconstruir passados silenciados (Portelli, 1997; Bomeny, 2003).

O presente texto emerge da análise de entrevistas realizadas com moradores, educadores e lideranças de Simões Filho (BA), sistematizadas sob os critérios metodológicos da História Oral. Para os colaboradores entrevistados nas comunidades de Dandá e Pitanga de Palmares foram utilizados os pseudônimos de Zumbi e Linda, seguindo as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa Acadêmica. As impressões registradas revelam camadas de resistências culturais, educacionais, ambientais e espirituais que atravessam o território e reafirmam identidades coletivas invisibilizadas pela história oficial.

4.4.3 Histórias (Re) existentes: entre os povos originários e os quilombos

A narrativa de Ribeiro e Jardim (2012) reconstrói a presença milenar de povos indígenas na região metropolitana de Salvador, com destaque para os povos do tronco macro-Jê e, posteriormente, os Tupinambás. A História Oral aqui revaloriza territórios simbólicos e epistemologias ancestrais que foram apagadas pelo discurso colonial. Segundo o autor: “Antes de 1200, por povos de linhagem macro-Jê, a partir de 1200, por povos de linhagem tupi, sobre a predominância dos Tupinambás” (Ribeiro; Jardim, 2012, p.2).

A narrativa de Zumbi, membro da comunidade de Pitanga dos Palmares, articula memória, identidade quilombola e resistência política. O termo “mucambo”⁷ reaparece como marcador histórico de uma forma de vida que se opõe à violência escravocrata e à negligência estatal. Como destaca Vidal (2012), após a abolição, muitas pessoas permaneceram como “meia-escravas”⁸, realidade silenciada nos discursos oficiais. Nas palavras de Zumbi: “A Lei Áurea não alcança a Fazenda Coqueiro. [...] A barragem foi construída para abastecer Salvador, mas também veio como uma grande borracha que apagou a maior parte da nossa história” (Zumbi, entrevista gravada, 2025).

No Dandá, a liderança Linda revela o entrelaçamento entre resistência política, espiritualidade afro-brasileira e defesa ecológica. A degradação do rio Itamboatá⁹ simboliza a violência ambiental imposta por projetos capitalistas que ameaçam o modo de vida das comunidades quilombolas. Em sua fala, a memória é instrumento de luta e reconexão com a terra, como propõe Bosi (1994,) ao tratar da memória coletiva como patrimônio: **“Foi pouco tempo que eu vim conhecer que existia praia. Porque eu tinha assim, eu tinha uma belíssima praia: era o nosso rio”** (Linda, entrevista gravada, 2025- grifo nosso).

4.4.4 Espiritualidade, cultura e ancestralidade como práticas de resistência

A comunidade quilombola de Dandá, como narrado por Linda, mostra a centralidade das expressões culturais e religiosas de matriz africana na manutenção da identidade coletiva. Festas como o Caruru de Cosme e Damião, a celebração de lansã em dezembro, e o 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – são práticas que religam passado e presente, memória e corporeidade. Como expressa Linda (entrevista gravada, 2025-grifo nosso): **“Nesse dia da festa da consciência negra, a gente chama o padre, o pastor... É uma representatividade da matriz africana.”**

⁷Termo historicamente usado para designar locais de refúgio de negros fugidos. Em Pitanga dos Palmares, indica o vilarejo ancestral onde se formou o quilombo.

⁸Expressão usada por Vidal (2012) para descrever a condição de negros após 1888, em algumas regiões do Recôncavo Baiano, forçados a continuar sob submissão mesmo após a abolição.

⁹Afluentes do rio Joanes, contaminado por empreendimentos industriais na região metropolitana de Salvador.

Essas celebrações não apenas reafirmam a identidade ancestral, mas se colocam como resposta às múltiplas formas de apagamento histórico e intolerância religiosa. A manutenção desses ritos reforça o que Gilroy (2001) chamaria de “atlanticidade negra” – redes de pertencimento forjadas na diáspora africana.

4.4.5 Educação como território de luta e afeto

As memórias dos educadores Italva Suzarte, Cátia Sales e Jorge Henrique Valença e outro/as constroem uma narrativa coletiva sobre o Colégio Estadual Manoel de Jesus. Fundada em um galpão improvisado, a escola foi palco de resistência pedagógica, acolhimento comunitário e formação cidadã. As condições precárias não impediram a emergência de um projeto educativo humanizador, baseado na escuta e no cuidado.

Segundo afirma Freire (1996), ensinar exige corporeidade, afeto e compromisso com a formação crítica do sujeito. As memórias dos professores revelam esse compromisso atravessado por emoções, dificuldades estruturais e, sobretudo, esperança ativa. Cátia (entrevista gravada, 2025 - grifo nosso) recorda: **“Era uma escola sem luxo, mas com uma clientela respeitosa. Nesse espaço, havia humanização.”**

A História Oral permite compreender a escola não apenas como espaço institucional, mas como território simbólico de afeto, identidade e transformação. O protagonismo estudantil, os projetos comunitários e a inclusão de grupos historicamente marginalizados revelam uma prática pedagógica em sintonia com a formação de sujeitos sociais emancipados. Henrique (entrevista gravada, 2025 – grifo nosso) reforça: **“Eu dei aula para avó, para neto, para mãe e para pai. O Manuel de Jesus é uma escola de gerações.”**

4.4.6 Presença da memória coletiva na oralidade

No Dandá, a fala de Linda endossa a importância que a jaqueira da Mata Grossa tem para a memória da comunidade relacionada com o passado escravista. Era local usado para amarrar ancestrais dos quilombolas que eram castigados pelos capatazes dos donos de terras. A centenária árvore também é testemunho da ocupação remota da comunidade pelos seus reais donos. O fazendeiro conhecido

como Cazuzza, apontado pelo jovem Zumbi como o temido algoz dos quilombolas, aparece em vários relatos nas fontes orais pesquisadas.

O conjunto de vozes e memórias reunidas a partir da História Oral nos convoca a repensar o que é história, quem a narra e a quem ela serve. As narrativas de Simões Filho expostas, nesta pesquisa, revelam processos de resistência ancestral, educacional e ambiental que desafiam as invisibilizações promovidas por uma história unívoca.

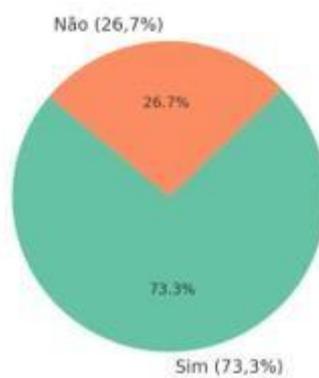
A História Oral, nesse cenário, emerge como metodologia de reparação, pois permite que memórias subalternizadas ocupem o espaço da história e se tornem ferramentas de consciência crítica e transformação social.

4.4.7 Comunidades quilombolas no CEMJ: um olhar juvenil

O município de Simões Filho, situado na região metropolitana de Salvador, abriga comunidades remanescentes de quilombos que preservam não apenas uma herança histórica de resistência, mas também uma riqueza cultural profundamente enraizada no cotidiano de seus habitantes. Um levantamento realizado com estudantes do Colégio Estadual Manoel de Jesus revela um panorama atual dessas comunidades sob a ótica da juventude local, apontando elementos de identidade, pertencimento, desafios e memórias ancestrais.

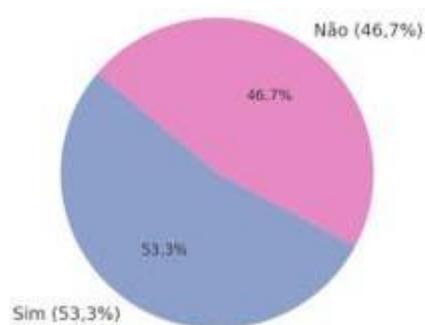
A pesquisa, com 15 estudantes do Ensino Médio, destaca que os jovens pertencem a comunidades como os quilombos Dandá, Pitanga de Palmares, Caipora e Rio dos Macacos. Apesar de alguns declararem não viver em territórios oficialmente reconhecidos como quilombolas, a maioria demonstra algum nível de compreensão sobre o significado do termo “comunidade remanescente de quilombo”. Aproximadamente 73,3% afirmaram compreender esse conceito, enquanto 53,3% se identificam como quilombolas, como podemos constatar nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Compreensão do termo “Quilombo”



Fonte: Autoria própria, 2025.

Gráfico 3: Identificação como Quilombola

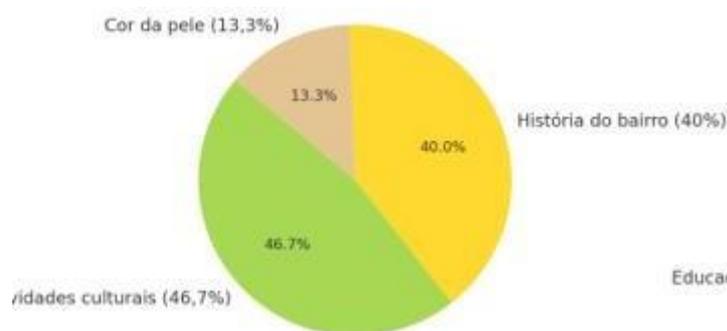


Fonte: Autoria própria, 2025.

Os critérios utilizados para essa autodefinição são diversos. Parte dos estudantes relaciona essa identidade às atividades culturais vivenciadas com suas famílias e comunidades, como festas, práticas religiosas e outros costumes (46,7%). Outros destacam o fato de residirem em locais historicamente reconhecidos como antigos quilombos (40%) ou mencionam características fenotípicas como a cor da pele (13,3%), conforme explicita o Gráfico 4. Essa pluralidade revela como os

marcadores identitários se expressam de forma complexa e interligada à vivência dessas juventudes.

Gráfico 4: Motivos de Identificação

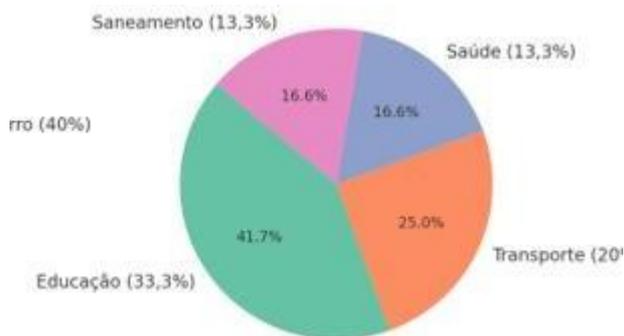


Fonte: Autoria própria, 2025.

Entretanto, os dados também apontam as dificuldades enfrentadas por essas comunidades. Questões estruturais como o acesso precário ao transporte público (20%), à educação (33,3%), aos serviços de saúde e ao saneamento básico (13,3% cada) foram mencionadas, além da poluição ambiental e da violência segundo notamos no Gráfico 5. Muitos estudantes indicam a sensação de esquecimento por

parte do poder público e relatam carência de opções de lazer, iluminação pública e segurança.

Gráfico 5: Principais Dificuldades



Fonte: Autoria própria, 2025.

Apesar dos desafios, há um forte vínculo afetivo com as comunidades. Os jovens valorizam a cultura local, a tranquilidade, as tradições, a natureza, os rios e a convivência comunitária. Elementos como as plantações, as festas e a memória dos antepassados são fontes de orgulho e identificação. Ao serem convidados a descrever o que mais apreciam em seus locais de origem, destacam-se expressões como “lugar de paz”, “história”, “atividades culturais” e “tradições”.

Em relação à ancestralidade, ainda que muitos discentes não conheçam, em profundidade, as histórias dos seus antepassados, alguns contaram narrativas importantes, como a do Quilombo Dandá, fundado por familiares que fugiram da escravidão ou a atuação de figuras históricas como mãe Bernadete Pacífico¹⁰. Essas histórias reforçam a memória coletiva e a resistência como pilares centrais da identidade quilombola.

Por fim, o levantamento evidencia tanto o orgulho quanto as dificuldades presentes no cotidiano das comunidades quilombolas de Simões Filho.

¹⁰ . Maria Bernadete Pacífico (1951-2023), mais conhecida como Mãe Bernadete, foi uma ialorixá ativista e líder quilombola brasileira. Era coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos e líder do Quilombo Pitanga em Simões Filho. Passou a vida lutando pelos direitos dos quilombolas. Por conta da sua luta em defesa dos Quilombos, foi morta dentro de sua casa.

Mostra ainda a importância de valorizar o protagonismo juvenil na preservação da memória, da cultura e na luta por direitos. Ouvir e registrar a voz desses jovens é um passo fundamental para fortalecer políticas públicas que respeitem a diversidade e promovam a equidade social.

5. SOLUÇÃO MEDIADORA DA APRENDIZAGEM: EXPERIÊNCIA E MODELAGEM

5.1 UM EXPERIMENTO DE SMA: APLICAÇÃO DA REVISTA DIGITAL NO CEMJ

A revista do CEMJ (disponível nos anexos) tem a clara intenção de mostrar que esta ação pedagógica pode ser um dos inúmeros - traçada e executada, de forma colaborativa entre o corpo docente - caminhos na direção da perspectiva que os saberes construídos na escola são produtores de conhecimentos múltiplos, terreno fértil no qual germinam múltiplos produtos inclusivos, democráticos e que contribuem na construção da equidade étnico-racial, imprescindíveis para resguardar o direito dos alunos da escola básica de se apropriarem dos conhecimentos legados pelos povos tradicionais formadores da cultura no Brasil.

A Revista do CEMJ foi realizada como culminância do Projeto Pedagógico interdisciplinar de autoria do(a)s professor(a)s do Colégio Estadual Manoel de Jesus no período letivo de 2018, que orientaram o(a)s aluno(a)s das turmas de 3º Ano (turnos matutino e vespertino) nas etapas de execução do projeto. Seu objetivo geral é compreender as comunidades remanescentes de quilombos do município de Simões Filho nos aspectos culturais, socioeconômicos, políticos e identitários.

As atividades do projeto foram desenvolvidas em três etapas, sendo elas:

1. Apresentação do projeto para os alunos com apreensão das contribuições destes; trabalhar noções de Oralidade e questionários para pesquisa de campo; Distribuição dos subtemas e comunidades para pesquisas e elaboração de questionários e roteiros das entrevistas. Realização das pesquisas, aplicação dos questionários e das entrevistas orais com os moradores das comunidades.

2. Visita de campo aos territórios das comunidades quilombolas do Dandá, Pitanga de Palmares-Caipora e Quilombo Rio dos Macacos, com a participação do(a)s professor(a)s e aluno(a)s em vivências com líderes e representantes das comunidades.

3. Conclusão das redações das matérias, diagramação da revista e divulgação desta junto às comunidades escolar e quilombolas.

O corpo docente do Colégio Estadual Manoel de Jesus, envolvido no projeto, concluiu, ao final das atividades, que o pouco recurso material a que tinha acesso

limitou a divulgação da revista a qual poderia também ter o formato digital para alcançar um público maior, entre outros agentes limitantes relacionados à escassez de recursos. Entretanto, a experiência causou um impacto muitíssimo favorável à aprendizagem e ao conhecimento sobre as comunidades quilombolas dos municípios para aqueles alunos os quais, até o início das atividades, nem ao menos tinham conhecimento da existência desses lugares.

Os alunos quilombolas que apenas viam suas comunidades como subúrbios distantes do centro da cidade e com muitos problemas sociais, ambientais e políticos tiveram a oportunidade de vislumbrar suas geografias como espaços de lindas paisagens, produtoras de alimento e protagonistas de resistência e ações culturais riquíssimas. Ainda para os jovens quilombolas identificados étnico e culturalmente com suas raízes quilombolas, houve a certeza do pertencimento reafirmado no reconhecimento do legado ancestral africano.

5.2 PROPOSTA PARA SOLUÇÃO MEDIADORA DA APRENDIZAGEM - ESTAÇÃO FIMÕES FILHO EM REVISTA: MEMORIAL DIGITAL DE HISTÓRIA LOCAL

O Instagram, com sua linguagem visual e capacidade de alcance, configura-se como uma plataforma ideal para a construção de um memorial digital que celebre a história, a memória e a cultura de Simões Filho. O estudo de caso apresentado na pesquisa, que utiliza a criação de uma revista digital para envolver alunos em um projeto interdisciplinar sobre comunidades quilombolas locais, oferece uma inspiração valiosa para a concepção desse memorial. A proposta é criar um espaço virtual dinâmico e interativo, capaz de conectar o passado com o presente e inspirar a preservação da identidade cultural local.

5.3 ESTRATÉGIAS E CONTEÚDO

O conteúdo de história local foi trabalhado em sala, no início da I unidade, como prévia (planos de aula nos anexos). Na II unidade, demos segmento aos estudos de história local com a produção de conteúdo para o Memorial Digital, lançado no *Instagram* na III Unidade, como resultado das atividades das unidades anteriores.

O memorial digital foi organizado em temas, empregando recursos visuais como fotos, vídeos, *stories* e *reels* para tornar a experiência mais imersiva e atraente.

A narrativa se desenvolve de forma cronológica e também com a possibilidade de acesso a informações específicas por meio de *hashtags* e *links* para artigos e documentos complementares.

#Simões Filho Original: Imagens e descrições de sítios arqueológicos, artefatos e vestígios culturais da região, com destaque para a cultura material dos povos originários (Tupinambás, etc.). *Reels* com animações que representam a vida cotidiana desses Povos.

#Cotegipe e os Primeiros Tempos: Imagens e textos que contemplam a história da região desde o período pré-colonial até a fundação da freguesia de São Miguel de Cotegipe, incluindo a chegada dos portugueses, a resistência indígena e o desenvolvimento da economia açucareira. *Stories* com mapas antigos e documentos históricos.

#Água Comprida: Imagens e informações sobre a história do distrito de Água Comprida, seu desenvolvimento e sua transformação em município, incluindo o processo de emancipação e os desafios enfrentados pela comunidade. Postagens com fotos antigas e depoimentos de moradores antigos.

#Comunidades Quilombolas: Fotos e vídeos que mostram a cultura e a vida das comunidades quilombolas de Simões Filho, com destaque para suas tradições, artesanato, culinária e costumes. *Lives* com entrevistas e debates sobre a preservação da cultura quilombola e seus desafios.

#Simões Filho Hoje: Imagens e vídeos atuais de Simões Filho, apresentando sua paisagem, sua arquitetura, seus eventos e sua gente. *Reels* com depoimentos de moradores atuais sobre sua vida na cidade.

#Patrimônio Cultural: Imagens e informações sobre os principais pontos turísticos e patrimônios culturais de Simões Filho, envolvendo igrejas, museus, monumentos e áreas naturais protegidas. *Stories* com dicas de passeios e roteiros turísticos.

Interatividade: Para garantir a interatividade, o memorial digital engloba:

Enquetes: Perguntas sobre a história local, a cultura quilombola e os desafios da comunidade. Lives: Debates e conversas com moradores, historiadores, ativistas

e representantes das comunidades quilombolas. Concursos: Fotografias e vídeos que retratam a beleza e a cultura de Simões Filho.

Desafios: Ações que incentivam os seguidores a aprender mais sobre a história e a cultura local.

5.4 - OFICINAS PEDAGÓGICAS TEÓRICAS

OFICINA 1 -Fontes Históricas; História Oral; História Local; História Pública; História e Memória; Educação Para Relações Étnico-Raciais.

Objetivo Geral: Apresentar e discutir, com os alunos do 3º Ano, conceitos que orientem a modelagem do conteúdo de história de Simões Filho para o memorial digital no *Instagram*.

Objetivos Específicos: Compreender a importância da memória e da oralidade na construção da identidade quilombola; analisar as narrativas orais como fontes históricas para a construção do conhecimento histórico; refletir sobre o papel da história pública e da história oral na visibilidade das comunidades tradicionais; desenvolver habilidades de pesquisa, análise e interpretação de fontes históricas; promover a valorização da diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos.

Título: Memória, identidade e história: explorando as narrativas quilombolas

Público-alvo: 3º Ano

Atividades:

AULA 1: Introdução: Apresentação do tema e discussão sobre o conceito de memória, oralidade e identidade. Leitura de trechos relevantes do PDF.

Dinâmica: -A linha do tempo- os alunos criam uma linha do tempo com os principais eventos da história dos quilombos no Brasil. Debate: Discussão sobre a importância da preservação da memória e da cultura quilombola.

AULA 2: Pesquisa: Os alunos são divididos em grupos e recebem uma comunidade quilombola específica para pesquisar. Análise de fontes: Os grupos analisam diferentes fontes históricas (textos, imagens, vídeos) relacionados à comunidade escolhida. Apresentação:

Cada grupo apresenta seus resultados de pesquisa para a turma.

AULA 3: Oficina de história oral: Os alunos realizam entrevistas com membros de uma comunidade quilombola ou com pessoas que tenham conhecimento sobre o tema. Discussão: Reflexão sobre os desafios e as possibilidades da história oral como método de pesquisa. Produção de conteúdo: Os alunos criam um produto final (vídeo, apresentação, texto) que sintetize seus aprendizados e que valorize a história e a cultura quilombola.

Recursos: Contexto histórico do município; Cartilha de história do município; Revista do CEMJ; Computadores com acesso à internet, Projetor, Materiais para a criação da linha do tempo, Câmeras e gravadores (se possível).

Avaliação: Participação nas discussões e atividades; Qualidade da pesquisa e da apresentação; Criatividade e originalidade do produto final.

5.5 ATIVIDADE COM CARDS EM EIXOS TEMÁTICOS

Objetivo Geral: Promover o estudo e a pesquisa sobre a história local de Simões Filho e das comunidades remanescentes de quilombo do município.

Objetivos Específicos: Compreender a importância do estudo da história local; desenvolver habilidades de pesquisa, análise e interpretação de fontes históricas; propiciar a valorização da história local, regional e a cultura das comunidades quilombolas.

Estratégias: após os estudos e pesquisas de história local, dividir a turma em grupos de cinco aluno/as, entregando-lhes seus respectivos eixos temáticos a fim de que desenvolvam elementos para construção do material estragramável.

Recursos: *Notbooks e chromebooks* com acesso à internet.

Eixo Temático 1: A Construção da Memória Quilombola em Simões Filho.

Card 1: A Importância da Oralidade:

FRENTE - do card apresenta uma imagem que representa a oralidade (pessoas conversando, contando histórias).

VERSO – do card explica a importância da transmissão oral de histórias na construção da memória quilombola e como isso difere de fontes escritas.

Card 2: Fontes Históricas Diversas:

FRENTE - mostra diferentes tipos de fontes históricas (fotos antigas, mapas, objetos). **VERSO** - discute a utilização de documentos oficiais, relatos orais, objetos e outros materiais para reconstruir a história da comunidade.

Card 3: O Nome Simões Filho:

FRENTE: tem uma imagem de Simões Filho ou um mapa da região.

VERSO: explana a respeito da origem do nome do município, suas implicações e a discussão sobre a escolha de um nome que não reflete a história local originária. Contém também os outros nomes dados a mesma geografia.

Card 4: A História Local e a Nacional:

FRENTE - exibe um mapa do Brasil com destaque para a Bahia e Simões Filho.

VERSO - explica a relação entre a história local de Simões Filho e a história nacional do Brasil, expondo como os eventos locais se inserem em um contexto maior.

Eixo Temático 2: A Experiência Quilombola em Simões Filho: Passado e Presente

Card 5: Povos Originários:

FRENTE - apresenta imagens de artefatos arqueológicos ou representações dos povos originários da região.

VERSO - descreve os primeiros habitantes da região, suas culturas e modos de vida com base nas informações arqueológicas e na fonte oral da bibliografia.

Card 6: O Período Colonial e a Escravidão:

FRENTE - ilustra a chegada dos colonizadores e o sistema de escravidão.

VERSO - discute o impacto da colonização e da escravidão na vida dos povos originários e a formação das comunidades quilombolas.

Card 7: Resistência e Luta:

FRENTE - revela imagens que simbolizam a resistência e a luta (bandeiras, símbolos de resistência).

VERSO - descreve as formas de resistência dos povos originários, quilombolas e outros grupos marginalizados.

Card 8: Aspectos Culturais

FRENTE - tem fotos de manifestações culturais atuais (danças, comidas, etc.).

VERSO – debate sobre a preservação da cultura quilombola em Simões Filho, seus desafios e a importância de sua valorização.

Eixo Temático 3: Simões Filho no Contexto Regional e Nacional.

Card 9: Aspectos Geográficos:

FRENTE - possui um mapa de Simões Filho e sua região.

VERSO - detalha a localização geográfica do município, sua relação com a Baía de Todos os Santos e a importância de sua posição estratégica.

Card 10: Desenvolvimento Econômico:

FRENTE - mostra fotos de atividades econômicas da região.

VERSO – apresenta o desenvolvimento econômico de Simões Filho, incluindo o impacto do Centro Industrial de Aratu e os desafios socioeconômicos da região.

Card 11: Aspectos Políticos:

FRENTE – indica imagens que representem a política local (edifícios públicos, eleições). **VERSO** - discute o processo de emancipação política de Simões Filho e a importância da participação da comunidade na construção da história do município.

5.6 ELEMENTOS A SEREM MODELADOS /QUADRO SÍNTESE

O quadro síntese trata-se de uma ferramenta cognitiva que auxilia o leitor quanto à compreensão visual de cada etapa de produção do *design* para o desenvolvimento do memorial digital, contribuindo, portanto, para que a pesquisadora possa organizar melhor as informações, de forma lógica, para a parte da produção.

Quadro 1: Contexto da História Local

ELEMENTOS DO CONTEXTO DA HISTÓRIA LOCAL	REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA MODELAGEM
ÀGUA COMPRIDA	FOTO MUSEU DE MANANCIAS DE ÁGUA
O TANQUE DO CORONEL	CONTANDO ESSA HISTÓRIA EM H.Q.
MAPELE	REGISTROS DE ORALIDADE
DAMBE	REGISTROS DE ORALIDADE
COTEGIPE	REGISTROS DE ORALIDADE
ESTAÇÕES E LINHAS FÉRREAS	FOTO MUSEU
ENGENHOS X INDÚSTRIAS	IMPACTOS AMBIENTAIS PARA O TERRITÓRIO

Fonte: Autoria própria, 2025.

Quadro 2: Oficinas Pedagógicas

EIXO TEMÁTICO	ELEMENTOS DE INVESTIGAÇÃO:	REFERÊNCIAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA MODELAGEM
COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS		
DANDÁ	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	DISSERTAÇÃO; SITE, BLOGS; VÍDEOS E DOCs.
PITANGA DOS PALMARES	PAISAGENS DE CARTÃO POSTAL	ACERVO CONSTRUÍDO
QUILOMBO RIO DOS MACACOS	TERRITÓRIO DA COMUNIDADE	MAPA DA COMUNIDADE
...		

PONTOS DE CONFLUÊNCIAS ENTRE	ASPECTOS CULTURAIS; RACISMOS (AMBIENTAL E INSTITUCIONAL); DIÁLOGOS ENTRE AS LÍDERANÇAS
------------------------------	--

Fonte: Autoria própria, 2025.

Quadro 3: Elementos a serem modelados para o Memorial Digital

ELEMENTOS DO CONTEXTO DA HISTÓRIA LOCAL	REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA MODELAGEM
Pitanga de Palmares e Caipora - Legado Ancestral	Patrimônio Imaterial - A queima da Palhinha
Dandá - Legado Ancestral	Lugares de Memória Jaqueira da Mata
Rio dos Macacos - Legado Ancestral	Inventário do Samba de Roda
Comunidades Remanescentes de Quilombos: Encontros e Convergências	FOTO MUSEU - Sítios Arqueológicos

Fonte: Autoria própria, 2025.

6. MEMORIAL DIGITAL DE HISTÓRIA LOCAL - ESTAÇÃO SIMÕES FILHO EM REVISTA:



6.1 CONCLUSÃO

Um memorial digital, no Instagram, elaborado com base nos resultados da pesquisa, no material didático da Revista CEMJ e em pesquisa promovida pelos alunos, orientados pela professora, utilizando as estratégias descritas pode se tornar um espaço de memória coletiva, capaz de preservar e difundir a rica história e a cultura de Simões Filho para as gerações presentes e futuras. A plataforma permite, ainda, a construção de uma narrativa inclusiva e participativa que valorize a voz das comunidades locais e fortaleça a identidade cultural da região. A utilização de *hashtags* específicas e a integração com outras plataformas digitais podem ampliar ainda mais o alcance e o impacto do memorial.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reafirma a potência da História Local como ferramenta pedagógica e política no ensino de História, especialmente quando articulada às experiências e vozes das comunidades remanescentes de quilombos. Ao mergulhar nas memórias e vivências dos sujeitos históricos de Simões Filho, em especial das comunidades de Pitanga de Palmares e Caipora, Dandá e Rio dos Macacos, o trabalho evidencia não apenas a persistência da presença negra nos territórios, mas também a riqueza das estratégias de resistência e reexistência construídas ao longo do tempo.

A construção do Memorial Digital “Estação Simões Filho em Revista”, proposto como Solução Mediadora da Aprendizagem (SMA), representa não apenas um recurso didático inovador, mas também um compromisso com a História Pública e com a democratização do conhecimento histórico. A apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como o *Instagram*, mostrou-se uma possibilidade eficaz para socializar saberes, dialogar com os estudantes em linguagem próxima e ampliar o alcance das narrativas históricas, indo de encontro às tentativas de invisibilização dessas comunidades pelos poderes historicamente hegemônicos.

A valorização da história local permite que os estudantes reconheçam a si mesmos e suas comunidades como parte constitutiva da história do Brasil. A escuta das fontes orais, o contato com as tradições culturais e a inserção de práticas pedagógicas que resgatem identidades plurais contribuem para o fortalecimento da autoestima dos sujeitos educandos, promovendo uma educação antirracista e comprometida com a equidade social. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com os pressupostos da Educação para as Relações Étnico-Raciais, defendendo uma prática docente engajada, crítica e consciente de seu papel social. As escolas, especialmente na Bahia — estado com maior número de comunidades quilombolas reconhecidos —, têm um papel fundamental na valorização dessas histórias, superando o apagamento histórico imposto pelo discurso eurocêntrico e hegemônico.

Assim, este trabalho não se encerra em si mesmo. Ele é o ponto de partida para novas investigações e práticas que tomem a História Local como referência, reconhecendo que ensinar e aprender história é, também, um exercício contínuo de

justiça histórica e reparação simbólica. As (re)existências quilombadas, portanto, tornam-se pilares para uma educação emancipadora, enraizada na escuta, no território e na luta por um currículo que abrace a pluralidade de memórias que compõem o Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Mãe Bernadete presente: comunidade defende legado um ano após crime.** 6 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/mae-bernadete-presente-comunidade-defende-legado-um-ano-apos-crime>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **Média de mortes de quilombolas dobra entre 2018 e 2022, diz pesquisa.** 14 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/media-de-mortes-de-quilombolas-dobra-entre-2018-e-2022-diz-pesquisa>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ALASCA CONSULTORIA. **Estudos arqueológicos em Simões Filho.** 24 maio 2021. Disponível em: <https://alascaconsultoriablog.com/2021/05/24/estudos-arqueologicos-em-simoes-filho/>. Acesso em: 22 maio 2025.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** textos de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALMEIDA, Juniele; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate:** Patrimônio, Educação e Mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz.
- AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. Quilombos da Bahia: presença incontestável. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 796-812.
- ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DO RIO DOS MACACOS. **Dossiê de violação de direitos da comunidade quilombola o Rio dos Macacos.** Salvador, 08 mar. 2012. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20214.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano.** Brasília DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2009.
- BAHIA. **Festa de São Gonçalo mobiliza quilombo Pitanga dos Palmares.** Salvador: Secretaria de Comunicação Social, 2008. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/infraestrutura/noticia/2024-03/6206/festa-de-sao-goncalo-mobiliza-quilombo-pitanga-dos-palmares>. Acesso em: 02 jul. 2025.
- BAHIA. **Viagem por uma história comprida.** Simões Filho: Secretaria de Cultura e Secretaria da Fazenda, 2022. Disponível em: <https://viagemcomprida.blogspot.com>. Acesso 02 jul. 2025.
- BARCA, Isabel; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende. Desafios para ensinar a pensar historicamente. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.14, n.2, 2001.
- BARROS, J. D. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BERNADETE: 70 anos de luta – uma vida dedicada à resistência. Direção: Dina Lopes. Produção: Dragão Marinho. Salvador: TV Kirimurê, 2022. Documentário (18: 10 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PPeTeUnS4Ls>. Acesso em: 05 jul. 2025.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados** [online], São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002905169>. Acesso em: 4 out. 2025.

BOIKO, Maria Tereza; ZAMBERLAND, Maria Lúcia. **Socioconstrutivismo e aprendizagem: fundamentos e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOMENY, Helena. História oral: desafios teóricos e metodológicos. **Revista História**, São Paulo, n. 22, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Rafael Lucas Barros; SILVA, Adriene Stéfane. O uso de metodologias ativas no ensino de História. **Perquirere**, Patos de Minas, v. 20, n. 3, p. 100-117, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Parecer técnico de identificação e delimitação do território da comunidade quilombola de Dandá, município de Simões Filho**. Salvador: Superintendência Regional da Bahia, 2006.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica, 2010. p. 59-82.

CARDOSO, Mário César. **Sítios arqueológicos no Recôncavo Baiano: vestígios cerâmicos e ocupações indígenas no período pré-colonial**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 37.

CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP). **Pitanga dos Palmares**. [S.l.]: CPISP, [s.d.]. Disponível em: <https://cpisp.org.br/pitanga-dos-palmares/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

COSTA, Carlos Alberto Santos. **Patrimônio Cultural de Camaçari e Simões Filho: Resultados da Ba – 093**. 1ed. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2015.

COSTA, Carlos Alberto Santos; OLIVEIRA Clarissa Wetzel de, DIAS Jeanne Almeida. Arqueologia histórica numa residência rural de Simões Filho, Bahia. **TESSITURAS**, Pelotas, v.8, n.2, p. 39-61, 2020.

DELFINO, Leonardo Lacerda; ALMEIDA, Meiry Rodrigues Queiroz. Sempre-viva em luta: experiência de história pública decolonial no Quilombo de Mata dos Crioulos (MG). **Boletim do Tempo Presente**, v.13, n. 4, p.34-70, 2024.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Transformações e historiografia no século XX: novas abordagens da história social**. São Paulo: Editora X, 2021. p. 133.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 05-28, 2013.

FERNANDES, Luydy Abraham. **Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba – Bahia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência** - São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro; Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GRUPO DE RECOMPOSIÇÃO AMBIENTAL. **Baía de Todos os Santos**. Disponível em: <https://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/germen/tsantos.html>. Acesso em: 05 jul. 2025.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 265-271, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HISTÓRIA de Simões Filho-BA. 2013. Disponível em: <https://historiadesimoeshiloba.blogspot.com>. Acesso em: 05 jul.2025.

HORA, Antônio Apolinário da. **História Comprida**. Simões Filho: Secretária de Cultura e Desportos, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População remanescente de quilombos**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Popula%C3%A7%C3%A3o+Remanescentes+de+quilombos>. Acesso em: 13 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil Quilombola**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em:02 jul.2025.

LUZ, Charlene Neves. **Uso e ocupação do solo e os impactos na qualidade dos recursos hídricos superficiais da bacia do rio Ipitanga**. 2009. Dissertação

(Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KOBELINSK, Michel (org). **História pública, museus e comunidades: conexões Brasil-Argentina**. Curitiba: CRV, 2024.

LOVATO, Fabricio Luis; MICHELOTTI, Angela; DA SILVA LORETO, Elgion Lucio. Metodologias ativas de aprendizagem: uma breve revisão. **Acta Scientiae**, Canoas, v. 20, n. 2, p.154-171,2018.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Quilombolas de Pitanga dos Palmares, na Bahia, lutam contra presídio, pedágio e ferrovia**. [S.l.]: Fiocruz, [s.d.]. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-quilombolas-de-pitanga-dos-palmares-na-bahia-lutam-contr-presidio-pedagio-e-ferrovia/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

MAURO, Frédéric. **O Atlântico e os seus problemas (séculos XVI-XVII)**. Lisboa: Presença, 1989.

MBEMBE, Josef Achilli. **Crítica da razão negra**. São Paulo, Edições N-1, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto,2023.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Territórios quilombolas e conflitos na contemporaneidade: análise da Baía de Todos os Santos e região metropolitana de Salvador**. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/12277>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MÜLLER, Cíntia Beatriz; JESUS, Quésia Daiara dos Santos de; JESUS, Tayonara Ailanda dos Santos. Baía de Todos os santos e Região Metropolitana de Salvador (BA): territórios quilombolase conflitos na contemporaneidade. **Aceno, Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n.17, p. 235-248, maio/ago. 2021.

PERLI, Fernando. A divulgação histórica e seus entrelugares no ensino de história. In: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra Fagundes; ALVAREZ, Sebastian Vargas. **Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais**. Campo Mourão: Fecilcam,2022.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do recôncavo: Matoin, Novo, Caboto, Freguesia, 1552-1914**. Rio de Janeiro: Z Valverde, 1946.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 1997.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

QUILOMBO do Dadá. Direção: Donminique Azevedo, Leo Rocha, Danilo Umbelino. Produção: Leo Rocha. Trilha sonora: Leo Rocha. Salvador: Coletivo Cacos, 2018. Microsérie Aiuê- Episódio 2 (4:13 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WOAgiYcXTSw>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QUILOMBO Rio dos Macacos: o filme. Direção: Josias Pires. Produção: Marcela da Costa. Salvador: [s.d], 2017. 1 bobina cinematográfica (120 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-c0GXT1ICis&t=3s>. Acesso em: 18 jun. 2025.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 375.

REZINIK, Luís. História Local e Prática de memória. In: PEREIRA, Júnia Sales. **Produção de material didático para diversidade: patrimônio e prática de memória numa perspectiva interdisciplinar**. Belo Horizonte/Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG/Sead/Mec.2010.

RIBEIRO, Adelmário. **Entrevistas concedidas à pesquisa** (2025).

RIBEIRO, Ademário Souza; JARDIM, Ana Cristina Magalhães. História e cultura dos povos indígenas: abordagem transversal fortalecida pela lei 11.645/2008. **PRÓPROFESSOR**, Ouro Preto, v.1, n.1, p. 1-21, 2012.

ROSA, Ana Paula Marques da; GOI, Mara Elisângela Jappe. Teoria socioconstrutivista de Lev Vygotsky: aprendizagem por meio das relações e interações sociais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, mar. 2024.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; KOBELINSK, Michel (org.). **História pública: para quem, para quê, como e com quem?** Guarapuava:Unicentro,2024.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **História oral na sala de aula** - Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

SCHARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras,1988.

SCHWARTZ, Stuart B." Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás - Bahia,1814". In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras ,1996.

SILVA, Maria Lúcia Alves Teixeira. Ensino de história: metodologias ativas e aprendizagem significativa. **Revista Informação em Cultura (RIC)**, Mossoró, v. 3, n. 2, p. 27-46, 2021.

SILVEIRA, Wayra (org.). **Cantigas de um Baile Pastoíl: a Queima da Palinha**. Lauro de Freitas: Solisluna Editora,2015.

THE INTERCEPT BRASIL. **As duas mortes de Mãe Bernadete**. 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/08/18/as-duas-mortes-de-mae-bernadete/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

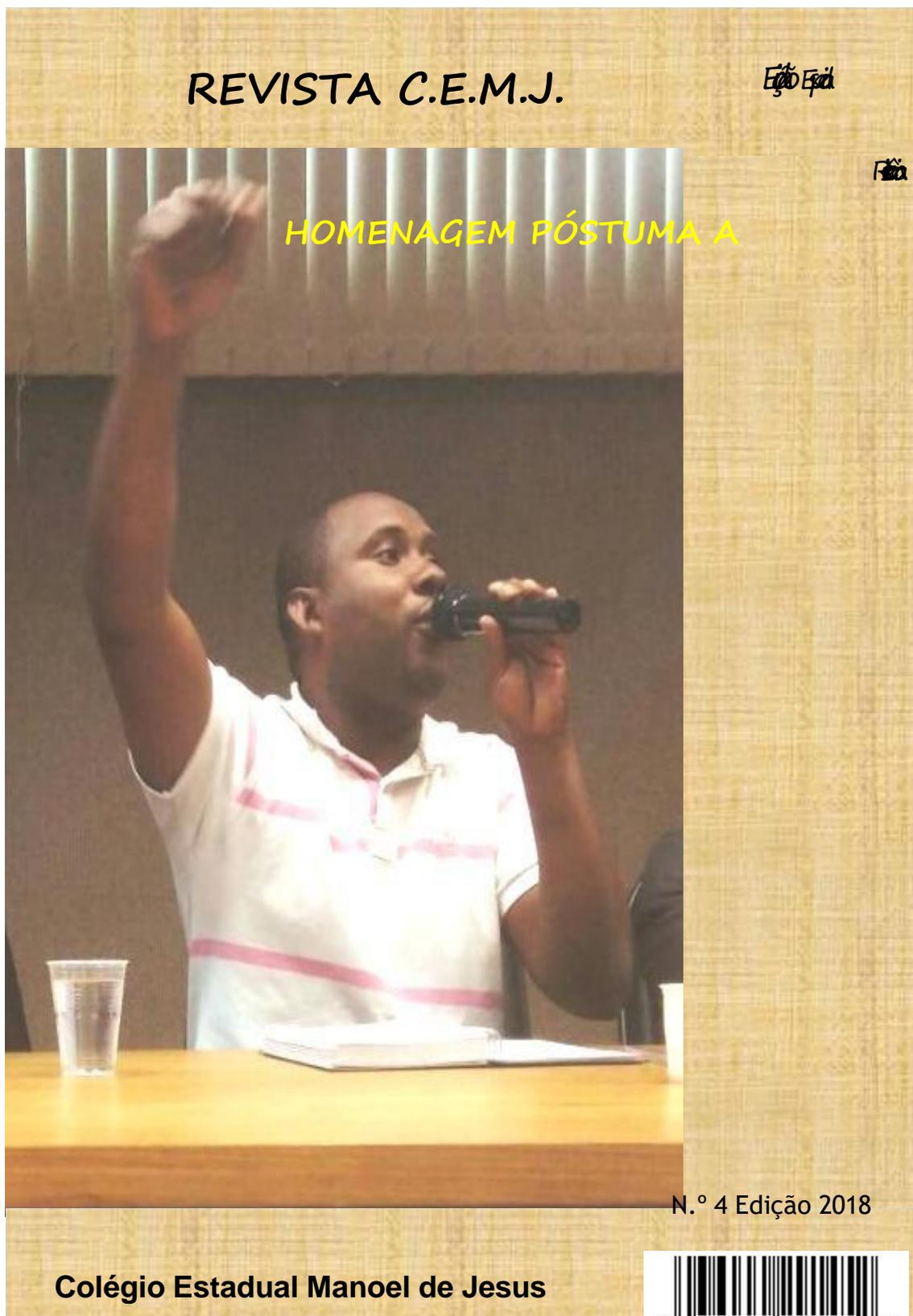
VIANA, Andrezza Farias; REIS, Bill Clinton Divino dos; COSTA, Priscila dos Anjos. A abordagem Socioconstrutivista e as tecnologias digitais. **Revista Conexão com Ciências**, Fortaleza, v.3, n.1, p. 1-11, 2023.

VIDAL, Lúcia. **Relatório Antropológico do Quilombo Pitanga dos Palmares**, 2012.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). **Afro-Ásia**, Salvador, p. 79-117, 2013.

APÊNDICE A: REVISTA C.E.M.J



EDITORIAL

O Colégio Estadual Manoel de Jesus possui um corpo discente com um número significativo de estudantes oriundos de comunidades quilombolas, os quais, em alguns momentos, não demonstram uma identificação com as suas origens.

Nesse sentido, a unidade escolar adotou o viés multidisciplinar, associou essa temática ao projeto de ciências da IIª unidade, levando os estudantes a uma aula de campo nas comunidades remanescentes quilombolas de Palmares, de Pitanga de Palmares, de Rio dos Macacos, do Dandá e de Caipora. O objetivo é investigar temas diversos inerentes ao povo negro, a fim de fomentar a autoestima junto aos nossos estudantes quilombolas e, ao mesmo tempo, revelar para os demais discentes e leitores um universo desconhecido tão cheio de riquezas materiais e imateriais.

Assim, essa revista é o resultado das produções textuais dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio do ano de 2018. Ela foi feita com autoria, aguçando a intelectualidade dos nossos estudantes, problematizando a questão da autoestima quilombola, a fim de minimizar os preconceitos. A publicização desse trabalho materializa naturalmente um corpo documental, que registra ações pedagógicas executadas ao longo do ano letivo.

A resistência dos remanescentes quilombolas está presente na cultura dessas

comunidades visitadas, vivenciadas e contém piadas neste estudo. A luta de algumas lideranças, forjada no labor cotidiano, à garantia dos direitos fundamentais tem um papel importante na manutenção da ancestralidade africana. Nesta revista, como não podia deixar de ser, homenageamos postumamente o líder comunitário Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, carinhosamente conhecido como *Binho do quilombo*, cujo trabalho foi feito junto à comunidade de Pitanga de Palmares.

Por fim, agradecemos imensamente a todos os colaboradores que contribuíram para a realização dessa revista. Aos autores-estudantes que aceitaram o desafio, aos professores que cooperaram com um olhar crítico colaborativo e às pessoas que nos acolheram de forma generosa, concedendo-nos as entrevistas e/ou relatos sobre comunidades remanescentes de quilombo

Índice

- ✓ Homenagem póstumas à resistência de Binho do Quilombo da comunidade de Pitanga de Palmares105
- ✓ Resenha sobre o filme Quilombo da Bahia 106
- ✓ Memória e oralidade: cada caso tem um caso.....107
- ✓ Momentos de Lazer: o bem-estar nos quilombos 108
- ✓ Identidade quilombola: retratos.....109
- ✓ Resistência quilombola: festividades 112
- ✓ Agricultura familiar - Etapas do processo produtivo: semeadura, cultivo, colheita e escoamento da safra 113
- ✓ Processos extrativistas dos territórios quilombolas: Dendê, farinha e pesca115
- ✓ Retrato da educação formal nas áreas remanescentes..... 118
- ✓ A violência e a discriminação em Palmares 120
- ✓ Perda da tradição quilombola 121
- ✓ O descarte dos resíduos nas comunidades de Pitanga de Palmares e Caipora 123
- ✓ A importância da mulher quilombola ontem e hoje.....125
- ✓ A diversidade religiosa em territórios afrodescendentes.....127
- ✓ Artesanato.....128
- ✓ O futuro alimentício das crianças quilombolas: lanches saudáveis vs. Industrializados..... 129
- ✓ Políticas públicas 132
- ✓ A importância da água na comunidade Quilombola.....133
- ✓ Sustentabilidade na Comunidade Quilombola de Pitanga de Palmares.....134
- ✓ A queima da terra nos Quilombos.....135
- ✓ O impacto da presença de empresas no território quilombola.....136
- ✓ Curiosidades138
- ✓ Reflexão.....140
- ✓ Análises Estatísticas141



HOMENAGEM PÓSTUMA À RESISTÊNCIA DE BINHO DO QUILOMBO

Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, conhecido como

Binho do Quilombo, nascido no dia 31 de dezembro de 1980, pai de três filhos, descendente de Maria Bernadete Pacífico, falecido em 19 de setembro de 2017.

Ele foi um grande homem que protagonizou uma história linda e digna de ser sempre lembrada. Um homem que deu o seu sangue pela comunidade de Pitanga de Palmares e que, muitas vezes, deixou os seus afazeres para ajudar o próximo.

Binho lutou, junto com sua mãe, Maria Bernadete, em Pitanga de Palmares, pela eletrificação do Quilombo Caipora e também pelas políticas públicas as quais foram: garantir à comunidade cestas básicas e saneamento básico. Foi contra a implantação do sistema penitenciário de Simões Filho em Pitanga de Palmares. Fato que o levou à prisão durante a sua ação de militância pelos direitos da comunidade. Com vista a um ideário coletivo justo, Binho foi candidato 2 vezes a vereador, infelizmente, não logrou êxito.

Os embates não pararam por aí, juntamente com o deputado Valmir Assunção, conseguiu trazer a Serve a fim de fornecer o abastecimento de água para a comunidade de Pitanga de Palmares.

Mais uma vez, engajou-se em uma árdua batalha contra a implantação do lixão, visto que haveria consequências irreparáveis na vida da comunidade, principalmente para as gerações futuras, pois o trabalho da empresa Naturalle afetaria para sempre as nascentes do quilombo, contaminando-as. Após um discurso eloquente na UFBA, teve reconhecidos os direitos da comunidade e embargada a instalação da referida empresa.

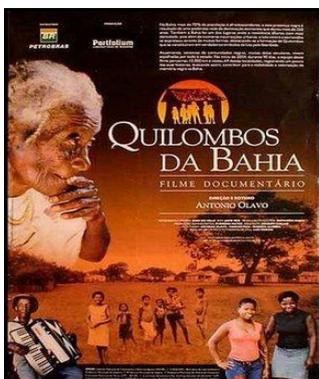
Binho tinha muito preço pela cultura, trabalhou ao lado de sua mãe Maria Bernadete, em promoção das festividades locais, tais como: a Festa de São Gonçalo, Bumba meu Boi e Balé da Pastorinha. Ele era um homem que possuía muito amor no coração. Estava sempre disposto a ajudar o próximo, incentivando e respeitando a opinião dos outros, por isso não merecia um final tão triste. Por onde passava, contagiava todos com a sua alegria, apesar de tudo, sempre estava com o sorriso estampado no rosto.

A comunidade de Quilombola de Pitanga de Palmares até hoje sofre com a sua perda. Homem bom não morre, vira anjo. Binho do Quilombo, aqui na terra, foi um grande guerreiro e cumpriu o seu papel, um menino que queria fazer tudo de bom acontecer para o Quilombo.

Segundo sua mãe, Binho foi o segundo Zumbi dos Palmares, devido à sua luta na afirmação da cultura e dos direitos dos negros quilombolas. A exemplo desse mártir

que morreu na mata, defendendo o seu povo,

Binho morreu em uma calçada, lutando também pelo seu povo.



RESENHA SOBRE O FILME QUILOMBOS DA BAHIA

Por Jéssica Dantas e Eduarda Batista

Contando histórias de um povo que até hoje se encontra à margem da sociedade, o filme "Quilombos da Bahia" nos remete a uma realidade totalmente diferente da nossa. Gravado no início de 2004, o filme que, na verdade, é um documentário, tem 98 minutos de duração, produção do diretor Antônio Olavo e dedicatórias a Paulo Pestana e Clóvis Moura.

Por se tratar de um documentário, a obra conta com entrevistas, narrativas organizadas em 17 blocos, cujos assuntos são: religiosidade, musicalidade, identidade, memória e oralidade e a questão da terra são abordados e contados pelo ponto de vista dos moradores, que são descendentes de escravos.

O fato de o filme ser praticamente todo baseado no ponto de vista dos moradores e na forma como eles enxergam sua própria história, agrega pontos positivos à obra. Como exemplo, pode-se citar a fala de uma moradora de uma das comunidades visitadas, Sra Cecê (Bananal, Rio de Contas),

quando perguntada sobre o que sabia do período de escravidão, disse:

"Meu avô nunca contou pra nós de cativo. Ele só contava assim, que o pai dele falava pra ele que teve. Agora ele não sabia contar história pra nós... Porque ele disse que o pai dele falava pra ele: "olha, teve uma lei de cativo", mas, só assim..."

Ao explorar as paisagens naturais que essas comunidades têm e ao incorporar elementos das entrevistas, como músicas e danças, no decorrer do filme, o produtor acerta mais uma vez. Por tudo isso, a obra se torna uma fonte de aprendizado necessária em uma época em que, cada vez mais, é reconhecida a presença de elementos da Cultura africana em nossa sociedade. Entender a forma que essas pessoas vivem também é vital para entendermos como, depois de mais de 130 anos de abolição da escravatura, essas comunidades vivem praticamente à margem desse mundo moderno e exclusivo no qual vivemos. É uma ótima alternativa de ensino abordar as temáticas que o filme apresenta e, assim, ensinar a crianças e adolescentes

em idade escolar o que, de fato, é desigualdade.

MEMÓRIA E ORALIDADE: CADA CAUSO TEM UM CASO

O negrinho do pastoreio

(Renata Arruda, Yasmin Peixinho, Suzana Santos e Gleicio Ribeiro)

O negrinho do pastoreio era um dos muitos escravos de uma fazenda de gado. Certo dia, sumiram alguns cavalos da Fazenda e foi escolhido um escravo para buscá-los.

Como já era estava anoitecendo, ele (negrinho do pastoreio) pegou uma vela da santa Nossa Senhora e foi buscar os animais perdidos. O local onde o negrinho passava a cera da vela caía e se transformava em luzes, iluminando mata a dentro. E, sem demora, tudo ficou claro como o amanhecer. Ele encontrou os cavalos e, por estar muito cansado, acabou por adormecer.

Um animal selvagem apareceu do mato e separou novamente todos os cavalos. O negrinho retornou para a fazenda sem os animais e foi amarrado a uma árvore, apanhando até a morte. O dono da fazenda jogou seu corpo em um formigueiro, para que as formigas se alimentassem.

Passando-se três dias, o fazendeiro voltou até o formigueiro para buscar os ossos do negrinho e acabou sendo pego de surpresa,

seu ex-escravo, corria vivo e feliz, disparado com a tropa de cavalos.

Lobisomem nos quilombos

(Rebeca Emylle Oliveira e Tamara Prudêncio)

Quando a noite chega em dias de lua cheia, fica favorável para a aparição de lobisomem. Um ser mitológico que é metade lobo e metade homem. Algumas moradoras do quilombo Pitanga de Palmares se disponibilizaram a contar relatos de aparições de lobisomem, garantindo que eles existem e que já causaram medo em muita gente.

A Dona Baía, moradora de Pitanga dos Palmares, relatou que, uma certa vez, um senhor de idade ofereceu um litro de cachaça a um lobisomem e não deu. Então, o bicho o atacou e houve uma briga entre os dois com facas.

Outro relato foi feito por Dona Vera, que também é moradora, há muitos anos, da comunidade. Ela nos contou que, em uma noite, um amigo do seu sogro andava pelo quilombo quando, de repente, bateu de frente com um lobisomem.

No dia seguinte, ao encontrar com seu amigo, ele contou o que lhe havia acontecido e disse

que se o encontrasse novamente o mataria. Alguns dias depois, andando novamente pelo quilombo, deparou-se com o lobisomem e,



para sua surpresa, o lobisomem o perguntou:

- Você não iria me matar?

O lobisomem foi

MOMENTOS DE LAZER: O BEM-ESTAR NOS QUILOMBOS

por Tiago dos Santos, Reinaldo Queiroz Jr., Givanilson Vasconcelos e Leticia

Lima



A vida não é só trabalho. As pessoas precisam se divertir, desta forma o viés dessa reportagem é justamente destacar

algumas diversões de cada comunidade remanescente quilombola.

O Dandá é uma comunidade rica em seus lazeres e diversões. Por muito tempo, ela não possuía a avançada tecnologia que temos hoje, entretanto, era extremamente rica em suas atividades que traziam alegrias a todos. É de suma importância destacar algumas delas, tais como o *esconde-esconde*.

Uma brincadeira fácil, divertida e que se realizava muito entre eles. Algumas outras são o *chicotinho queimado* e a *brincadeira de roda*. Atualmente, muita coisa não mudou em relação ao passado. Ainda podemos contar com o *dominó*, *bingo* e, o mais

embora e o homem ficou muito assustado. Eis o mistério que nunca será revelado, quem contou ao lobisomem ou será que ele era o

lobisomem? Só sabemos que quem conta um conto, omite um ponto e aumenta três.



importante, *com o Campeonato de futebol masculino*, que é bem destacado na região, em que todos se concentram para assistir e torcer pelo seu respectivo time.

Pitanga de Palmares e suas riquezas. Nada melhor que o popular samba de roda, uma tradição que vem sendo cultivada há anos, por meio da

qual todos entram, brincam, dançam e se



divertem ao lado do Grupo de Samba São Gonçalo, que traz a felicidade de todos na comunidade. Não só o samba de roda tem a sua popularidade na comunidade, mas também os times de futebol formados pelos moradores que disputam e se divertem. Reunindo-se numa partida, o campeonato é composto pelo Villa Real, Portuguesa e Barcelona, que trazem a torcida em peso para torcer e vibrar pelo seu time preferido.

Sem falar na barragem, que é um lugar maravilhoso, onde as pessoas se reúnem no final de semana e feriados para se divertir a beira da barragem. Quem vai a essas comunidades fica entretido com as suas riquezas e desfruta de cada alegria, sem se arrepender.

Visitamos as comunidades dos quilombos para buscar mais informações sobre o lazer e a diversão dentro desses lugares. No Rio dos Macacos, localizado no município de Simões Filho, próximo ao bairro Ilha de São João,

encontramos diversas características como a paisagem, o rio, a cultura religiosa. Nesse quilombo, a forma de os moradores se divertirem é em um pequeno campo, onde os jovens e as crianças brincam a tarde toda. O futebol, que é um dos esportes mais praticados no mundo todo, lá não seria diferente, a diversão desses moradores é nesse campo que foi feito pelos próprios jovens. O lazer também se realiza com a admiração da paisagem que, quando o sol se põe, dá para fazer belas fotos e apreciar a vista para o mar.

IDENTIDADE QUILOMBOLA: RETRATOS

Comunidade de Palmares

(Isabelle dos Santos e Bárbara Santos)

Palmares não é considerado quilombo, mas os moradores de lá se consideram



quilombolas, pois lá tem a cultura que, em quase todos os quilombos, tem.

A tradição de Palmares associada

à cultura afro é a queimada da palhinha que começou através de uma brincadeira. As pessoas se reuniam em um barracão no quintal da casa da Dona Bina, que é a anciã que comandava a festa. O ritual acontece diante de uma lapinha enfeitada e iluminada e, no centro, a imagem do senhor Deus Menino, ao redor do presépio. Essa

festividade acontece de dezembro para janeiro, quando, de fato, em 06 de janeiro, há a queima das palhas.

Tinha também outras imagens, além de velas, flores, frutas, bonecas, luzes, pisca-pisca e folhas das árvores de São Gonçalinho e arcos de folha dos dendezeiros. Enquanto os homens tocam violão, pandeiro, triângulo e atabaque, as pastorinhas cantam, dançam e dizem versos. As duas pastoras mais velhas se vestem de branco e tocam pandeiros.

A dona da casa, Dona Bina, puxa os cânticos em louvor ao nascimento de Deus Menino, e as outras mulheres batem palmas. O ritual tem hora marcada, às 11:40h, eles fazem duas filas e saem para



queimar as folhas secas. As pastorinhas vão logo após, fazendo uma roda e começando a sambar. Depois todos retornam para o barracão e o samba de roda dá início a festa que vai até o amanhecer do dia. O cardápio da festa é a feijoada, o arroz doce e o mugunzá.

Toda a reverência deve ser dada ao homem que sabia de toda a história de Palmares, as devidas homenagens ao mestre seu Manuel.

Comunidade de Rio dos Macacos
(Sabrina Cardoso e Luzineide Paixão)

O Quilombo Rio dos Macacos é uma comunidade de remanescente quilombola que conta com duzentas e poucas famílias, as quais nasceram e se criaram lá dentro, com uma forma de vida bem diferente das pessoas que convivem nas áreas urbanizadas. Os remanescentes quilombolas vivem em casas de taipa e outras de alvenaria. A forma de sobrevivência dessa comunidade é, principalmente, a agricultura de subsistência com o cultivo do feijão, do aipim, do milho, da batata, entre outros.

O quilombo não é um lugar muito transitado, pois lá não existem rodovias nem estabelecimentos comerciais. Segundo os moradores, esse quilombo é diferenciado, porque ele é composto de bastante áreas de florestamento como pés de dendês, pé de nicuri, pés de palmeiras que produz palmito

entre outros, apresentando apenas estrada de chão.

Geograficamente, o quilombo Rio dos Macacos divide-se entre a Vila Naval e o quilombo Alto do Macaco. Percebe-se que não há grau de urbanização nesses dois



espaços, pois não existe presença do governo federal, do estado, nem da prefeitura de Simões Filho. Ademais, não tem posto médico, escola, farmácia, mercado, mercearia, entre outros. Por falta desses recursos, as pessoas se deslocam para lugares distantes das comunidades, como Ilha de São João, Aratu



e Paripe. Logo, percorre-se, diariamente, uma distância de, mais ou menos, 5Km, em uma estrada de barro, com várias ladeiras íngremes debaixo de sol e chuva. Para José Messias, morador do quilombo, Rio dos Macacos quer ser reconhecida como organização que desenvolve e dissemina práticas que contribuem para a transformação social e valorização cultural popular. O objetivo é ajudar na valorização de saberes e identidade culturais populares, disseminando o conhecimento dos direitos humanos como instrumento de empoderamento popular.



Comunidade de Pitanga de Palmares

(Susana de Sousa e Ana Carolina Gonçalves)

A comunidade de Pitanga de Palmares foi formada com a chegada das famílias que trabalhavam na fazenda Mucambo, hoje extinta, que está submersa nas águas do rio Joanes. Através de algumas informações de familiares existentes entre os moradores da comunidade, observa-se que novas pessoas vieram para a comunidade com a esperança de encontrar um emprego, atraídas pela implantação do Polo Petroquímico de Camaçari.

Esse quilombo tem uma população de mais de duas mil famílias e concentra sua renda na pesca e no artesanato. A cultura de Pitanga dos Palmares destaca-se pela dança de São Gonçalo, que é uma dança de cunho religioso, quase sempre realizado em pagamento de promessas. Além dessa dança, existe ainda o samba de roda, a dança de

engenho, a queimada palhinha, o Bumba-meu-boi e muitas outras brincadeiras.

Pitanga dos Palmares se torna uma comunidade rica culturalmente pelo fato de ser quilombola. É formada por grupos

étnicos-
raciais
organizados
por tradições e
relações
próprias.

Vale dizer que é uma comunidade reconhecida como Remanescente de Quilombo. Dentro da comunidade, há organizações que lutam pelos seus interesses, que discutem as necessidades da população e busca meios de organizá-las, porém o desenvolvimento mais estruturado depende da participação de todos os moradores. A preocupação, então, é que se possa manter a cultura, repassando a história às novas gerações.



Comunidade do Dandá por Vagner Rocha

RESISTÊNCIA QUILOMBOLA: FESTIVIDADES

por Seuane Kelly Assis, Layse Santos e Carolaine Souza

A comunidade quilombola de Pitanga de Palmares agrega uma grande população, e neste bairro, há diversas festas populares. Algumas são: o Caruru de São Cosme e Damião, a Missa de São Roque, a Dança de São Gonçalo, o Samba de Viola, a Dança de Engenho, o Bumba-Meu-Boi e a Queima da Palhinha.

A Queima da Palhinha se comemora no mês de dezembro, que se encerra as celebrações do ciclo do Natal, em homenagem ao nascimento do Deus Menino.

Mas, uma das festas que tem mais destaque é a Dança de São Gonçalo, que é dança de cunho essencialmente religioso, quase sempre em pagamento de promessa, expressando, de forma especial, a devoção do santo. Embora seja diferente de região para região, a Dança de São Gonçalo mantém alguns elementos em comum. E cada uma delas geralmente é dançada por mulheres diante de um altar com a imagem do santo, com os homens fazendo acompanhamento musical com violas,



rabecas, pandeiros e atabaques. As danças costumam se desenvolver através de movimentos em forma de oito ou, então, em movimentos circulares ou em espiral.

Já o Samba de roda, que tem como nome o grupo "Viola do Quilombo", é responsável pela trilha sonora das festividades. Uma das músicas mais tocadas no Samba de Roda é "Quando eu Lembro da Massa da Mandioca". Essas comemorações deveriam ser preservadas porque é uma marca de resistência dos remanescentes quilombolas.

AGRICULTURA FAMILIAR ETAPAS DO PROCESSO PRODUTIVO: PREPARAÇÃO DO TERRENO, SEMEADURA, CULTIVO, COLHEITA E ESCOAMENTO DA SAFRA.

por João Pedro Brasil, Tyalle Maria Rodrigues, Gilvânia do Vale, Mário Antônio Santos, Gisleide Nogueira, Gisele Nogueira, Layssa Sheila Davi, Gabriela dos Santos, Felipe Guedes

A agricultura familiar diz respeito à gestão da propriedade que é compartilhada pela família e que tem a agropecuária como a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentadores da reforma agrária.

Durante a visita aos quilombos de Simões Filho, entre eles estava o quilombo Caipora, mais conhecido como Borogodó, cuja plantação é praticada para o sustento das famílias e para serem vendidos na própria comunidade como forma de renda familiar. Lá os gêneros cultivados são: aipim, banana, temperos verdes, manga, milho e etc., entretanto, a maior produção deles é o azeite de dendê.

A horta é comunitária apenas não tem muitos recursos. De acordo com um Morador de lá, chamado seu Antônio, eles não utilizam nenhum tipo de agrotóxico e a

terra é adubada com resto da polpa da fruta. Na comunidade de Palmares, próxima ao quilombo Caipora, encontra-se uma grande horta particular chamada lemanjá Agrícola que se utiliza da hidroponia para o cultivo agrícola. A priori, o carro chefe da produção é a pimenta em uma ampla diversidade (pimenta bico, vulcão, malaguetinha, etc.), contudo também se cultiva língua de vaca, hortelã, salsa, cebolinha, camomila, melissa, entre outras hortaliças.

Dentro da perspectiva de uma agricultura orgânica, vale ressaltar que, nessa horta, existem atitudes bem positivas, a exemplo do uso de pesticidas do tipo orgânico, como: folha da mamona, Óleo de Ny e até a própria pimenta.

A lemanjá agrícola já teve um período áureo, possuía quase dez funcionários. O escoamento da lavoura estava destinado às grandes redes de supermercados da cidade de Salvador, porém, neste momento, a situação é bem diferente, porque a área plantada está reduzida e possui apenas dois funcionários (Sr. Luciano e esposa). Por conta do

falecimento do proprietário, os negócios, agora, seguem sob a gerência dos filhos que, aparentemente, não priorizaram a lavoura, deixando desativada mais da metade das instalações agrícolas.

Em outro quilombo conhecido como Dandá, não é diferente. A sustentabilidade do lugar tem por base a agricultura familiar. Lá se planta de tudo um pouco: feijão, pimenta, dendê, farinha, aipim, milho, batatas, maracujá, mamão, melancia, mandioca. Devido às práticas sustentáveis, alguns moradores da comunidade foram convidados para representar o quilombo em uma feira que aconteceu no Pelourinho, sobre as plantações orgânicas e naturais. Para garantir o sustento da família, os produtos agrícolas cultivados também são comercializados às margens da BA 093, a exemplo de frutas, verduras e temperos verdes.

Nos demais quilombos, também existe a preocupação com a agricultura orgânica. Antes do plantio, a terra é

preparada com resto de verduras e frutas doadas por alguns supermercados; utiliza-se ainda como adubo o esterco de boi e folhas de mamona que também é usada no combate das pragas.



PROCESSOS EXTRATIVISTAS DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: DENDÊ, FARINHA E PESCA

por Mirilene de Souza, Tainara de Jesus, Mariana da Silva, Layanderson dos Santos, Carolaine Santana, Andréia dos Passos, Aylane Lima, Amanda Vale e Jussineia Moura

A atividade que extrai os recursos naturais da terra por meio da coleta manual é uma das atividades econômicas que era mais usada pelos antigos povos. Dada sua



importância, ainda é praticada na atualidade. Vocês já ouviram falar sobre o extrativismo natural do

dendê nas comunidades remanescentes quilombolas? Se a sua resposta foi sim que ótimo! Porém se a sua resposta foi não, então chegue mais e deixe-me contar a vocês, meus caros leitores.

O extrativismo natural consiste na atividade de extrair os recursos naturais que a terra oferece por meio da coleta manual ou de máquinas. O extrativismo é uma das atividades econômicas mais antigas praticadas pelo ser humano. Caracteriza-se pela extração de recursos do meio ambiente, tais como metais, rochas, madeiras e vegetais, como o dendê, que é fruto do dendezeiro, também chamado de palmeira-de-óleo-africano ou coqueiro-de-dendê. Ele é uma palmeira originária do continente africano e o seu óleo, é conhecido popularmente como óleo-de-dendê ou azeite de dendê.

No Brasil, existem algumas comunidades remanescentes quilombolas cuja prática do extrativismo vegetal do dendê é realizada pelos moradores. O dendê é extraído da palmeira, conhecida como dendezeiro. Essa prática extrativista foi trazida dos africanos que vieram para o Brasil, os quais nos deixaram como tradição uns dos principais ingredientes registrados na história dos quilombos: o azeite.

O processo de extração atualmente do dendê é fortemente encontrado no Quilombo do Dandá e no Quilombo de Pitanga de Palmares. Neste último, vale salientar a história de Dona Dandinha que, na sua jornada de vida, teve o azeite como principal fonte de sobrevivência.

O processo de extração é completamente braçal. Um trabalho que exige tempo e dedicação, além de conhecimentos técnicos que foram desenvolvidos pelos escravos e passados de geração em geração. A extração ocorre da seguinte maneira: o dendê é retirado do pé, reservado em um recipiente, durante uma semana, para soltar os frutos dos cachos. Depois o dendê é cozido e colocado no pilão. Feito isso, é colocado na água e coado para retirar o excesso e extrair somente o azeite a fim de ser engarrafado. Assim, está pronto para a venda e degustação dos sabores e saberes

locais. Essa produção artesanal do azeite de dendê é de suma importância para a valorização da cultura e das tradições quilombolas, pois essas comunidades têm uma forte culinária de raiz afrodescendente. Em suas receitas, o azeite de dendê é um dos principais ingredientes para o preparo de diversos pratos, como moquecas, vatapá, quiabada. O azeite também pode ser usado em festividades religiosas das comunidades,



como o caruru de Cosme e Damião.

Além de ser uma fonte de renda, o azeite de dendê traz inúmeros benefícios para a saúde, como, por exemplo, prevenir o câncer, o envelhecimento precoce, incentivar o sistema imunológico e proteger contra doenças relacionadas com o coração. Segundo pesquisas, o melhor tempo para produção do azeite é na lua cheia, porque a renda é farta. O azeite também serve para ser transformado e comercializado como óleo de cozinha; suplemento alimentar; cuidados pessoais e produtos para o lar e até biocombustível.

Você sabia? De acordo com a moradora da comunidade do Dandá,

Srta. Carolaine Santana de Souza, o dendê é extraído manualmente com o objetivo de ser comercializado entre os moradores, gerando uma fonte de renda, mas também pode ser empregado na culinária local.

O azeite de dendê é extraído da sua parte externa do fruto e a produção acontece da seguinte forma no Dandá:

- Sobe -se no pé do dendezeiro, preferencialmente descalço, com um machado ou facão para a retirada dos cachos;
- Depois de tirado, é levado para a residência;
- Despencado do cacho, coloca-se na panela ao fogo;
- Depois de cozido, deixa esfriar;
- Pisa-se no pilão e, em seguida, é posto em uma panela ou balde, com água para bater, até que toda massa saia dos caroços e bagaços;
- Coloca-se no fogo novamente para apurar;
- Depois de apurado, deixa -se esfriar e põem uma garrafa. Assim, ocorre o percurso do azeite de dendê na comunidade do Dandá.

Durante a visita dos estudantes aos quilombos do município de Simões Filho, observou-se que, além do dendê, ainda há



uma grande atividade de extração de alguns recursos da natureza, como a mandioca e a

pesca.

O processo da feitura da farinha relatada pelo seu Florisvaldo, conhecido por "Capitão", destaca o percurso do plantio até chegar à farinha propriamente feita. O primeiro passo é preparar a terra, cortar as manaíbas do tamanho de um palmo e colocar na cova, de 2 em 2, com os olhos da manaíbas para cima.

O tempo de duração para a retirada da mandioca é de 6 a 10 meses. Após esse tempo, começa a colheita da mandioca. Em seguida, raspa -se e passa em um moinho e, logo após, coloca-se em uma prensa até sair toda a goma. Ela ficará farofada, após este processo, a farofa da mandioca deve ser peneirada e retirada a crueira, o que sobrar coloca-se em um forno quente, assim ela irá se transformar em farinha mole. Põe-se mais uma vez

no forno mais aquecido e ela irá secar.

Depois se peneira



novamente e a farinha estará pronta e fina.

A farinha produzida no quilombo de Pitanga de Palmares é feita pela família de "Capitão" e alguns amigos. Durante este processo, existe um costume de contar histórias antigas, como lendas e história de alguns antepassados. Nesse momento, servem-se também bebidas quentes, como Pitu, 51 e se servem também alguns petiscos, como carne seca que é acompanhada da própria farinha produzida na casa de farinha.

No final da produção, há uma repartição da farinha com os amigos.



Observa-se que há uma grande diferencial nos modos de produção da farinha artesanal para os moldes industriais. Uma vez que, na larga escala, nas indústrias, são utilizadas diversas máquinas com altas

tecnologias, como: auxílio de tratores, caminhões para o transporte da mandioca, filtro prensa automatizado de alta capacidade e produtividade, sistema automático de alimentação de lenha com Biogás, fornos automatizados para garantir padronização e qualidade do produto e empacotamento.

Outra extração presente no quilombo de Pitanga de Palmares é a pesca que se desenvolve para diversos fins: subsistência, fonte de renda e recreação. São pescados diversos tipos de peixes, tais como: traíra, tilápia, pescada branca,

tucunaré, CD, piaba, piau e carpa. Nessas pescas, são usados barcos de pequeno porte, anzol e rede de pesca, tudo feito de forma artesanal. Daí a importância de fazer a extração desses recursos de maneira sustentável, a fim de sempre preservar para gerações futuras a tradição agrícola que, para além de gerar a fonte de renda, sustenta e alimenta a alma da tradição afrodescendente.

RETRATO DA EDUCAÇÃO FORMAL NAS ÁREAS REMANESCENTES

por Keliane dos Santos, Ketiane dos Santos, Deysiane do Nascimento

É lamentável a importância que os poderes públicos dão ao nosso bem maior: a educação. Após uma pesquisa nas comunidades remanescentes da cidade de Simões Filho, observou-se que o índice de escolaridade dos moradores, de modo



geral, é muito baixo, principalmente na comunidade de Rio dos Macacos, pois, além das pessoas serem muito humildes,

encontram muita dificuldade para dar prosseguimento nos estudos, pois, na

comunidade, não há escolas públicas, nem particulares. Logo, os poucos guerreiros e guerreiras se deslocam para bairros bem distantes.

Desta forma, para que eles possam estudar, eles se locomovem de lá do Rio dos Macacos para o Centro de Simões Filho, Aratu,



Ilha de São João. Vista essa dificuldade, a maioria das pessoas não tem nem sequer

concluído o ensino fundamental, tanto pela falta de escola na comunidade, quanto pela dificuldade de acesso aos micro-ônibus e escolares.

Então, com a palavra os poderes públicos que não olhem apenas para os bairros no período eleitoral, uma vez que os moradores são cidadãos contribuintes e merecem o mesmo direito e respeito que todos nós seres humanos temos. Atenção, políticos!!! Os remanescentes quilombolas também os elegeram, não foram só as pessoas do Centro, porém todas as pessoas da cidade, tanto as de perto, quanto as de longe.

As gerações mais novas estão buscando a melhoria na escolarização a fim de mudar de vida, visto que, se depender dos políticos, nunca vão ter um estudo e, conseqüentemente, um futuro melhor. Essa visita não foi apenas um passeio, mas

sim, uma maneira de olhar o outro lado das pessoas, já que elas não estudam não é porque não querem, na verdade, não têm muito acesso às escolas.



O caso crítico é realmente na comunidade de Rio dos Macacos; nas demais comunidades quilombolas, existe, ao menos, uma escola pública.

A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO EM PALMARES



por Laina Monteiro, Rafaelle Lima e ibelle Reis

A violência em Palmares tem aumentado muito nos últimos meses por falta de policiamento na comunidade. Esse bairro é muito movimentado, uma vez que é cortado pela BA 093; conseqüentemente, como resultado da urbanização desordenada e descaso dos poderes públicos, a violência impera na comunidade. Os frequentes ataques acontecem por rivalidades entre facções criminosas as quais querem comandar o bairro e acabam entrando em confronto com outros grupos, assustando os moradores. Devido a esse fato, as pessoas têm muito medo de sair à noite, por conta dos frequentes assaltos e outros tipos de violência urbana, apesar de existir um módulo policial no bairro. Contudo, o policiamento em Palmares é muito fraco e

acaba dando várias oportunidades para a criminalidade em nossa comunidade.

Outro ponto a ser discutido é a discriminação que acontece muito em Palmares. Às vezes, ainda vem acompanhada de agressões, outras vezes não, mas sempre existe. Na maioria das vezes, acontece com mulheres que se prostituem vendendo seu corpo na rodovia. É válido explicar que existem duas rodovias importantes nas proximidades do bairro, a BR 324 e a BA 093, o que, de certa forma, facilita a entrada de pessoas estranhas e perigosas que se relacionam com as mulheres que se prostituem. Por sua vez, essas mulheres sofrem com o preconceito da comunidade e, muitas vezes, são vítimas dos seus próprios atos.



PERDA DA TRADIÇÃO QUILOMBOLA

por Milena Santos, Larissa Silva, Ângela Mercês e Cassiane de Jesus

O povo quilombola é um povo alegre que gosta de música e de festa. O canto está sempre presente em seu cotidiano e nas festas. Entre eles há um grande número de cantores e compositores que relatam, em suas músicas, a vida, a luta e a esperança de seu povo.

As chamadas festas tradicionais são resultado de muitas influências: negra, indígena e católica. Hoje manter viva essas tradições e os costumes é bem difícil, por causa da chegada da modernidade que trouxe celulares, televisão, motos, dificultando o interesse das nossas pelas tradições, como a roda de samba.

A modernidade mudou muito a valorização da tradição. Com isso, as pessoas vão mudando e deixando essas

tradições para trás e, cada dia, vão perdendo o seu valor

As comunidades pesquisadas ainda conseguem manter alguns costumes de seus antepassados, entre eles está a prática do uso das plantas medicinais como uma alternativa para curas e tratamento de suas enfermidades.

No entanto, hoje com a crescente modernidade e o avanço desenfreado da tecnologia, surgiram medicamentos e, conseqüentemente, inúmeras farmácias, levando, portanto, as pessoas a optarem, cada vez mais, pela facilidade de encontrar medicamento, levando-as ao esquecimento do poder das nossas ervas medicinais, como capim santo, sabugueiro, arruda, boldo, erva doce, romã, folha de boldo, folha de pitanga, entre outras.

Doença: Sarampo

Erva: Sabugueiro

Ingredientes: 1 colher de sopa de flor seca de Sabugueiro; 1 xícara de água

Modo de fazer:

1- Misturar as flores secas de Sabugueiro em uma porção de uma xícara de água fervente

Doenças: Febre, Dor no estômago e Hipertensão

Erva: Folha de pitanga

Ingredientes: 3 colheres de folha de pitanga e um litro de água

Modo de fazer: Ferva um litro de água com a folha de pitanga junto.

Quando a água estiver fervendo desligue e deixe o chá abafado por cerca de 10 minutos.

Ingredientes: 1 xícara de água;

1 colher de chá de folha de boldo picado

AS BENZEDEIRAS

por Lucas da Conceição e Bruno da Silva

Outra tradição pouco lembrada é das benzeadeiras. Segue uma entrevista

com uma senhora da comunidade de Pitanga de Palmares.



<p>01. Quem ensinou a senhora essas rezas?</p> <p>Meu Pai.</p> <p>02. Com quantos anos a senhora começou a fazer esse trabalho?</p> <p>Aos 15 anos.</p> <p>03. Já recebeu algum dinheiro por isso?</p> <p>Não.</p> <p>04. Essas rezas têm alguma coisa a ver com a cultura do Candomblé?</p> <p>Não, são diferentes das rezas do Candomblé.</p> <p>05. Quais são as folhas que são utilizadas na reza? Vassourinha, Abre Guiné e Abre</p>	<p>06. Ensina para a gente como que reza para tirar o olhado de alguém.</p> <p>Primeiro se benze, depois diz assim: Fulano, o que é que tu tens? Olhado quebrante. Com dois te botaram, com três eu te tiro. Se te botaram olhado se é de bonito, se é de feio, se é de gordo, se é de magro, aí você fala tudo, viu? E depois você oferece. Ofereça essa reza a algum santo que você mais tem fé e aí reza o Pai nosso com a Ave Maria por cima. Aí puxa as folhas por cima da</p>
---	---

O DESCARTE DOS RESÍDUOS NAS COMUNIDADES DE PITANGA DE PALMARES

por Marília Bomfim, Samile Santana, Luis Felipe de Souza e Andressa Santos

A comunidade de Pitanga de Palmares apresenta um grave problema com o descarte indevido de resíduos em áreas de lazer, em ruas, etc.. Porém, observam-se algumas atitudes individuais na tentativa de amenizar essa situação.

Existe um processo de reciclagem desenvolvido por um senhor da localidade, em que ele coleta os lixos para depois reciclá-los. Este é um trabalho individual provido pelo Sr. José, conhecido por *Chibuca*, que pouco tem ajuda da

comunidade. Percebemos, ao percorrer pela localidade, muitos resíduos nas ruas por falta de container. As pessoas improvisam, mas não é o suficiente. Em alguns pontos, existe uma porção de lixo de variados tipos, a exemplo de uma área próxima ao centro do bairro.

Ir à barragem, já não é tão aprazível, pois o local que era para ser de lazer com responsabilidade, infelizmente, tornou-se um depósito de lixo. As pessoas acabam deixando diversos tipos de lixos no

local, que é de difícil acesso para retirá-lo, os trabalhadores da prefeitura não passam com frequência nesse ponto, assim o acúmulo desses resíduos tem como consequência o prejuízo da paisagem dessa área de lazer e proliferações de diversas doenças, tais como: cólera, febre tifoide, verminose, dengue, etc., pois esse lixo acaba atraindo vários transmissores de doenças como mosca, mosquito, ratos, baratas, etc.

A reciclagem é uma solução muito boa para o mundo, entretanto, infelizmente, ela é ainda pouco usada. Veja alguns benefícios: transforma os materiais usados em produtos novos ou podem ser reutilizados na cadeia do consumo, sem a necessidade de extrair novos recursos materiais da natureza. E, também, quando se trata de uma prevenção ambiental, serve para reprodução do lixo gerado pelo

ser humano, ajudando a combater a poluição.

O acúmulo de lixo, em um local, produz um resíduo chamado chorume que vai afetando os lençóis freáticos. Esse acúmulo entope os bueiros que é um grande causador da enchente.

Uma coisa muito importante a ser dita é a conscientização da necessidade de se implementar a coleta seletiva doméstica. Se os indivíduos adquirirem esse hábito diário, vai ver o lixo de outra forma e vai se conscientizar e conscientizar os outros também. A coleta seletiva é o primeiro passo para que os lixos sejam devidamente encaminhados para a reciclagem.

Os poderes públicos também têm que fazer mais ações em prol da sustentabilidade. Devem colocar *container* em pontos de fácil acesso para os moradores e fazer campanhas incentivando o descarte apropriado do lixo.





A IMPORTÂNCIA DA MULHER QUILOMBOLA ONTEM E HOJE

por Gabriele Oliveira, Igor, Eliane, Aline Lopes e Aline Santos

Falar em quilombo é falar, principalmente, de força. Essas organizações eram tão importantes, que passavam a estabelecer relações com a cidade grande. As comunidades produziam e comercializavam artesanatos locais, além de práticas como a caça e a agricultura. Muitas dessas atividades eram praticadas por mulheres que desempenhavam um papel muito importante nos quilombos e vale a pena lembrá-las.

Tratando-se do Quilombo dos Palmares, é importante recordarmos não apenas de Zumbi dos Palmares, que foi o grande líder do local, mas também de sua esposa Dandara, e também de Aquatune,

ambas habitantes de lá. Essas mulheres exerceram um papel protagonista na luta quilombola contra o regime de escravidão, guerreando contra os fazendeiros que descobriam e invadiam o local, chegando, até mesmo, a se suicidarem para não morrerem nas condições de escravas.

Os exemplos de coragem não param por aí! Personalidades como Anastácia, Tereza de Benguela, Zeferina e Maria Felipa de Oliveira; também foram importantes "matriarcas" que guerrearam contra a violência física e sexual sofridas naquele período e, ao mesmo tempo, protegeram bravamente os seus "irmãos de pele".

Os quilombos não eram apenas um local para refugiados ou sem teto, mais do que isso, era também uma comunidade organizada. Essa comunidade, por sua vez, abrigava mulheres guerreiras, corajosas e valentes que não aceitavam morrer como escravas e lutavam fortemente para fugir dessas condições. Elas foram as rainhas quilombolas!

No contexto do cotidiano das mulheres das áreas remanescentes de quilombo, em Simões Filho, as mulheres agigantam-se na proteção e trabalho das referidas comunidades. As mulheres do Quilombo do Dandá têm muito valor, pois lá cada uma tem sua tarefa diária. Além das suas atividades domésticas, fazem artesanatos, produtos de limpeza para venda e consumo; algumas têm a sua própria roça e cultivam as hortaliças, verduras e frutas para vender.

Já no Quilombo Rio dos Macacos, as mulheres enfrentam mais dificuldades, porque sofrem com a falta de água potável. Elas saem para carregar água do poço para fazer as suas reservas para beber, também reutilizam água da chuva para o “gasto”. Ademais, reutilizam as sobras de óleo de comida para produção de sabão para o

próprio consumo. Elas enfrentam muita dificuldade com relação ao atendimento público, uma vez que lá não há nenhuma unidade de atendimento emergencial e várias pessoas já faleceram por conta disso. Mulheres já pariram em plena mata, devido a não ter tido tempo suficiente para ir ao posto de saúde.

No Quilombo Pitanga de Palmares, apesar da deficiência na educação básica e superior, a consciência dos moradores garante a conquista da terra, mesmo com as interferências externas e modificações ao longo dos anos.

Conclui-se, que, há muito tempo, essas mulheres, apesar do pouco destaque na literatura sobre o tema, representam a força da comunidade. No passado, elas não tinham muita visibilidade em seu trabalho, haja vista que o único trabalho que era valorizado era o dos homens; porém, aos



poucos, essa história vem sendo reescrita, dando a notoriedade necessária à mulher.



A DIVERSIDADE RELIGIOSA EM TERRITÓRIOS AFRODESCENDENTES

por Marcos Roberto Peixoto, Mariely Lima, Inaiomara da Gama, Beatriz Apóstolo, Jeane Laranjeira e Samara de Santana

A comunidade quilombola é uma comunidade formada por diversas religiões, mas a grande maioria se declara de religião de matriz africana. Baseado nesses



conhecimentos e considerando as suas origens e história local, algumas pessoas que residem na região insistem em negar tais informações quando apresentam sua origem.

De acordo com informações adquiridas por moradores da região de Simões Filho, atualmente eles enfrentam uma “crise”, pois o seu objetivo maior é conquistar as suas terras. Mas, para que

essa vitória aconteça, é necessário que os próprios moradores assumam as suas origens que vai desde a religião, até outros aspectos da cultura africana. Aqueles que se declaram quilombolas carregam no peito o orgulho de terem como característica maior a sua religião de costume africano, o candomblé.

Porém, como sabemos, essa característica nunca foi bem vista por uma totalidade de pessoas, até mesmo por aqueles que lá residem, sobretudo, por pessoas que se declaram quilombolas, mas se assumem cristãs católicas ou protestantes. Diante dessa diversidade, podemos perceber que o quilombola já não pratica seus costumes ou os segue como deveria, seja porque aqueles que professam outra fé não aceitam a cultura afrodescendente, ou por preconceito que, na maioria das vezes, está acima do que realmente importa.

ARTESANATO

por Jamile da Conceição, Giovana Barros e Vitor Jesus

As comunidades quilombolas caracterizam-se pelo trabalho manual como artesanato. No entanto, o artesanato na comunidade quilombola de Pitanga de Palmares ressurgiu através de um projeto chamado Renascer, com apoio de

Desta forma, apesar de ter como a religião oficial o candomblé, a comunidade quilombola cedeu espaço para outros



determinados segmentos religiosos. Todavia, aqueles que carregam no sangue o quilombo, não se intimidam ao falar da sua comunidade e se sentem prestigiados por fazerem parte desse tesouro.

empresas como a Braskem, que patrocinou a formação.

O artesanato é uma cultura quilombola que veio dos antepassados e ainda está presente na comunidade. Para fazer esse tipo de artesanato, é utilizada a piaçava

que se encontra em uma comunidade quilombola vizinha; a palha da costa, que não se encontra nas comunidades quilombolas, encontra-se em Salvador, em uma feira conhecida como feira de São Joaquim. Essa oficina veio com o objetivo de ensinar a fazer esses artesanatos, como: bolsas, brinquedos, fruteiras e entre outros,

Esse tipo da oficina é gerenciado por mulheres artesãs, para conseguir uma renda extra. Este grupo de artesã se reúne e faz uma feira de exposição nos quilombos próximos para vender. As artesãs produzem esses artesanatos com muito amor e dedicação e



como
pode se

usam suas técnicas para criar verdadeiras
obras de arte que é artesanato.

verificar nas fotos.

QUAL O FUTURO DAS NOSSAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL X ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS

Por Larissa Gomes e Camila Santos

Alimentação saudável

> Cenoura, mamão, abóbora

° Vitamina A

Característica funcional: essenciais para a visão e estimula o sistema imunológico.

> Amendoim, soja, carne.

° Vitamina E

Característica funcional: efeito protetor as doenças do coração.

> Laranja, limão, maracujá

° Vitamina C

Característica funcional: efeito protetor para o câncer de estômago e auxilia na

> Feijão, vegetais, folhas verde escuras

° Ácido fólico

Característica funcional: êxito protetor de defeitos neurais na formação do feto.

> Azeite de Oliva

° Ácidos graxos monoin - saturados

Característica funcional: efeito sobre o câncer de mama e de próstata.

> Peixe de água fria

° Ômega 3

Efeito protetor em relação às doenças do coração.



absorção do ferro.

> Leite integral, manteiga, gema de ovo

° Vitamina D

Função: formação e desenvolvimento de ossos e dentes.

> Carne em geral, cereais integrais, fígado, brócolis, couve, espinafre, batata, abacate e outras hortaliças e frutas.

° Vitaminas do complexo B

Função: funcionamento do sistema nervoso metabolismo dos nutrientes e produção de células do sangue (Hemácias).

Alimentação não saudáveis

> Salgadinhos: contém gorduras totais de 7,2g

Gordura saturada 3,0g

Há muitas gorduras, sódio (substância presente no sal de cozinha e conservantes). Para ter uma ideia, em 100g de alguns produtos, é possível encontrar mais que a metade do sal que podemos ingerir por dia.

Doenças que pode causar

° Diabetes

° Colesterol

° Excesso de peso

° Hipertensão

Alternativa saudável: A pipoca preparada na panela com óleo vegetal fresco é uma opção muito melhor para a saúde. É claro, não exagerar no sal.

> Refrigerante: contém açúcares 39g = 156%

Valor energético - 8%

Há muito açúcar, refrigerante pode aumentar o risco de ataque cardíaco e osteoporose. É um veneno para a nossa saúde

Doenças que pode causar:

° Ataques cardíacos

° Síndrome metabólica

° Hepática gordurosa

° Obesidade

° Câncer de intestino.

> Biscoito recheado: ao alto teor de carboidrato e sódio. Pode provocar sensação de inchaço de alto teor de

gordura trans. A quantidade dessa gordura pode aumentar o colesterol.

Doenças que pode causar

- ° Diabetes
- ° Colesterol
- ° Câncer de intestino
- ° Inchaço

Alternativa saudável: biscoito integral

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS REMANESCENTES DE QUILOMBO

por Layra Rodrigues e Vitória Costa

As Políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidas pelo Estado para garantir e colocar, em prática, os direitos que são previstos na Constituição Federal, para garantir o bem-estar da população.

"Muitos nativos e africanos se mataram para não se submeterem à exploração colonial escravista. Esses episódios, durante muito tempo, não foram revelados pela historiografia. Somente com o avanço dos estudos sobre quilombismo, é que começou a remuneração das histórias e resistência e afirmação identitária de nações indígenas e africanas, desmantelados pela opressão do sistema colonial como meio de destruir laços civis e pertences culturais e simbólicos, a fim de tentar enfraquecer a resistência e a articulação política desses

povos." - diz a historiadora Laura Oliveira Carneiro de Souza, mestre em História Social da Cultura.

A Fundação Cultural Palmares é o órgão responsável pela identificação, reconhecimento e titulação das Comunidades Quilombolas que se reconhecem como herdeiras de quilombos históricas. Há leis e remunerações para comunidades que se reconhecem quilombolas. Essas comunidades remanescentes de quilombo, em todo o Brasil, vivem uma situação de desigualdade socioeconômica por privação de direitos que são assegurados pela Constituição

O conceito de políticas públicas pode possuir dois sentidos diferentes. No sentido político, encarava-se a política pública como um processo de decisão, em que há, naturalmente, conflitos de interesses. Por meio das políticas públicas, o governo decide o que fazer ou não fazer. O segundo sentido se dá do ponto de vista administrativo. As políticas públicas são um conjunto de projetos, programas e atividades



A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA

por Paulo Santo, Genilson Silva, Kennedy de Araújo, Átila Santos e Washigton Luiz Reis

A água é importante para todos, não só para uma, mas para todas as comunidades. No quilombo do Rio dos Macacos, pode-se observar que não há água encanada. Apesar de haver uma represa de água doce logo ali perto, essa água não chega até o quilombo, pois é utilizada para abastecer empresas e indústrias.

Os cidadãos da comunidade usam a água do minador que só mina com abundância quando chove. É utilizada para beber, tomar banho e lavar a louça. Essa é a única fonte confiável para consumo, não há relatos de doença transmitida nessa água.

realizadas pelo governo. Mas, como são planejadas e executadas as políticas públicas? Essas políticas públicas se aplicam no meio do seu bairro ou em alguma comunidade quilombola da sua cidade? É importante saber que o conceito de público, hoje em dia, não quer dizer somente gestão governamental, porém o interesse público que permeia o estado e o governo, a iniciativa privada e as diversas organizações da sociedade.

As demais fontes não são confiáveis para consumo, utiliza-se para o “gasto”.

Os moradores utilizam uma bica para colher a água da chuva, que, por sua vez, abastece o tanque de 1mil litros de algumas casas. Essa água é empregada apenas para lavar roupa e tomar banho, não é recomendada para se beber.



A água geralmente usada para beber é a água do minador, que é armazenada em garrafas e, até mesmo, em galões. Os quilombolas dependem de diversas fontes de água para se manter hidratados. Muitas vezes, elas têm que percorrer um caminho longo para obter a água da barragem, que é a única que ajuda em tempos secos, ou seja, tempos sem

chuva. E esse papel de carregar a água destina-se às mulheres na comunidade de Rio dos Macacos.

De acordo com alguns quilombolas, essa situação está insustentável, por isso eles estão dispostos a tomar medidas mais drásticas para que haja água encanada em sua comunidade.

SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PITANGA DE PALMARES

por Gean Carlos da Silva, Micael Moura, Wellington Gabriel dos Santos

Sustentabilidade é um tema pouco discutido na comunidade quilombola de Pitanga de Palmares. A instalação de uma colônia penal nessa comunidade proporcionou um impacto ambiental significativo no local em que ela situa. Evidentemente, com excesso de esgoto nos reservatórios do presídio, um cano acabou rompendo e, infelizmente, contaminando uma área de mais de cem metros.

Também, em algumas partes desse bairro, tem a presença de gasodutos instalados por empresas associada ao Pólo industrial de Camaçari. Houve relatos de vazamentos de gás nesses locais, o que, consequentemente, desencadeou mais um impacto ambiental e um grande susto para a população quilombola.

Como essa comunidade se localiza muito próximo a esse parque industrial,

sua flora acaba sofrendo danos que somente olhares bem minuciosos podem perceber (como a diferença das colorações das plantas). Além disso, há a devastadora chuva ácida, proporcionada pela emissão de gases poluentes dessa área industrial. Indivíduos dessa comunidade também se comportam de maneira contraditória ao comportamento autossustentável. Eles não possuem uma educação ambiental, por isso causam danos ao meio ambiente.

A queima de folhas secas, como também a queima de lixo, com a finalidade de limpar uma determinada área, é muito constante naquele lugar. A cultura de criar pássaros presos para que possam ouvir seus cantos é predominante e o descarte irregular de plástico, altamente descontrolado.

Enquanto nessa comunidade não houver uma educação ambiental, o ritmo

seguirá da mesma forma ou pior. Deve haver uma conscientização dos moradores;

para isso, é preciso executar palestras elucidativas sobre o tema.



A QUEIMA DE TERRA NOS QUILOMBOS



por Marcele Santana, Douglas dos Santos, Bianca Souza e Quésia dos Santos

A queima de resíduos sólidos como: papéis, plásticos, madeiras, etc. ainda é muito praticada pelos moradores dos quilombos, principalmente no quilombo Rio dos Macacos; já em outros quilombos, como: Dandá, Palmares, Caipora, eles reciclam alguns resíduos.

Essas queimadas servem para a limpeza e preparo do solo para fazer plantação. Muitas vezes, essa queima é feita de maneira errada, causando danos ao solo e isso traz uma série de prejuízos, afetando a natureza, o ar e as pessoas. Por conta da fumaça que elimina o gás carbono, as pessoas ficam doentes, principalmente as que têm rinite alérgica, asma, etc.

A queimada é a última alternativa para a limpeza da área, pois elimina os restos vegetais precursores na formação da matéria orgânica do solo. Os quilombolas usam uma área específica para essa queimada, visto que, se for feita em locais inapropriados, pode acabar danificando casas e plantações.

Segundo o site bahianalupa.com.br, os militares da Marinha exigem o controle de queimadas para poder combater os incêndios florestais. “Os quilombolas empregam métodos arcaicos de plantio, realizando queimadas, e nós sempre tínhamos que ir lá apagar o fogo”, comentou um militar da Marinha.



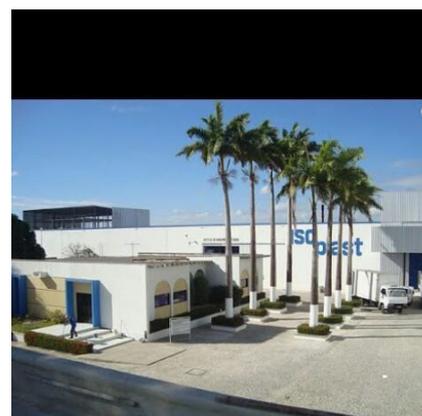
O IMPACTO DA PRESENÇA DE EMPRESAS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Por Érica de Souza, Liane Oliveira, Telmara Ramos

Um dos assuntos menos abordados ultimamente é o impacto que as empresas têm causado nas áreas de remanescentes quilombolas, os quais estão localizados no município de Simões Filho, porque tem afetado muito essas populações, como por exemplo, as empresas Naturalle, Iso Plast, FIT e YPÊ.

A empresa Naturalle, responsável pelo tratamento de resíduos, tinha como idealização a construção de um aterro sanitário nas comunidades do Dandá, o qual objetivava a promessa de melhoria da qualidade de vida das pessoas dessas comunidades. Porém, essa obra não traria tantos benefícios assim. Representantes do movimento Nossas Águas, Nossa Terra, Nossa Gente se reuniram em uma luta de 13 meses contra a instalação do aterro

sanitário, uma vez que iria trazer um alto teor de poluição à



comunidade, além de prever o desmatamento de quase 12 hectares da mata atlântica. Mas, depois de tanta luta, o pedido foi negado pelo INEMA.

A empresa Iso Plast, responsável pela fabricação de plástico e isopo, localizada na comunidade quilombola Rio dos Macacos em Simões Filho, de acordo com moradores, não respeita às legislações trabalhistas, pois tem uma jornada de trabalho pesada. Além de não fazer o descarte do lixo de forma adequada, possui

um alto teor de poluição, liberando uma fumaça na produção de plástico e isopor, gerando, desse modo, poluição do ar e trazendo doenças respiratórias para a população.

E a história continua. Assim como a empresa Iso Plast, muitas outras indústrias se instalam em áreas remanescentes quilombolas. Por exemplo, a empresa FIT, que está localizada em Pitanga de Palmares, cujo trabalho é inspecionar caminhões. Para isso ela usa materiais químicos, como: amônia, álcool, gasolina e outros gases tóxicos. E, o pior de tudo, é que não utilizam o descarte adequado desses resíduos que são jogados nas mediações da comunidade, trazendo consequências drásticas para o meio ambiente: poluição, desastres ambientais e muita fumaça tóxica liberada pelas máquinas.

Outro exemplo de indústria é YPÊ, que é responsável pela produção de

materiais de limpeza, também localizada em Simões Filho, incide nos mesmos aspectos encontrados nas anteriores empresas, como o descarte indevido dos produtos químicos e embalagens, produtos químicos tóxicos que são jogados no mar ou rios sem nenhuma responsabilidade com o meio ambiente, gerando doenças, poluição além da fumaça liberada pelas máquinas entre outros.

Essas empresas citadas, muitas vezes, dizem beneficiar a população, mas, geralmente, não é isso que acontece. As devidas indústrias procuram esses lugares de remanescentes quilombolas por serem espaços afastados da fiscalização, possibilidade de mão de obra barata, preço baixo dos hectares e, conseqüentemente, redução e\ou isenção fiscal entre outros problemas causados pela falta de consciência humana.



CURIOSIDADES

por Shirlei Sacramento e Raquel Emile dos Santos

Quilombo dos Palmares

O Quilombo dos Palmares foi um importante quilombo do período colonial da história do Brasil

Você sabia?

O Quilombo dos Palmares surgiu e se desenvolveu na antiga capitania de Pernambuco

Quando e como se formou o Quilombo dos Palmares:

Conheceu seu auge na segunda metade do século XVII, constituindo -se no mais emblemático dos quilombos formados no período colonial. Foi na região da Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco, que Ganga Zumba e outros escravos fugidos formaram o Quilombo dos Palmares.

Você sabia?

Borogodó

Você sabia?

A palavra Borogodó é de origem indígena.

O termo Borogodó é um regionalismo do Brasil de uso informal atrativo, como no exemplo: “Com todo esse Borogodó, ele está rodeado de mulheres”.

Quer dizer, ainda, afeto, carinho.

Você sabia?

Os moradores do Quilombo Caipora não reconhecem o nome de Borogodó para o chamamento da comunidade.

Referências:

<https://www.dicionarioinformal.com.br>>

<https://www.revistaforum.com.br>>amp

<https://www.todamateria.com.br>>ZUMBI

www.dicio.com.br/danda-2

<https://www.dicionarioinformal.com.br>>

Você sabia?

O Quilombo Rio dos Macacos se localiza a cerca de 30km da cidade de Salvador e, desde a década de 1970, sofre com a instalação de uma base Militar da Marinha, além de uma barragem e uma vila de casa para os militares. A partir desse momento, a comunidade resolve se organizar e lutar pelos seus direitos

Você sabia?

Que uma parte desta luta dos Quilombos Rios dos Macacos é narrada pelos próprios moradores em um documentário do jornalista Josias Pires?

A narrativa é simples e linear e se utiliza de entrevista com moradores (especialmente os mais velhos que contam a história do território), reportagens de TV, imagens feitas pelos quilombos que acompanham a rotina e dificuldades diárias, além dos eventos e atividades fora da comunidade, como manifestações e audiências importantes para o reconhecimento da área como um quilombo.

bém era usada para

al das Ciperáceas.

num a várias ervas frequentes em de bainha fechada, s compridos e quenas espigas e

REFLEXÃO

por Yasmin Peixinho

Estamos em pleno século 21, no ano de 2018, e ainda sofremos com um grande problema Mundial que poderia ser resolvido com uma coisa muito simples: educação.

O percentual de jovens e adolescentes que pensam em suicídio por conta do racismo e de preconceitos nas escolas é enorme. Isso poderia ser resolvido, há muito tempo, se as pessoas tivessem uma conscientização (fundamentação) melhor sobre o assunto. Os dados apontam que muitos não têm interesse sobre o assunto, o que nos causou uma certa curiosidade em descobrir o que ocorria no nosso colégio. Então, decidimos fazer uma pequena pesquisa dentro de nossa instituição escolar e percebemos que muitos jovens tiveram receio de comentar se já tinham sofrido algum tipo de preconceito, inclusive um dos nossos entrevistadores perguntou a um aluno o motivo dele ter tanto medo de falar sobre, e ele respondeu que tinha medo de sofrer chacotas se ele falasse. Daí verificamos que não é uma brincadeira, mas sim, agressão.

Houve uma aluna que quis comentar sobre o que ela sentia e o que tinha acontecido com

ela:

“Estudo, neste colégio, há anos e, todo dia de manhã, bate uma tristeza, um desânimo, o medo do que irá acontecer quando eu chegar na escola. Tenho medo de ouvir quais serão as próximas brincadeiras que eles vão fazer comigo. Se eu pudesse sumir para fazer tudo isso parar, eu sumiria”

A partir desse depoimento, vimos que, mesmo não nos dando conta do agravo, ainda ocorre muito bullying, preconceito e racismo na escola. Além disso, vimos que ainda não é suficiente o ensinamento que recebemos sobre este assunto, temos que ensinar e educar os alunos a não se portar desta maneira com o próximo.

Necessitamos nos educar e abrir nossos olhos para perceber que alguém ao lado está passando por um momento difícil e que está precisando de ajuda. Não devemos ficar quietos, pois suicídio é algo

sério, logo precisamos ajudar e orientar as pessoas sobre o assunto.

É por isso que hoje estamos aqui para lhe dizer algo importante. Não sei se você passa por essas coisas, mas nós queremos que você saiba de uma coisa:

EU ESTOU COM VOCÊ!

E se você conhece alguém que passa por essas situações ou se você passa por essas coisas, procure ajuda.

Procure o CVV (Centro de Valorização à Vida), ligue 188 e peça ajuda!

ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Por 3V6

Esta é uma pesquisa estatística quantitativa – uma variável discreta –, feita pelo 3º ano, turma V6 (vespertino) do Colégio Manoel de Jesus. Com o tema “Quilombolas e o Manoel de Jesus”, fizemos este trabalho com o objetivo de descobrir a quantidade de alunos que residem em regiões de quilombos. Foram feitas seis questões para um total de 123 alunos entrevistados, que corresponde a amostra da investigação. A população analisada corresponde ao total de alunos matriculados no turno vespertino no Colégio Estadual Manoel de Jesus, localizado no Município de Simões Filho.

O intuito é trazer a pesquisa como parte da revista – projeto da II unidade. O tema da revista é Quilombos: a forma como os quilombolas vivem, como se alimentam, o ambiente em que se localizam – principalmente determinados quilombos

ao redor de Simões Filho –, quais religiões são predominantes nesses locais, etc.

O estudo procura unir o tema junto a realidade escolar e conhecer mais sobre como as comunidades quilombolas estão presentes na realidade dos alunos. Sabendo que o colégio possui, em maior quantidade, alunos negros, muitos que sofreram ou sofrem racismo – ainda que não tão claro, como por exemplo, o racismo institucional, é extremamente necessário que sejam discutidos temas ligados as suas origens. Quilombos são conhecidos historicamente por se constituírem em locais de refúgio dos escravos africanos e afrodescendentes em todo o continente americano, inclusive no Brasil –, locais que, ainda assim, sofrem muito preconceito, até mesmo, por pessoas negras.

Desta maneira, fica claro como o racismo está impregnado em nossa sociedade e como temos que nos livrar desses estigmas sociais e lutar para que possamos conviver

em ambientes onde locais como estes, que fazem parte da história de luta e resistência negra no país, não sejam marginalizados ou que se tornem invisíveis.

DADOS COLETADOS

1. Você se considera negro(a)?



Ao perguntarmos aos alunos se eles se consideram negros, a grande maioria disse se considerar negro, 116 alunos – cerca de 94% -, e 7 desses alunos afirmaram não se considerar negros, o que equivale a 6% dos entrevistados.

2. Você sabe o que é um quilombo?



Sabendo que a realidade de um quilombo não é favorável para aqueles que residem,

- por se tratar de áreas rurais que ainda que sejam protegidas, não possuem políticas públicas ou projetos que busquem ajudar a melhorar a realidade e o ambiente em que vivem -, perguntamos se os alunos têm o conhecimento sobre as regiões quilombolas. Cerca de 65% dizem saber – um total de 80 alunos -, e 35% dizem que não sabem – 43 alunos.

3. Alunos que residem em um quilombo:



Perguntamos aos alunos, com o objetivo de tentar estimar o número dos que vivem em quilombos, cerca de 16% - 20 alunos – dizem que sim, e 84% - 103 alunos – dizem que não. Ainda que existam poucos estudantes do colégio que residem nestes locais, é importante saber que vários vivem

em quilombos e é bom que possamos discutir e tratar desse assunto, porque faz parte da realidade deles.

4. Você se considera quilombola?



Atualmente existem diversas camadas de preconceito contra a região quilombola, seja por causa dos olhares preconceituosos voltados para a região ou por seus costumes que englobam desde a religião até o espaço musical e área rural onde vivem. Foi perguntado se os alunos se consideravam quilombolas, 6% disseram que sim e 94% afirmam que não se consideram quilombolas. Na questão anterior, observa-se que cerca de 20 alunos do colégio vivem em quilombos. Nesta questão, apenas 7 estudantes se consideram quilombolas. É possível observar que, até mesmo, as pessoas que residem em quilombos não se consideram quilombolas, o que gera certo desconforto para aqueles que assumem suas origens.

5 -Você já sofreu alguma forma de preconceito?



Como já citado, o quilombo é uma região que sofre diversos preconceitos – boa parte deles ligados ao fato de que quilombos são áreas historicamente ligadas à resistência do povo negro à escravidão. Para confirmar ou obter mais informações sobre essas questões de como é ser quilombola na visão alheia, perguntamos se eles já sofreram algum tipo de preconceito, 62% negam ter passado por determinada situação.

6. Gostariam de morar em algum quilombo?



Obs. 20 já moram em quilombos.

Na última questão, depois de toda informação coletada, perguntamos se eles gostariam de morar em algum quilombo.

20 deles já residem nestas áreas, 88% não gostariam de viver nessas regiões e 12% deles afirmam que gostariam de morar nesses locais. Esta pesquisa, diferente das outras, foi feita apenas com as pessoas que afirmam não morar em quilombos. Não buscou questionar o porquê dessa grande maioria rejeitar a ideia de morar nessas áreas.

CONCLUSÃO

De acordo com o estudo – que foi feita com um total de 123 alunos do turno vespertino – a grande maioria se considera

negra, cerca de 86%, mas apenas 16% vivem em quilombos e número menor ainda se considera quilombola: 6%.

Na investigação, observamos também que ainda que 86% dos estudantes se considerem negros, muitos ainda possuem uma visão marginalizada e preconceituosa sobre as comunidades quilombolas, já que boa parte diz não querer viver em quilombos. Daqueles que residem nesses locais, grande parte não se considera quilombola – 20 alunos vivem em quilombos e apenas 6 se consideram quilombolas.

APÊNDICE B: PLANOS DE AULA

Plano de Aula 1 – Sala de Aula Invertida

Tema: Patrimônio Histórico Local – Simões Filho

Público-alvo: 2º Ano Ensino Médio

Duração: 3 a 4 aulas de 50 minutos

Área: História, Cultura e Cidadania

1. Objetivos

- Compreender o conceito de patrimônio histórico e sua importância para a identidade local;
- Conhecer a história de Simões Filho a partir de marcos históricos como Cotegipe, Dambe e a Comunidade de Palmares;
- Desenvolver habilidades de pesquisa, síntese e comunicação por meio da produção de conteúdo digital.

2. Metodologia – Sala de Aula Invertida

- Antes da aula (em casa ou no laboratório):
 - Leitura da cartilha 'Viagem por uma História Comprida' (trechos selecionados pelo professor);
 - Assistir a vídeo ou a documentário sobre o patrimônio cultural de Simões Filho (link sugerido pelo professor);
 - Tarefa: Escolher um local ou tema da cartilha que mais chamou atenção e anotar por quê.
 - Durante a aula (presencial):
 - Roda de conversa sobre os temas lidos/assistidos;
 - Divisão em grupos temáticos: Aratu, Dambe, Cotegipe, Tanque do Coronel, Pitanga de Palmares;
-

- Criação de um *card* digital por grupo com informações e imagens (reais ou ilustrativas) sobre o local estudado;
- Orientação para uso de ferramentas simples (como *Canva* ou *PowerPoint*) para criação do material.
- Depois da aula (extensão):
 - Publicação dos *cards* no Instagram do Memorial Escolar, com legenda produzida pelos próprios estudantes;
 - Discussão em aula sobre os comentários e engajamentos recebidos nas postagens.

3. Avaliação

- Participação nas discussões e nas tarefas em grupo;
- Qualidade da informação e criatividade na produção do *card*;
- Clareza da linguagem e respeito ao patrimônio retratado;
- Engajamento na apresentação oral do tema escolhido.

4. Recursos Didáticos

- Cartilha 'Viagem por uma História Comprida';
- Acesso à internet e a computadores ou celulares com aplicativos de *design* (*Canva*, *PowerPoint* etc.);
- Projetor multimídia para exibição dos *cards*;
- Conta no *Instagram* do projeto ou da escola.

5. Rubrica de Avaliação do Card Digital

- Informação histórica correta e bem apresentada (0-2 pontos);
 - Criatividade e estética visual (0-2 pontos);
 - Coerência e clareza da legenda (0-2 pontos);
 - Trabalho em grupo e colaboração (0-2 pontos);
-

- Total: até 8 pontos.

Plano de Aula 2 – Sala de Aula Invertida

Tema: Identidade e Resistência Quilombola

Ano/Série: 3º ano do Ensino Médio

Duração: 3 aulas de 50 min (com parte da atividade realizada em casa)

Área: Interdisciplinar – História, Sociologia e Língua Portuguesa

1. Objetivos

- Reconhecer a importância da cultura quilombola na formação da identidade brasileira;
- Refletir sobre desigualdades sociais e raciais enfrentadas pelas comunidades quilombolas;
- Desenvolver autonomia, análise crítica e protagonismo estudantil.

2. Metodologia – Sala de Aula Invertida

- Antes da aula (em casa):
 - Leitura de trechos da Revista C.E.M.J. 2018 selecionados previamente pelo professor:
 - Homenagem a Binho do Quilombo;
 - Identidade Quilombola: Retratos;
 - Resistência Quilombola: Festividades;
 - A Importância da Mulher Quilombola.
 - Vídeo complementar: Documentário "Quilombos da Bahia"
 - Atividade: Anotar no caderno:
 - 3 pontos que chamaram atenção;
 - 2 perguntas sobre os textos;
 - 1 reflexão sobre a relação com sua realidade.
 - Durante a aula (na escola):
-

- Roda de conversa com base nas anotações dos alunos;
- Debate em grupos: "Por que a resistência quilombola ainda é tão atual e necessária?";
- Produção de cartazes ou apresentações em slides sobre os temas lidos.
- Depois da aula (extensão):
 - Criação de *podcast*, vídeo ou texto opinativo
 - Tema: "O que aprendi com as comunidades quilombolas?"

3. Avaliação

- Participação nas discussões;
- Qualidade das reflexões individuais e coletivas;
- Criatividade e criticidade na apresentação final.

4. Recursos Didáticos

- Revista C.E.M.J. 2018 (trechos em PDF)
- Vídeo/documentário "Quilombos da Bahia"
- Celulares/*tablets* (se possível)
- Cartolina, pincéis, papel *kraft*

Plano de Aula 3 – Sala de Aula Invertida

Tema: História e Cultura de Simões Filho – Cartilha 'Viagem por uma História Comprida'

Ano/Série: 8º ou 9º ano do Ensino Fundamental / 1º ano do Ensino Médio

Duração: 2 a 3 aulas de 50 minutos

Área: História, Geografia e Língua Portuguesa

1. Objetivos

- Compreender o processo histórico de formação de Simões Filho;
-

- Identificar elementos do patrimônio cultural e histórico local;
- Estimular a valorização da identidade cultural local;
- Desenvolver a autonomia e o protagonismo estudantil por meio da sala de aula invertida.

2. Metodologia – Sala de Aula Invertida

- Antes da aula (em casa):
 - Leitura da cartilha 'Viagem por uma História Comprida' (disponibilizada em PDF);
 - Assistir a um vídeo/documentário sobre a história da cidade ou patrimônio cultural local;
 - Anotar: 3 fatos históricos importantes; 2 personagens históricos mencionados; 1 dúvida ou curiosidade.
- Durante a aula (na escola):
 - Dinâmica de roda de conversa com base nas anotações individuais;
 - Atividade em grupos: construção de uma linha do tempo ou mapa histórico de Simões Filho;
 - Apresentações orais dos grupos com uso de cartazes ou slides.
- Depois da aula (extensão):
 - Redação de um texto opinativo ou criativo: 'O que aprendi com a História da minha cidade?'
 - Proposição de visita técnica aos locais citados na cartilha, se viável.

3. Avaliação

- Participação nas discussões em sala;
 - Clareza, organização e criatividade nas produções em grupo.
-